

**PPACT**  
Mestrado Profissional  
Programa de Pós-Graduação  
em Preservação de Acervos  
de Ciência e Tecnologia



Ministério da  
**Ciência, Tecnologia  
e Inovação**

**Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST / MCTI**  
**Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e**  
**Tecnologia – PPACT**

**Ingrid Lopes de Souza**

**Matrícula: 2015/04**

***Patrimônio bibliográfico de C&T em universidades:  
proposta para formação das coleções especiais da  
Biblioteca Paulo Geyer***

***Março 2017 - Rio de Janeiro / Brasil***

**PPACT**  
Mestrado Profissional  
Programa de Pós-Graduação  
em Preservação de Acervos  
de Ciência e Tecnologia

# **PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO DE C&T EM UNIVERSIDADES: PROPOSTA PARA FORMAÇÃO DAS COLEÇÕES ESPECIAIS DA BIBLIOTECA PAULO GEYER**

*por*

**Ingrid Lopes de Souza,**  
*Aluna do Mestrado Profissional em Preservação  
de Acervos de Ciência e Tecnologia*

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia, do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTI, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia.

**Área de concentração:** Acervos de ciência e tecnologia

**Linha de Pesquisa:** Linha 2 – Acervos, Conservação e Processamento

**Orientadores:** Prof<sup>a</sup> Dra. **Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro**  
Prof. MsC. **Fabiano Cataldo de Azevedo**

*MAST/MCTI - RJ, Março 2017*

Souza, Ingrid Lopes de.

S729p Patrimônio bibliográfico de C&T em universidades: proposta para formação das coleções especiais da Biblioteca Paulo Geyer / Ingrid Lopes de Souza. – Rio de Janeiro, 2017.  
xiv, 116 f.: il.

Orientadores: Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro  
Fabiano Cataldo de Azevedo.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Museu de Astronomia e Ciências Afins, Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia, 2017.

1. Bibliotecas universitárias. 2. Memória científica. 3. Patrimônio. 4. Patrimônio bibliográfico. 5. Coleção especial. I.Loureiro, Maria Lucia de Niemeyer Matheus, orient. II. Azevedo, Fabiano Cataldo, orient. III. Museu de Astronomia e Ciências Afins. IV. Título.

CDD 025.2

## Ingrid Lopes de Souza

### PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO DE C&T EM UNIVERSIDADES: proposta para formação das coleções especiais da Biblioteca Paulo Geyer

*Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia, do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTI, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia.*

Aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

#### Banca Examinadora:

**Orientador:** \_\_\_\_\_  
Profª Dra. Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro  
PPACT/Museu de Astronomia e Ciências Afins

**Orientador:** \_\_\_\_\_  
Prof. MsC. Fabiano Cataldo de Azevedo  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

**Examinador Interno:** \_\_\_\_\_  
Profª Dra. Maria Celina Soares de Mello e Silva  
PPACT/Museu de Astronomia e Ciências Afins

**Examinador Externo:** \_\_\_\_\_  
Profª Dra. Simone da Rocha Weitzel  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

**Suplente interno:** \_\_\_\_\_  
Profª Dra. Adriana Cox Hollós  
PPACT/Museu de Astronomia e Ciências Afins

**Suplente externo:** \_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Marcio Ferreira Rangel  
PPG-PMUS/Museu de Astronomia e Ciências Afins / Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

**Rio de Janeiro, 2017**



*Dedico este trabalho aos meus pais Maurici e Javimar, aos meus irmãos Marcello e Marcelle e ao meu sobrinho João Marcello.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo amparo espiritual na realização deste trabalho.

À minha família pela força e pelo apoio de sempre.

A todos os professores, aos permanentes e aos colaboradores, do PPACT/MAST.

Aos meus orientadores Prof<sup>a</sup> Dra. Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro e Prof. MsC. Fabiano Cataldo de Azevedo pela condução da pesquisa.

À banca de qualificação Prof<sup>a</sup> Dra. Adriana Cox Hollós e Prof<sup>a</sup> Dra. Simone da Rocha Weitzel cujas observações nos ajudaram na determinação de novos rumos para a dissertação.

Aos suplentes da banca de qualificação Prof<sup>a</sup> MsC. Ozana Hannesch e Prof<sup>a</sup> Dra. Maria Luísa Ramos de Oliveira Soares.

À banca de defesa Prof<sup>a</sup> Dra. Maria Celina Soares de Mello e Silva e Prof<sup>a</sup> Dra. Simone da Rocha Weitzel.

Aos suplentes da banca de defesa Prof<sup>a</sup> Dra. Adriana Cox Hollós e Prof. Dr. Marcio Ferreira Rangel.

A Celma e ao Luiz da secretaria do PPACT/MAST.

A toda equipe da Biblioteca do MAST pelo atendimento.

A Ana Cristina do LAPEL/MAST pela supervisão do estágio realizado neste laboratório.

A meu chefe e amigo Fábio pela compreensão em minhas ausências no trabalho, em virtude das obrigações do mestrado.

Aos colegas de mestrado Adriana, Ana Carolina, Jandira, Jéssica, João e Márcia pela companhia nas aulas, especialmente, à minha irmã Marcelle.

... e viver quer dizer a soma dos sacrifícios, das decepções, das derrotas e, finalmente, das vitórias que, um dia, nos permitirão, afinal, colher o fruto do nosso próprio esforço.

*Paulo Geyer*

## RESUMO

Este estudo trata do patrimônio bibliográfico de C&T em universidades. O objetivo geral desta pesquisa é propor critérios aplicáveis a bibliotecas universitárias na formação de suas coleções especiais, a partir da experiência da Biblioteca Paulo Geyer. Caracteriza a Biblioteca Paulo Geyer como espaço de guarda de patrimônio bibliográfico universitário de C&T no contexto da Escola de Química. Analisa as bibliotecas como lugares de memória. Aborda a importância das bibliotecas universitárias como guardiãs do patrimônio bibliográfico de C&T. Estuda a importância do desenvolvimento de coleções e da formação das coleções especiais. Ressalta a relevância da Biblioteca Paulo Geyer, no contexto da Escola de Química, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Conceitua o patrimônio, analisando-o segundo a legislação nacional e internacional. Lista as obras que podem vir a compor a coleção especial, utilizando-se de tabelas. Define os critérios para a escolha das obras. Como metodologia, realiza uma pesquisa bibliográfica com características de pesquisa aplicada, dado seu interesse prático.

Palavras-chave: Bibliotecas Universitárias. Memória Científica. Patrimônio. Patrimônio Bibliográfico. Coleção Especial.

;



## **ABSTRACT**

This study is focused on bibliographic heritage of Science and Technology in universities. Its main objective is to propose criteria that can be applied to university libraries in the formation of their special collections, based on the Paulo Geyer Library experience. Characterizes the Paulo Geyer Library as a guardian of university bibliographic heritage of S & T in the context of the School of Chemistry. Analyzes libraries as memory places. It also tackles the importance of university libraries as guardians of bibliographic heritage of Science and Technology, and the relevance of developing special collections. It proposes to highlight the significance of Paulo Geyer Library as well as the conception of heritage, analyzing it according to national and international legislation. Ranking the works which could be part of the special collection using tables. It defines some criteria for selecting the works. As a methodology it carries out the bibliographic research with characteristics of applied research given its practical interest.

Key words: University Libraries. Scientific Memory. Heritage. Bibliographic Heritage. Special Collection.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de itens bibliográficos (exemplares) cadastrados por tipo de material e ano na Biblioteca Paulo Geyer. ....	97
--	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Critérios adotados e respectivos autores.....	73
Tabela 2 - Obras selecionadas e respectivos critérios.....	77
Tabela 3 - Obras de referência.....	79
Tabela 4 - Obras de referência – Série Perfil analítico.....	83
Tabela 5 - Traduções de livros e livros de autoria principal ou secundária de professores da Escola de Química da UFRJ.....	87
Tabela 6 - Livros de autoria principal ou secundária de professores de outros institutos da UFRJ.....	90
Tabela 7 - Teses e dissertações de autoria de professores da Escola de Química da UFRJ, defendidas nos Programas de Pós-graduação da EQ ou em outros Programas de Pós-graduação.....	91

## SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

**ABIQUIM** - Associação Brasileira da Indústria Química

**BAGER** - Base de Dados Gerenciais

**BDTD** - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

**BN** - Biblioteca Nacional

**CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**CCN** - Catálogo Coletivo Nacional

**CEBIO** - Centro de Excelência em Biocombustíveis, Petróleo e seus Derivados

**CEMPAC** - Centro de Estudo, Memória e Uso Qualificado do Patrimônio Cultural da UFRJ

**C&T** - Ciência e tecnologia

**CMA** - Central de Memória Acadêmica

**COMUT** - Programa de Comutação Bibliográfica

**COPPE** - Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia da UFRJ

**DEB** – Departamento de Engenharia Bioquímica

**DEQ** - Departamento de Engenharia Química

**DPI** - Departamento de Processos Inorgânicos

**DPO** - Departamento de Processos Orgânicos

**EBQV** - Escola Brasileira de Química Verde

**ENQ** - Escola Nacional de Química

**EQ** - Escola de Química

**ESAMV** - Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária

**FAPESP** - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

**FFOA** - forças, fraquezas, oportunidades e ameaças

**GETIQ** - Gestão Empresarial da Indústria Química

**GPMD** - Grupo de Pesquisa em Memória e Documentação

**IBBD** - Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação

**IBICT** - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

**ICT** - Institutos de Pesquisa Científica e/ou Tecnológica

**IEM** - Instituições de Ensino Médio

**IES** - Instituições de Ensino Superior

**INT** - Instituto Nacional de Tecnologia

**IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**LABCOM** - Laboratório de Combustíveis e Derivados de Petróleo

**MARC** - *Machine Readable Cataloging*

**MAST** – Museu de Astronomia e Ciências Afins

**MUS** - Instituições Museológicas ou Espaços Museológicos

**PETROBRAS** - Petróleo Brasileiro

**PETROQUISA** – Petrobrás Química

**PPACT** - Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia

**SciELO** - *Scientific Electronic Library Online*

**SiBI** - Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ

**SIQUIM** - Sistema de Informação sobre a Indústria Química

**SPHAN** - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**SWOT** - *strenghts, weakness, opportunities e threats*

**TICs** - Tecnologias de Informação e Comunicação

**TPQB** - Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos

**UFRJ** - Universidade Federal do Rio de Janeiro

**UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

**UNIDROIT** - *International Institute for the Unification of Private Law*

**UNIPAR** - União de Indústrias Petroquímicas S/A

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>2 BIBLIOTECAS, COLEÇÕES, LUGARES DE MEMÓRIA.....</b>	<b>5</b>
<b>2.1 Bibliotecas universitárias e desenvolvimento de coleções.....</b>	<b>16</b>
2.1.1 Desenvolvimento de coleções.....	20
2.1.2 Coleções especiais.....	27
<b>3 O PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO DE C&amp;T.....</b>	<b>33</b>
<b>3.1 O conceito de patrimônio.....</b>	<b>34</b>
3.1.1 O Patrimônio no plano internacional.....	40
3.1.2 O Patrimônio na legislação brasileira.....	41
<b>3.2 O Patrimônio de C&amp;T .....</b>	<b>46</b>
3.2.1 O Patrimônio bibliográfico.....	49
3.2.2 O Patrimônio bibliográfico universitário.....	55
<b>4 A BIBLIOTECA PAULO GEYER DA ESCOLA DE QUÍMICA – UFRJ.....</b>	<b>61</b>
<b>5 UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO DE COLEÇÕES ESPECIAIS PARA A BIBLIOTECA PAULO GEYER .....</b>	<b>70</b>
<b>5.1 Identificação das coleções especiais.....</b>	<b>78</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>100</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>106</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Desde a Idade Média, além da sala de aula, a Biblioteca Universitária configura-se como importante espaço de aquisição e troca de saberes científicos. Ela se configura como local de guarda tanto da produção interna quanto pela aquisição de coleções, guardiã de uma determinada memória científica que refletirá parte da história daquela ciência. Em decorrência dos acervos que acumulam ao longo de décadas, no processo de formação e desenvolvimento de coleções, as bibliotecas universitárias exercem um importante papel na preservação do patrimônio de ciência e tecnologia, constituindo-se como guardiãs do patrimônio universitário e da memória técnico-científica da universidade.

Faz parte do exercício profissional do bibliotecário lidar com questões relacionadas ao direito de informação como: assegurar o acesso do usuário à mesma, garantir a privacidade e o sigilo de dados pessoais, mas também a transparência das informações. Adicionalmente, o bibliotecário trabalha com questões envolvendo o acesso aberto, a propriedade intelectual e o direito autoral. Por todas essas práticas estão presentes a ética e a preservação. Conforme Weitzel (2013), vê-se que a preservação se insere no processo de formação e desenvolvimento de coleções. Assim, cabe ressaltar que, neste estudo, entende-se preservação em seu sentido amplo, conforme Lena Vania Ribeiro Pinheiro e Marcus Granato (2012, p. 31). Para estes autores, ela se constitui como “instrumento para [a] transmissão [da herança cultural] e consiste em qualquer ação que se relacione à manutenção física desse bem cultural”. Adicionalmente, se refere “a qualquer iniciativa que esteja relacionada ao maior conhecimento sobre o mesmo e sobre as melhores condições de como resguardá-lo para as futuras gerações.” Nesse contexto, os autores incluem, “portanto, a documentação, a pesquisa em todas as dimensões, a conservação e a própria restauração, aqui entendida como uma das possíveis ações para a conservação de um bem” (PINHEIRO; GRANATO, 2012, p. 31). Considera-se, então, no sentido *lato sensu* da preservação, a importância da documentação e da pesquisa também em uma acepção ampla.

Definindo a Biblioteca Paulo Geyer como espaço de preservação da memória científica e do patrimônio bibliográfico, é considerada por pesquisadores uma referência nas áreas abrangidas pelo seu acervo (cobrindo as áreas de Engenharia Química, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Bioprocessos, Química Industrial,

além de atender às disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos - TPQB) porque contribui para a fundamentação teórica das práticas científicas de seus usuários, as quais envolvem o uso de tecnologia, o que justifica a importância do reconhecimento e preservação das coleções especiais de C&T desta biblioteca, representativas da memória técnico-científica da Escola de Química.

É fato incontestável que desde sua criação, nos anos 1920, como Universidade do Brasil, a UFRJ vem consolidando seu papel na formação universitária do país. A Escola de Química, como parte dos cursos que compõem a UFRJ, igualmente ao longo de décadas, formou e produziu uma massa crítica de grande importância para o campo.

Como **justificativa**, afirma-se que o estudo do contexto histórico de uma biblioteca é a melhor forma de se compreender a formação de seus acervos, e a identificação e o estudo das coleções especiais como parte do processo de formação e desenvolvimento de coleções permite que se desenvolvam ações de valorização e preservação do patrimônio bibliográfico universitário.

A **Questão Central** desta pesquisa é propor uma metodologia para a identificação de coleções especiais em uma biblioteca universitária.

Partindo do princípio norteador de que este é o produto final de um mestrado profissional, o **Objetivo Geral** desta pesquisa é propor critérios aplicáveis a bibliotecas universitárias na formação de suas coleções especiais, a partir da experiência da Biblioteca Paulo Geyer. Quais eram os livros mais lidos? Quais eram os autores? Qual o perfil curricular nos primeiros anos de formação da Biblioteca Paulo Geyer? Quais eram as linhas teóricas? E os trabalhos produzidos pelo curso? Essas são perguntas que não temos a pretensão de responder agora, mas que poderão ser respondidas no futuro a partir do trabalho que estamos propondo. As universidades precisam se conscientizar do papel que têm para a preservação da memória científica no país.

A fim de buscar problematizar a questão, estabelecemos três **objetivos específicos**, fundamentalmente direcionados ao objeto e com função metodológica de expor também nossa linha de pensamento a respeito do tema, a saber: **caracterizar** a Biblioteca Paulo Geyer como espaço de guarda de patrimônio bibliográfico universitário de C&T no contexto da Escola de Química; **identificar** as coleções especiais da Biblioteca Paulo Geyer, que fazem parte do que chamamos



de grande repositório da história da química no país, a partir dos critérios aplicáveis, sob a perspectiva do patrimônio bibliográfico de C&T; **analisar** a quantidade de itens bibliográficos catalogados por tipo de material e ano (livros, periódicos, teses e dissertações, de 2010 a 2016) na Biblioteca Paulo Geyer.

Para alcançar os objetivos propostos, será realizada uma “pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias”, que Marconi e Lakatos (2002) definem como aquela que utiliza “bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 71). Como observa Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é, como outras modalidades de pesquisa, um “processo que envolve etapas” que vão desde a escolha do tema e formulação do problema até a redação do texto (GIL, 2002, p. 59-60). Ressalta-se a importância da teoria, da reflexão que dá embasamento à prática.

Embora tenha um cunho teórico, esta pesquisa apresenta também características de pesquisa aplicada, dado seu “interesse prático”, ou seja, o fato de que os resultados são aplicáveis “na solução de problemas que ocorrem na realidade” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 20).

A pesquisa tem também características de estudo de caso, por se propor a desenvolver “estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados” (GIL, 2008, p. 57-58).

Conforme Yin (2001), trata-se de “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real” (YIN, 2001, p. 32). Para o autor, o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa adequada a diferentes situações, dentre as quais os estudos organizacionais e gerenciais (YIN, 2001, p. 19).

Esta pesquisa subsidia dois produtos técnico-científicos apresentados na seção 5: a consolidação dos critérios aplicáveis para a formação de coleções especiais e a identificação das coleções especiais da Biblioteca Paulo Geyer.

Atualmente, no cenário nacional e internacional, vê-se um crescente interesse e uma maior conscientização pela valorização das memórias institucionais através do emprego de esforços para o conhecimento e preservação de acervos que constituem o patrimônio e representam a memória científica das instituições.

Para atingir os objetivos propostos nesta pesquisa, a dissertação é assim organizada: a seção 2 aborda as bibliotecas universitárias, o desenvolvimento de

coleções e as coleções especiais. Na seção 3, abordamos o patrimônio como conceito e do ponto de vista da legislação, enfatizando o patrimônio de C&T e o patrimônio bibliográfico universitário. Na seção 4 apresentaremos a Biblioteca Paulo Geyer da Escola de Química – UFRJ, no contexto da Escola de Química, antiga Escola Nacional de Química. A seção 5 é o cerne de nossa pesquisa, uma vez que aqui identificaremos os critérios e as coleções que poderão ser tratadas como especiais na biblioteca. Como nos propusemos a realizar uma pesquisa com características de estudo de caso, esta não se restringe apenas a uma coleta de dados. A identificação das coleções servirá como instrumento de reflexão sobre o ambiente estudado, permitindo o desenvolvimento de ações preservacionistas em relação ao acervo estudado. Ao final são apresentadas as considerações finais com as sugestões de trabalhos futuros e as referências bibliográficas.

## 2 BIBLIOTECAS, COLEÇÕES, LUGARES DE MEMÓRIA

A biblioteca tem sua origem na antiguidade e a palavra biblioteca veio da junção dos termos grego *biblíon* (livro) e *theka* (caixa), ou seja, lugar onde se guardam os livros. As bibliotecas dos mosteiros, das universidades e as bibliotecas particulares, pertenciam a reis, nobres ou grandes senhores. É a partir do Renascimento que as bibliotecas iniciaram, realmente, o seu papel de disseminação da informação, assumindo, da mesma forma, o bibliotecário a posição de agente disseminador da informação. De acordo com Josiel Machado Santos (2012)

É também no Renascimento que surgiu uma maior preocupação com relação à situação física dos livros. A disposição arquitetônica, a organização interna e tantos outros detalhes de suma importância começaram a ser avaliados na organização das bibliotecas e medidas técnicas foram tomadas para superar os problemas já existentes. Essa tarefa cabia, exclusivamente, ao bibliotecário. (SANTOS, 2012, p. 185)

A biblioteca é definida por Murilo Bastos da Cunha e Cordélia Robalinho de Oliveira Cavalcanti (2008, p. 48) como uma “coleção de material impresso ou manuscrito, ordenado e organizado com o propósito de estudo e pesquisa ou de leitura geral ou ambos.” Ressaltam que muitas bibliotecas possuem, além do material impresso ou manuscrito, outros tipos de coleções, como: filmes, microfilmes, discos e vídeos. Propõem uma outra definição de biblioteca como sendo uma

coleção organizada de registros da informação, assim como os serviços e respectivo pessoal, que têm a atribuição de fornecer e interpretar esses registros, a fim de atender às necessidades de informação, pesquisa, educação e recreação de seus usuários (CUNHA ; CAVALCANTI, 2008, p. 48).

Esta segunda definição abrange os objetivos e as funções dos centros de documentação, serviços de informação, unidades de informação, entre outros. A biblioteca também é considerada como um local, sala ou prédio, onde são guardadas, de maneira ordenada, coleções de livros e outros documentos (CUNHA ; CAVALCANTI, 2008).

Ana Maria da Cruz, Maria Tereza Reis Mendes e Simone da Rocha Weitzel (2004) chamam a atenção para a semelhança da biblioteca com os museus e os

arquivos, no que se refere à sua finalidade cultural mais ampla, pois todas essas instituições estão comprometidas com a salvaguarda e o acesso aos bens culturais e patrimoniais científicos. A diferença entre estas instituições está no tipo de serviço que prestam e no material que constitui o seu acervo.

O museu reúne peças e objetos de valor cultural, histórico e científico e o arquivo armazena documentos criados por uma instituição ou pessoa, no curso de suas atividades, visando à utilização futura (CRUZ; MENDES; WEITZEL, 2004, p. 11).

Para Christian Jacob (2006, p.10), a biblioteca é uma instituição na qual estão presentes “[...] restrições técnicas, ergonômicas, políticas de conservação, de seleção, de classificação e de comunicação dos textos, das imagens e, hoje, dos sons” (JACOB, 2006, p.10). Acrescenta-se que essas políticas fazem com que seja impossível que uma biblioteca contenha “todos os vestígios do pensamento humano confiados à escrita”, e Jacob (2006, p.10) diz que isso seria “um projeto utópico”.

De acordo com Maria Elisa Rodrigues Moreira (2015) e Jacob (2006), a concepção de biblioteca vai além de um espaço físico. Ela também é um espaço de colecionamento e arquivamento, além de um modelo de pensamento em que estão implícitos a cultura, o saber e a memória

Por sua arquitetura, definição de seu público, princípios que ordenam suas coleções, pelas opções tecnológicas que determinam a acessibilidade e a materialidade dos textos, assim como pela visibilidade das escolhas intelectuais que organizam sua classificação, toda biblioteca dissimula uma concepção implícita da cultura, do saber e da memória, bem como da função que lhes cabe na sociedade de seu tempo. É verdade também que a história da cultura e da relação com a memória reside, em grande parte, na subversão dessas regras, desses recortes, desses limites, e na invenção de novas ligações, de novos lugares de saber (JACOB, 2006, p. 10).

Jacob (2006) destaca a significação implícita de cultura e de memória de uma biblioteca. Para ele, a “história das bibliotecas [...] é também a da metamorfose dos leitores e das leituras, das políticas de domínio e de comunicação da informação” (JACOB, 2006, p.11). A história das bibliotecas também é a história do processo pelo qual “a função arquivológica e as simbólicas da acumulação se tornaram instrumentos de pesquisa, fundindo o conjunto dos métodos do trabalho intelectual – histórico, científico, filosófico, filológico...” (JACOB, 2006, p. 11-12).

[...] a história das bibliotecas no Ocidente é indissociável da história da cultura e do pensamento, não só como lugar de memória no qual se depositam os estratos das inscrições deixadas pelas gerações passadas, mas também como espaço dialético no qual, a cada etapa dessa história, se negociam os limites e as funções da tradição, as fronteiras do dizível, do legível e do pensável, a continuidade das genealogias e das escolas, a natureza cumulativa dos campos de saber ou suas fraturas internas e suas reconstruções (JACOB, 2006, p. 11).

Arsenio Sánchez Hernampérez (1999) diz que as bibliotecas, como centros dinâmicos de cultura, não objetivam somente salvaguardar o patrimônio, mas sim “oferecer um conjunto coerente e atualizado de documentos para que possa ser ativamente consultado” (HERNAMPÉREZ, 1999, p.26, tradução nossa). Essa premissa de que a biblioteca é “um difusor ativo da cultura [...] [significa] que seus recursos e coleções deverão estar permanentemente à disposição dos usuários” (HERNAMPÉREZ, 1999, p. 27, tradução nossa).

Para Jacob (2006), é através dos recursos de uma biblioteca, de seus princípios de classificação, de seus catálogos e coleções, das conexões entre os livros, que o leitor desenvolve estratégias de apropriação, redige novos textos, reelaborando o saber extraído dos livros, “pronto para ser novamente mobilizado na escrita de novos textos, instrumentos de pesquisa, de reflexão e de compreensão do mundo” (JACOB, 2006, p.12). Sendo assim, as bibliotecas representam não só a continuidade, mas também as rupturas da tradição. Moreira (2015) partilha do pensamento de Jacob (2006), dizendo ser na “[...] biblioteca, a partir de seu acervo e da organização que lhe é impingida, que leitores dos mais diversos tipos traçam, reticular e transdisciplinarmente, os caminhos para novos saberes” (MOREIRA, 2015, p.11).

Moreira (2015, p.12) enfatiza que é justamente “nos vãos e nas faltas de uma biblioteca sempre parcial, fragmentária e incompleta que o leitor vai mobilizar seu pensamento, associando e transformando as informações que acumulou.”

Bruno Latour (2006) considera a biblioteca como um centro, um espaço de produção de conhecimento, em que diferentes tipos de informações, de vários campos do saber e de variadas procedências são lidos, reformulados e, então, transformados em conhecimento continuamente. Em sua acepção, a biblioteca “curva o espaço e o tempo ao redor de si, e serve de receptáculo provisório, de

*dispatcher*, de transformador e de agulha a fluxos bem concretos que ela movimentava continuamente” (LATOURE, 2006, p. 21). Este autor aborda o papel central da biblioteca, contextualizando-a com as coleções, com os museus de história natural e com os laboratórios científicos. Uma “biblioteca considerada como um laboratório não pode, é evidente, permanecer isolada, como se ela acumulasse, de modo maníaco, erudito e culto, milhões de signos” (LATOURE, 2006, p. 37). Latour (2006) percebe a biblioteca “[...] como o nó de uma vasta rede onde circulam não signos, não matérias, e sim matérias tornando-se signos” (LATOURE, 2006, p. 21). A biblioteca é, portanto, um centro ativo, um centro de cálculo, uma rede de transformações de fenômenos. Ela serve de intérprete, de intermediária, de distribuidora. Latour (2006, p. 43) enfatiza o papel fundamental das bibliotecas, dizendo que assim como os laboratórios, “as bibliotecas e as coleções estão ligados num mundo que, sem eles, permanece incompreensível, que convém mantê-los, se nos interessarmos pela razão”, ou seja, as bibliotecas, os arquivos, os laboratórios científicos e as coleções constituem-se como “redes que a razão desconhece”, lugares de produção do conhecimento que deveriam ter mais visibilidade.

Para compreender um centro de cálculo, é preciso pois apreender o conjunto da rede de transformações que liga cada inscrição ao mundo, e que liga em seguida cada inscrição a todas as que se tornaram comensuráveis a ela pela gravura, o desenho, o relato, o cálculo ou, mais recentemente, pela digitalização (LATOURE, 2006, p. 32-34).

Dessa maneira, a biblioteca é vista como um ambiente informacional amplo, uma rede, um espaço diversificado que oferece produtos e serviços diferenciados aos seus usuários. Ela se consolida como uma organização em constantes transformações que organiza, preserva, trata e dissemina a informação, adequando-se a usuários, aos ambientes e contextos.

Murguia e Yassuda (2007, p. 73) afirmam que “[...] no século XIX, a biblioteca teve uma função pedagógica.” Nesse período as bibliotecas passaram a auxiliar o aprendizado dos estudantes (MURGUIA; YASSUDA, 2007). De acordo com E. A. Dudziak (2001), os bibliotecários devem se envolver com a comunidade de maneira ativa e se reinventar, trabalhando como educadores e cidadãos, auxiliando na construção do conhecimento. Este autor explica que

As Bibliotecas e os serviços de informação, como agentes envolvidos

nos processos de geração, gestão e disseminação da informação e do conhecimento, desempenham papel mediador fundamental na condução dos indivíduos em seus processos de busca e uso da informação para a construção de conhecimento e consequente aprendizado (DUDZIAK, 2001, p.5).

A função social da biblioteca está ligada diretamente à missão que ela tem de preservar, organizar e disseminar o conhecimento. Pierre Nora (1993, p. 12) menciona os objetos mais simbólicos de nossa memória que são, dentre outros, os arquivos, as bibliotecas e os museus, ou seja, os lugares de memória "com o mesmo atributo que as comemorações, as festas [...]" e os monumentos etc. Referindo-se a Nora, Paul Ricoeur (2007, p. 415) explica "[...] que não se trata aqui, unicamente, nem mesmo principalmente, de lugares topográficos, mas de marcas exteriores [...]". Para Nora (1993), memória é

[...] a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, [...], vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993, p. 09).

Pela definição de memória dada por Nora (1993), percebemos algumas características das bibliotecas, como lugares dinâmicos, formados por grupos e para grupos, os usuários, lugares de evolução em sua constituição, de revitalização em seu papel pelo aparecimento de novas formas de armazenagem da informação. A biblioteca é um espaço de enraizamento da memória. "A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto" (NORA, 1993, p. 09). Na definição de memória de Nora (1993, p. 09), citada mais acima, vê-se a importância do papel dos grupos. Assim, a memória está em "permanente evolução", no sentido de estar ligada a "grupos vivos". Ainda segundo este autor, a memória emerge de "um grupo que ela une, o que quer dizer, [...] que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada" (NORA, 1993, p. 09). Se a história não se apoderasse desses lugares para transformá-los, eles não seriam lugares de memória (NORA, 1993). E como afirma Frédéric Barbier (2004, p. 19, tradução nossa): "a identidade das nações como princípio histórico se materializa, figura, encarna em lugares de memória."

Jacob (2006, p. 09), no prefácio de "O poder das bibliotecas: a memória dos

livros no Ocidente”, define biblioteca como “lugar da memória nacional, espaço de conservação do patrimônio intelectual, literário e artístico [...]”, acrescentando que uma biblioteca é “um lugar de diálogo com o passado, de criação e inovação [...]”. Baseado em Gérard Namer e Nora, Fabiano Cataldo de Azevedo (2011) aborda o Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro, como “lugar de memória” de Portugal. A abordagem se deve não apenas ao prédio-sede em estilo neomanuelino, que “deixou a marca indelével da memória lusitana no Rio de Janeiro”, mas ao próprio acervo, que antecedeu ao prédio e que “já havia consolidado seu caráter identitário e forjado sua biblioteca como um local de memórias” (AZEVEDO, 2011, p. 55). Referindo-se a Namer e a Maurice Halbwachs, Azevedo (2011, p. 54) pondera que “a biblioteca é um local de memória porque abriga memórias coletivas, que são os livros.” Lembra as considerações de Namer acerca da biblioteca como um espaço acumulativo da memória social, simbolizado “pela guarda de livros que representam produções que trazem em si a memória coletiva de uma época e passam a se configurar como 'lugar de memória' ”(AZEVEDO, 2011, p. 54). Nesse estudo sobre o Real Gabinete Português de Leitura, ele aborda também o conceito de memória virtual citado por Namer. A memória virtual “transforma-se quando o leitor acessa o livro, esse guardião da memória coletiva, o contato dessa com a formação e memória do consulente torna a memória virtual em social” (AZEVEDO, 2011, p. 54).

Em relação às bibliotecas nacionais cuja missão é salvaguardar a memória nacional, Azevedo recorre a Namer para abordar o papel do catálogo de biblioteca como sendo um reflexo de escolhas, enfatizando que “nenhuma escolha jamais será inocente, por isso é um espaço de memória seletiva” (AZEVEDO, 2011, p. 54).

Partindo das reflexões de Nora (1993), Eduardo Ismael Murguia e Silvia Nathaly Yassuda (2007), também abordam a biblioteca como lugar de memória. Para os autores, o edifício ocupado pela biblioteca pode nos remeter à biblioteca como lugar da memória, “seja no seu aspecto individual, pelos elos de lembrança que estabelecemos com o lugar, seja no seu aspecto da memória coletiva, a partir da qual a biblioteca se torna um lugar de identificação social” (MURGUIA; YASSUDA, 2007, p. 80-81).

Ricoeur (2007, p. 416) discute a questão dos lugares de memória, relacionando-os com a história: “de fato, os lugares continuam a ser lugares de memória, e não de história.” Entretanto, ele fala dos lugares de memória “[...] sob o novo regime da memória apreendida pela história” (RICOEUR, 2007, p. 416).



Concede-se aos lugares de memória uma eficácia notável, a de engendrar 'uma outra história'. Eles extraem esse poder do pertencimento aos dois reinos da memória e da história. Por um lado, 'é preciso que haja vontade de memória. [...] Basta que falte essa intenção de memória para que os lugares de memória sejam lugares de história' (RICOEUR, 2007, p. 416).

Halbwachs (2006, p. 170) afirma que “[...] não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial”. Segundo ele, a memória coletiva se distingue da história em ao menos dois aspectos: o primeiro aspecto se refere à sua constituição como “uma corrente de pensamento contínuo”, cuja “continuidade [...] nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém.” E, “[...] por definição, não ultrapassa os limites desse grupo” (HALBWACHS, 2006, p. 102); o segundo aspecto se refere à existência de muitas memórias coletivas. “Esta é a segunda característica pela qual elas se distinguem da história. A história é uma e se pode dizer que só existe uma história. É isso que entendemos por história.” (HALBWACHS, 2006, p 105).

Jacques Le Goff (2003, p. 466) faz alusão às grandes transformações sofridas pela memória coletiva com a constituição das ciências sociais, mencionando também o importante papel que ela desempenha “na interdisciplinaridade que tende a instalar-se entre elas.” Acrescenta que a sociologia passou a representar “um estímulo para explorar este novo conceito [...]” (LE GOFF, 2003, p. 466). Também faz alusão a Nora, dizendo que a memória coletiva, definida por Nora “como 'o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado', pode, à primeira vista, opor-se quase termo a termo à memória histórica [...]” (LE GOFF, 2003, p. 467). Enfatiza que a história e a memória confundiram-se, tendo a história se desenvolvido “ 'sobre o modelo da rememoração, da anamnese e da memorização' ” (LE GOFF, 2003, p. 467). Contudo, como tendência da evolução do mundo contemporâneo, caminhamos no sentido de um mundo “acrescido de memórias coletivas, e a história estaria, muito mais que antes ou recentemente, sob a pressão dessas memórias coletivas” (LE GOFF, 2003, p. 467). Segundo ele, “a história dita 'nova', que se esforça por criar uma história científica a partir da memória coletiva, pode ser interpretada como 'uma revolução da memória' [...]” (LE GOFF, 2003, p. 467).

História que fermenta a partir do estudo dos “lugares” da memória coletiva. “Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm a sua história” (LE GOFF, 2003, p. 467).

A importância do papel que a memória coletiva desempenha se aclara com a evolução das sociedades, na segunda metade do século XX. Para Le Goff (2003, p. 469), “[...] a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas [...]”. A memória “é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje [...]” (LE GOFF, 2003, p.469). Relaciona-se com o futuro, na medida em que “a memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro” (LE GOFF, 2003, p. 471).

Passando da temática da memória para o documento, conforme já mencionamos nesta seção, Azevedo (2011) aborda o livro como representante de produções que portam a memória coletiva de uma dada época.

Paul Otlet (1934) em sua obra *Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*, aborda a relação do livro com os documentos. Ele se refere ao termo livro para exprimir toda espécie de documentos, não compreendendo somente o livro propriamente dito – manuscrito ou impresso, mas também revistas, jornais, escritos e reproduções gráficas de toda espécie, desenhos, gravuras, mapas, diagramas, fotografias, etc. Alarga o conceito de documentação e, de acordo com esse sentido amplo, considera como documentação: o livro e os elementos que indicam ou reproduzem um pensamento considerado sob qualquer forma (OTLET, 1934).

Le Goff (2003) citando Samaran (1961) também aborda a necessidade de se ampliar a noção de documento: “ 'Há que tomar a palavra 'documento' no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira' ” (SAMARAN, 1961, p. 12 *apud* LE GOFF, 2003, p. 531). Esta questão nos remete ao alargamento do sentido de documento empreendido por Otlet (1934), citado anteriormente. “Mas este alargamento do conteúdo do termo

documento foi apenas uma etapa para a explosão do documento, que se produziu a partir dos anos 1960 e levou a uma verdadeira revolução documental” (GLÉNISSON, 1977 *apud* LE GOFF, 2003, p. 531).

Quanto à definição propriamente dita de documento, Cruz, Mendes e Weitzel (2004) afirmam que

modernamente, entende-se como documento qualquer base material de registro do conhecimento, abrangendo, portanto, não só livros e publicações periódicas como também trabalhos manuscritos ou impressos por qualquer processo, além dos originados de outras formas de apresentação e suportes (CRUZ, MENDES E WEITZEL, 2004, p. 11).

No que se refere à revolução documental<sup>1</sup>, Le Goff (2003, p. 532) acentua que ela “tende também a promover uma nova unidade de informação: em lugar do fato que conduz ao acontecimento e a uma história linear, a uma memória progressiva, ela privilegia o dado, que leva à série e a uma história descontínua.” Dessa forma, “tornam-se necessários novos arquivos [...]” (LE GOFF, 2003, p. 532).

A memória coletiva valoriza-se, institui-se em patrimônio cultural. O novo documento é armazenado e manejado nos bancos de dados. Ele exige uma nova erudição, que balbucia ainda e que deve responder simultaneamente às exigências do computador e à crítica da sua sempre crescente influência sobre a memória coletiva (LE GOFF, 2003, p. 532-533).

No que tange aos documentos e aos monumentos, Le Goff (2003, p. 525) afirma que “a memória coletiva e a sua forma científica, a história”, aplicam-se a esses dois tipos de materiais: documentos e monumentos. Nesse contexto, considerando o documento como monumento – “o novo documento, alargado para além dos textos tradicionais, transformado [...] em dado [...]” (LE GOFF, 2003, p.539) – o autor acrescenta que ele “resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias” (LE GOFF, 2003, p. 538).

O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos (LE GOFF, 2003, p. 526).

---

1 Importante transformação da documentação. A história viveu uma revolução documental com a incursão do quantitativo e do recurso à informática (LE GOFF, 2003).

O documento é “recolhido pela memória coletiva e transformado em documento pela história tradicional [...] ou transformado em dado nos novos sistemas de montagem da história serial” (LE GOFF, 2003, p. 533). Le Goff (2003, p. 533) deixa claro que “o documento deve ser submetido a uma crítica mais radical.”

A concepção do documento/monumento é, pois, independente da revolução documental, e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 2003, p. 535-536).

Na Era da Informação, a própria informação e a sua gestão produzem mudanças estruturais na sociedade. Surgem novas formas de se criar, organizar e difundir a informação, transformando assim as bibliotecas do século XXI. (MONTANO, 2016). Desempenhando vários papéis na atualidade, a biblioteca por ser uma instituição de preservação, guarda e disponibiliza documentos, registros do passado, constituídos de variados suportes que representam a memória coletiva de um grupo de pessoas. Daí poderem ser chamadas de centros de memória (MURGUIA, YASSUDA, 2007).

As bibliotecas, como um produto da atividade humana, recebem a influência de fatores internos e externos do contexto em que atuam e essa influência afeta a evolução das suas coleções. A internet, as tecnologias da informação e comunicação, a web 2.0, o crescimento da informação, a globalização, os usuários acostumados a espaços digitais e “a necessidade de preservar e dar acesso ao patrimônio cultural em formato analógico e digital” (MONTANO, 2016, p. 06, tradução nossa) são exemplos de fatores que têm exercido influência nas coleções das bibliotecas e no avanço da sociedade. Esses fatores caminham em direção à mudança de natureza<sup>2</sup> dos objetos, do papel ao digital pela digitalização e pela aquisição de produtos por meio de licenças de acesso, considerando também o direito autoral. Como resultado dessas mudanças, surgem as bibliotecas digitais, “as novas formas de comunicação com os usuários [...] e as novas necessidades de conservação e acesso” (MONTANO, 2016, p. 06, tradução nossa). A difusão das

---

2 Sobre a natureza dos objetos: ver Guinchat e Menou, 1994.

revistas de acesso aberto e a organização e gestão dos repositórios institucionais são exemplos de resultados de adaptação às mudanças na comunicação acadêmica (MONTANO, 2016).

Sobre a relação da memória com a gestão da informação, Claire Guinchat e Michel Menou (1994) afirmam que o tratamento da informação exige uma diversidade e uma complexidade de operações sucessivas que justificam uma abordagem interdisciplinar. Segundo estes autores, “a documentação é memória, seleção de idéias, reagrupamento de noções e de conceitos, síntese de dados” (GUINCHAT; MENO, 1994, p. 28). O documento é “um objeto que fornece um dado ou uma informação. É o suporte material do saber e da memória da humanidade” (GUINCHAT; MENO, 1994, p. 41). Faz-se necessário “selecionar, avaliar, analisar, traduzir e recuperar documentos capazes de responder a necessidades específicas que mudam continuamente” (GUINCHAT; MENO, 1994, p. 28). As necessidades irão variar conforme o “domínio do saber”, o “estado dos conhecimentos”, a “natureza dos usuários” e seus “objetivos” (GUINCHAT; MENO, 1994, p. 28). Fernanda Ribeiro (1996, p. 30) define gestão da informação como “o conjunto de operações aplicadas no tratamento técnico do conteúdo informativo dos suportes que dão corpo a serviços com estas características.” Nesse contexto, destacam-se as áreas científicas e técnicas que apoiam a investigação, se utilizando dos meios de registro e troca de informações eletrônicas. A autora ressalta que os meios podem mudar, as técnicas podem evoluir, da mesma forma que a conservação e os serviços se especializam, entretanto o “velho” conceito de biblioteca permanece inalterável se o compreendemos como equivalente a sistema de informação (RIBEIRO, 1996).

Os novos termos podem traduzir *nuances*, mas não é aceitável que desvirtuem o essencial. *Bibliotheca* ontem, serviços de informação (ou mais especificamente ainda, de ICT= informação científica e técnica) hoje, são termos equivalentes que, [...], correspondem a um mesmo conceito. Daí que, o bibliotecário, o documentalista ou o gestor da informação de hoje mais não sejam do que a versão moderna do *bibliothecarius* de outrora (RIBEIRO, 1996, p. 30-31).

Em suma, desde as origens aparecem implícitos no conceito de biblioteca através da informação registrada em suportes patrimoniais, a conservação da memória coletiva e função de serviço (uso e pesquisa da informação). Na Idade Moderna, foram adicionados à biblioteca, tradicionalmente, um repositório de livros,

os periódicos. Após a Revolução Industrial os novos suportes materiais com imagem e som também se converteram em meios de registro da informação. É nesse contexto de evolução que surge o termo “documentação”, designando além do livro distintos suportes de informação. No século XX, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, ocorre o fenômeno chamado de explosão documental – produção em massa de diversos tipos de registros de informação, incluindo os documentos eletrônicos. Assim, as bibliotecas se desenvolveram tanto quanto ao conteúdo como quanto aos tipos de suportes informativos e surgiram as bibliotecas especializadas, centros de documentação ou serviço de informação, assim como as hemerotecas, discotecas, mediatecas etc. (RIBEIRO, 1996).

## **2.1 Bibliotecas universitárias e desenvolvimento de coleções**

Em relação às origens das bibliotecas universitárias, no século XIII, as universidades faziam parte da Igreja que detinha o monopólio do conhecimento (BURKE, 2003; LE GOFF, 1995 *apud* DIÓGENES, 2012). Na Idade Média, “a produção científica foi bastante limitada” (DIÓGENES, 2012, p. 76). Segundo Diógenes (2012, p. 76), “[...] foi um período de estagnação no que se refere a avanços no conhecimento, tanto na sua produção, [...] quanto na organização e disseminação do conhecimento [...]” Em relação à evolução e disseminação do modelo de biblioteca até os dias atuais, as bibliotecas monásticas personificavam, institucionalmente, a fé religiosa e os mosteiros, “como centros de cultura, tornaram-se os protótipos da universidade moderna” (McGARRY, 1999, p.114). A universidade de Paris, cuja origem parte de uma escola monástica, se tornou o centro da “nova filosofia escolástica que tentava conciliar o cristianismo com o pensamento filosófico grego [...]” (McGARRY, 1999, p.114). Antes da invenção da imprensa por Gutenberg, havia grande demanda por uma rápida multiplicação dos livros pelos copistas que tentavam dar conta das solicitações. O trabalho dos copistas visava a atender “a necessidade de livros para milhares de estudantes [...]” (McGARRY, 1999, p.114). O acervo, tanto nas instituições monásticas quanto nas instituições acadêmicas, ficava assim dividido: “os livros mais consultados eram acorrentados na biblioteca principal; os disponíveis para empréstimo eram guardados numa sala separada” (McGARRY, 1999, p.114). Nesse contexto, dá-se o início da função de referência e de

empréstimo. “A partir da universidade de Paris surgiu a universidade de Oxford e daí o complexo de bibliotecas universitárias e de faculdades que temos hoje” (McGARRY, 1999, p.114). No período entre o Renascimento e o Iluminismo, ocorreu nas bibliotecas universitárias uma “reclassificação de seu material, parte do resultado de mudanças na organização das universidades, mas também resultado da multiplicação de livros que se seguiu à invenção da imprensa” (BURKE, 2003 *apud* DIÓGENES, 2012).

No início do século XX, as bibliotecas universitárias americanas passaram a enfatizar o acesso às coleções, reconhecendo a necessidade de se oferecer um serviço personalizado. Desse modo, passou-se a adotar a classificação por assunto em detrimento da localização fixa na prateleira (WEINER, 2005 *apud* DIÓGENES, 2012). A partir de 1945, sobretudo, cresce a exigência do mercado de trabalho, no que tange à absorção de uma mão de obra formada pela universidade, qualificada em ciência e tecnologia e aumenta o número de faculdades/institutos, antes isolados que passam a integrar as universidades. Somado a isso, criam-se nas universidades bibliotecas ligadas a essas faculdades/institutos (DIÓGENES, 2012). Na década de 1960, o desenvolvimento da área da computação e das telecomunicações impactou os serviços oferecidos pelas bibliotecas universitárias. Passou-se a adotar a fotocópia para a reprodução de artigos de periódicos, ao invés de emprestar o próprio periódico (BODEN, 1993 *apud* DIÓGENES, 2012). É nesta década que a *Library of Congress* implementa o formato *Machine Readable Cataloging* (MARC) de catalogação (BODEN, 1993 *apud* DIÓGENES, 2012).

No Brasil, a partir da Reforma Universitária de 1968, o sistema de ensino superior é reordenado. Nesse contexto, as bibliotecas universitárias passaram a reivindicar recursos e soluções para questões de infraestrutura, assim como para a problemática de um ensino público deficiente. A organização das bibliotecas universitárias passou a acompanhar o modelo de organização das universidades do país, formadas pela junção de faculdades e escolas de ensino superior existentes na época e que antes funcionavam ligadas a órgãos estaduais e federais. Nesse cenário, surgem os sistemas de bibliotecas das universidades, gerenciando a complexidade dos serviços das unidades de informação (DIAS; SILVA; CERVANTES, 2013).

Ao longo do século XX, o ensino caminhou para o ensino de massa e as bibliotecas universitárias passaram a ter um importante papel, contribuindo para o

ensino, para a pesquisa e para a extensão. As bibliotecas foram se estruturando com o financiamento do Estado e desenvolvendo suas coleções, passando a contar com atividades de cooperação e automação, o que transformou os serviços e produtos das bibliotecas universitárias (MAGALHÃES, 2004; WEINER, 2005; DUDZIAK, 2008; FERREIRA, 2009 *apud* DIÓGENES, 2012). A partir dos anos 1970 com o desenvolvimento das tecnologias digitais, as bibliotecas passaram a compartilhar informações e a perspectiva de atuação mudou para um novo paradigma, o paradigma do acesso à informação (DIÓGENES, 2012). Nas décadas de 1980 e 1990, o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação provocou mudanças significativas nas bibliotecas universitárias que passaram a adotar padrões sistêmicos em serviços e fluxos de informação, enfatizando o acesso à mesma (DUDZIAK, 2008, *apud* DIÓGENES, 2012). Na década de 1980, destaca-se a instituição do COMUT que possibilitou o compartilhamento bibliográfico através da obtenção de cópias de documentos técnico-científicos por busca nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e internacionais (PROGRAMA DE COMUTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA). Na UFRJ, o Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) teve início em 1983, a partir de um projeto de iniciativa de uma comissão de bibliotecários coordenada pela professora Lena Vânia Ribeiro Pinheiro (SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO DA UFRJ). Com o enfoque no acesso à informação e às coleções, o acervo das bibliotecas universitárias se diversificou e se, anteriormente, priorizava as obras impressas, as bibliotecas passaram a desenvolver suas coleções com documentos de outras formas físicas com som e imagem e acessíveis não só aos acadêmicos (CUNHA, 2000 *apud* DIÓGENES, 2012).

No século XXI, as bibliotecas universitárias, dispendo de recursos variados, ampliaram o seu papel, passando a desenvolver atividades educativas e informativas (DUDZIAK, 2008, *apud* DIÓGENES, 2012) e contribuindo mais significativamente para a formação dos pesquisadores (DIÓGENES, 2012).

No que concerne aos conceitos de biblioteca universitária, conforme Cruz, Mendes e Weitzel (2004), as características de uma biblioteca e a comunidade de usuários atendida por ela definem o seu tipo. Assim, pode-se caracterizá-la como: 1- Biblioteca nacional; 2- Biblioteca pública; 3- Biblioteca especializada; 4- Biblioteca escolar; 5- Biblioteca infantil; 6- Biblioteca especial; 7- Biblioteca universitária.

Segundo o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia de Cunha e



Cavalcanti (2008), a biblioteca universitária é definida como segue:

A que é mantida por uma instituição de ensino superior e que atende às necessidades de informação dos corpos docente, discente e administrativo, tanto para apoiar as atividades de ensino, quanto de pesquisa e extensão. Pode ser uma única biblioteca ou várias organizadas como sistema ou rede (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 53).

Para Cruz, Mendes e Weitzel (2004, p. 12), “é considerada biblioteca universitária aquela que atua em centros universitários, universidades, faculdades e institutos, entre outras que atuam no ensino superior.” Ela complementa os conhecimentos ministrados nas disciplinas dos cursos, oferecendo subsídios para o desenvolvimento das pesquisas científicas. Exige a atualização do acervo, aliás a organização do acervo determina o tipo de biblioteca universitária (CRUZ; MENDES; WEITZEL, 2004).

A biblioteca universitária pode ser, segundo sua organização, centralizada – quando possui todo o acervo necessário à universidade –, e descentralizada ou departamentalizada – quando cada unidade de ensino da universidade possui um acervo próprio (CRUZ; MENDES; WEITZEL, 2004, p. 12).

Quanto ao papel ou função da biblioteca universitária, ela tem o compromisso de apresentar atividades de extensão para a comunidade externa.

De acordo com Sueli M. Nunes e Luciana S. Santos (2007), de modo concomitante à própria fundação das universidades, o surgimento das bibliotecas universitárias vem da necessidade de especialização do acervo, objetivando atender à comunidade acadêmica de uma forma específica e dirigida para cada área do conhecimento. Geneviane Duarte Dias, Terezinha Elizabeth da Silva e Brígida Maria Nogueira Cervantes (2013, p. 43) afirmam que “as universidades sempre dispuseram de bibliotecas, mesmo que de forma elementar e incipiente.”

As bibliotecas universitárias estão dentro de uma estrutura maior que são as universidades, as quais avançam em direção à Sociedade do Conhecimento cuja “pedra angular é o acesso à informação e ao aprendizado como um valor chave. Esta sociedade está convertendo suas bibliotecas universitárias no epicentro da gestão do conhecimento da instituição” (MONTANO, 2016, p. 06, tradução nossa).

Além de assumir e reforçar as suas funções tradicionais, as bibliotecas

universitárias têm que identificar quais novas funções devem ser incorporadas às suas tarefas. Em nossa sociedade em rede, diante do universo da informação digital disponível na internet, além de apoiar as funções características da comunidade universitária como a docência, o aprendizado e a investigação científica, as bibliotecas passaram a gerir a produção intelectual digital da universidade e a exercer um papel central na assistência à comunidade universitária nos processos de busca e uso da informação (MONTANO, 2016). Portanto,

As bibliotecas universitárias transformam seus objetivos e funções para converterem-se em um sistema que unifica a informação universitária, ampliam sua missão de conservar e preservar a memória docente e investigadora para torná-la útil e competitiva. Estas bibliotecas tratam de facilitar o aprendizado e a comunicação acadêmica, adaptando-se ao mundo digital, à sua instituição e a seus usuários<sup>3</sup> (MONTANO, 2016, p. 11, tradução nossa).

Considerando a biblioteca universitária como um espaço de comunicação, de difusão de informações, de construção e trocas de conhecimentos em uma rede de relacionamentos, tem-se cada vez mais a predominância do desenvolvimento de projetos com a participação de equipes multidisciplinares. O desenvolvimento de planos, projetos e políticas de preservação é um exemplo de ação que demanda o envolvimento de profissionais de diversas áreas. Em um trabalho multidisciplinar, é o bibliotecário quem garante que os "objetivos estabelecidos para a biblioteca não se percam com o passar do tempo" (VERGUEIRO, 1995, p.7).

O bibliotecário de bibliotecas universitárias, é "o mediador da informação no processo de formação dos profissionais que depois estarão gerando conhecimento ou prestando serviços à sociedade" (STUMPF, 2014, p.134).

### 2.1.1 Desenvolvimento de coleções

Na Idade Média, as igrejas e os gabinetes dos príncipes eram locais de acumulação das coleções, verdadeiros tesouros compostos de maravilhas: relíquias, objetos sagrados, obras de arte etc. Conforme Krzysztof Pomian (1984) esclarece, o

<sup>3</sup> Las bibliotecas universitarias transforman sus objetivos y funciones para convertirse en un sistema que unifica la información universitaria, amplían su misión de conservar y preservar la memoria docente e investigadora para hacerla útil y competitiva. Estas bibliotecas tratan de facilitar el aprendizaje y la comunicación académica, adaptándose al mundo digital, a su institución y a sus usuarios (MONTANO, 2016, p. 11).

clero e a nobreza eram os agentes que formavam suas coleções ou encarregavam seus subordinados de as formar por eles, servindo-se delas para afirmar a sua posição dominante. Pedrão e Murguia (2013) explicam que a detenção das coleções era sinônimo de superioridade. O ato de colecionar representava conhecimento através da observação das coleções que representavam o mundo de forma objetiva. Segundo Pomian (1984), a partir da segunda metade do século XV é que surgem os novos locais, nos quais as coleções se formam, dentre eles estão as bibliotecas e os gabinetes dos produtores da arte e do saber. De acordo com Pedrão e Murguia (2013, p. 400), posteriormente ao século XVI, “[...] com a diversidade de ocupações e interesses [...]”, cientistas e estudiosos passaram a praticar o colecionismo para estudo por meio da observação dos objetos. Conforme Pomian (1984) afirma, nos séculos XVII e XVIII, a grande maioria da população não tinha acesso ao que se acumulava nas coleções particulares. O acesso era restrito apenas àqueles a quem os proprietários permitiam, em geral, aos membros de um mesmo grupo social – artistas e sábios – os quais se visitavam uns aos outros para pesquisar os objetos úteis ao desenvolvimento de seu trabalho. Ainda segundo Pomian (1984), as únicas coleções disponíveis a todos eram as da Igreja. Por isso, sábios, escritores, eruditos e artistas, isto é, aqueles que não conseguiam frequentar esses lugares começaram a exercer pressão, objetivando ter “livre acesso aos diversos semióforos de que [necessitavam] para exercer as suas atividades profissionais: aos livros e aos manuscritos, às fontes históricas, aos objetos” (POMIAN, 1984, p. 81-82). Os artistas e os cientistas procuravam o apoio do poder sem o qual não podiam ficar, pois necessitavam de encomendas oficiais (POMIAN, 1984). De acordo com Pomian (1984, p. 79), havia a “tendência do próprio poder” de submeter aqueles que produziam obras de arte e conhecimentos ao seu controle, com o intuito de utilizá-los com fins políticos e “nomeadamente naquilo que hoje se chama propaganda.” Pedrão e Murguia (2013) acrescentam que a partir do desenvolvimento do comércio e da expansão das trocas, pessoas de menor poder aquisitivo se iniciaram nessa prática, como os comerciantes especializados em produtos exóticos. O colecionismo se tornou, assim, uma prática de mercado. Conforme Pomian (1984), posteriormente, como resposta à pressão desses membros que não tinham acesso às coleções particulares, nem mesmo podendo visitar aquelas de posse dos privilegiados, os detentores do poder fundam as bibliotecas públicas e, mais tarde, os museus; “ainda que alguns deles fossem também movidos por preocupações

religiosas” (POMIAN, 1984, p. 82). Assim, consta como a primeira das grandes bibliotecas públicas, “a Bodleiana, aberta em 1602 em Oxford e acessível a todos os membros da universidade” (POMIAN, 1984, p.82).

No que tange à noção de coleção, Pomian (1984), a define como

qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público (POMIAN, 1984, p. 53).

Este autor salienta o “caráter rigorosamente descritivo” desta definição (POMIAN, 1984, p. 53). Além de estudar a realidade dos museus, tece considerações sobre o caso específico das bibliotecas. Sobre a definição de coleção descrita anteriormente, que demonstra as condições que um conjunto de objetos deve satisfazer para que seja possível considerá-lo uma coleção, sublinha que “[...] estas condições são satisfeitas não só pelos museus e pelas coleções particulares, mas também pela maior parte das bibliotecas e dos arquivos” (POMIAN, 1984, p. 53). Contudo, em relação às bibliotecas, o referido autor observa que

O caso das bibliotecas é mais complicado. Acontece de fato que os livros são tratados enquanto objetos, isto é, que se colecionam as belas encadernações, as obras ilustradas, etc. Neste caso, o problema não existe, como não existe quando uma biblioteca desempenha a função de arquivo ou quando contém apenas obras de entretenimento. Existem todavia bibliotecas que recolhem unicamente livros de onde se extraem as informações necessárias ao exercício das atividades econômicas; estas bibliotecas não podem então ser assimiladas às coleções (POMIAN, 1984, p. 53).

Como se observa na citação anterior, Pomian (1984) não considera as bibliotecas que possuem livros utilizados para fins de atividades econômicas como bibliotecas que possam ser relacionadas às coleções, pois, retomando sua definição de coleção, mencionada no início desta seção, uma coleção é um conjunto de objetos mantidos “[...] fora do circuito das atividades econômicas [...]” (POMIAN, 1984, p. 53).

Murguia e Yassuda (2007) falam dos princípios que, historicamente, regeram as coleções de livros. Os dois princípios citados a seguir referem-se à Biblioteca de Alexandria e às bibliotecas de príncipes e reis. De acordo com estes autores,

as coleções de livros se sustentaram com base em dois princípios: o primeiro como símbolo de ostentação e poder e o segundo como desejo de reunir em um único espaço o maior conhecimento possível. Por esses motivos formaram-se as bibliotecas: lugares de ostentação e de criação de conhecimento [...] (MURGUIA; YASSUDA, 2007, p. 73).

O colecionismo nas bibliotecas sempre motivou o interesse e a curiosidade sobre o ato de colecionar livros, assim surgiram os estudos sobre a Bibliofilia e sobre a experiência de colecionadores de livros (MURGUIA, 2009). José Reginaldo Santos Gonçalves (2009) estabelece importante relação entre a categoria patrimônio e a categoria colecionamento, dizendo que

A categoria “coleccionamento” traduz, de certo modo, o processo de formação de patrimônios. Sabemos que esses, em seu sentido moderno, podem ser interpretados como coleções de objetos móveis e imóveis, apropriados e expostos por determinados grupos sociais. Todo e qualquer grupo humano exerce algum tipo de atividade de colecionamento de objetos materiais, cujo efeito é demarcar domínio subjetivo em oposição ao “outro”. O resultado dessa atividade é precisamente a constituição de um patrimônio (GONÇALVES, 2009, p. 26).

A Biblioteconomia apresenta em sua origem histórica e etimológica o estudo das coleções, preocupando-se com a organização e o uso das coleções de livros, levando-se em conta as necessidades dos usuários. Passou a considerar os estudos de planejamento e administração a partir do embasamento da Administração e, nesse sentido, debruçou-se sobre os estudos do planejamento do desenvolvimento de coleções (VERGUEIRO, 1989 *apud* MURGUIA, 2009). Os estudos de usuários e da bibliometria possibilitaram o aperfeiçoamento de modelos, métodos e técnicas de previsão do crescimento das coleções, dando mais clareza aos bibliotecários acerca da constituição de seus acervos (ANDRADE; VERGUEIRO, 1996 *apud* MURGUIA, 2009).

Quanto ao desenvolvimento de coleções, segundo Weitzel (2013), a biblioteca que não desenvolve suas coleções falha em sua missão de prover a informação para o cidadão. Diante da impossibilidade de se armazenar tudo o que for preservado, esta autora afirma que se deve priorizar os recursos informacionais que têm a ver direta ou indiretamente com as áreas cobertas pela mesma, levando-se em conta as características da comunidade de usuários e da instituição (WEITZEL, 2013). No gerenciamento de coleções<sup>4</sup> em bibliotecas universitárias, a atividade

---

4 Para Dan Hazen (2001, p. 07), os dois principais tipos de decisão concernentes à atividade de

acadêmica é, como afirma Dan C. Hazen (2001), um indicador de demanda local por fontes de informação em determinada área. Assim, há um esforço maior no desenvolvimento de coleções da área-fim que é a área de atividade acadêmica mais intensiva da biblioteca universitária do que em outros campos periféricos. Weitzel (2013) se utiliza da analogia do guarda-chuva para explicar o conceito de Desenvolvimento de Coleções. Debaixo desse guarda-chuva estão, além dos seis elementos citados por Evans (2000, p. 16-17): estudo da comunidade, política de seleção, seleção, aquisição, desbastamento e avaliação, outros três, passando para nove os componentes do guarda-chuva: política de aquisição, política de avaliação e política de desbastamento. Hazen (2001, p.8), cuja acepção é mais preservacionista, emprega o termo “gerenciamento de coleções”, afirmando que “o gerenciamento de coleções engloba todas as operações que afetam a manutenção e a possibilidade de acesso aos materiais após sua aquisição”, enquanto Evans (2000) aborda o conceito de Desenvolvimento de Coleções e o define como o processo de identificar as forças e as fraquezas das coleções de materiais da biblioteca em termos de necessidades da comunidade, tentando corrigir a existência de possíveis fraquezas.

A importância de o bibliotecário conhecer a história da biblioteca, contextualizando-a com a história da instituição que a abriga e de o bibliotecário conhecer também a história da formação das suas coleções está em que “para conceber os objetivos de uma biblioteca, de um museu e mesmo da política de suas coleções necessitamos saber, antes, como essas coleções se formaram” (MURGUIA, 2009, p. 95). A dinâmica dessas coleções é que reproduz os objetivos e as políticas dessas instituições. Murguia (2009, p. 98) aponta para a necessidade de se considerar “[...] as coleções (suas origens e percursos) como um elemento que sirva como uma base epistemológica às instituições 'coletoras de cultura' (bibliotecas e museus)”, já que nas coleções se revelam “os saberes e os fazeres próprios de cada instituição”, assim como “as práticas e representações sociais nas quais elas estão arraigadas.”

Para formar e desenvolver as coleções de uma biblioteca, é fundamental que o bibliotecário conheça bem a instituição em que atua. Waldomiro Vergueiro (1995) destaca a importância de o bibliotecário conhecer seu acervo, saber quais os pontos fortes e fracos de sua biblioteca e em que aspectos o acervo já atingiu o seu estágio

---

preservação são: o gerenciamento e o desenvolvimento de coleções. Em seu ensaio “Desenvolvimento, gerenciamento e preservação de coleções”, este autor analisa as relações entre o desenvolvimento e o gerenciamento de coleções com a preservação.

ideal de desenvolvimento. Acrescenta que o bibliotecário deve conhecer o seu usuário e suas necessidades informacionais, sabendo diferenciar as necessidades reais - com características duradouras - das necessidades esporádicas - ditadas por influências de modismos (VERGUEIRO, 1995). Blanca San José Montano (2016) também aborda essa questão das fortalezas e debilidades das coleções no desenvolvimento de coleções. A referida questão nos remete à área da Administração e, nesse contexto, as bibliotecas são consideradas como organizações. Para Alba Costa Maciel e Marília Alvarenga Rocha Mendonça (2006), não importa a categoria ou a realidade em que esteja inserida, “a biblioteca deve ser vista como uma organização, como uma empresa, a maioria das vezes, com fins não-lucrativos, com resultados programados e avaliados constantemente” (MACIEL; MENDONÇA, 2006, p.7). Partindo desta abordagem, considerando as bibliotecas como organizações, deve-se observar, quanto aos seus aspectos internos, quais são suas forças e fraquezas e como a instituição explora as oportunidades e lida com as ameaças do ambiente. Essa análise organizacional permite conhecer as suas potencialidades e vulnerabilidades. Sendo assim, o “reconhecimento de problemas, sua localização e seu possível equacionamento só podem ser realizados a partir da perspectiva do observador dentro da estrutura onde eles ocorrem” (MACIEL; MENDONÇA, 2006, p.8). Não se deve perder “a visão holística da biblioteca, porque a perspectiva global permite um melhor entendimento da organização, de seus subsistemas, dos macro-ambientes e da interdependência entre eles” (MACIEL; MENDONÇA, 2006, p.12).

Da área da Administração temos o "termo SWOT (do inglês, *strenghts, weakness, opportunities e threats*) [que] poderia ser denominado FFOA (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças)” (CHIAVENATO, 2014, p.175). Segundo Idalberto Chiavenato (2014), a análise SWOT deve ser feita periodicamente.

Maria Luisa Cabral (2005) nos esclarece que passamos a conhecer as coleções à medida que convivemos com elas. Assim, aprendemos a conhecer as temáticas, os autores e suas obras pelo trabalho diário com eles. Segundo ela, conhecer as coleções tem uma tripla finalidade: “para mais fundamentadamente se processarem novas aquisições”, “para antecipar serviços de qualidade superior” e, ainda, “para melhor se concretizar o exercício de ações de preservação e conservação” (CABRAL, 2005, p.12).

No que concerne à conexão do livro com a biblioteca e com os objetos do

mundo, Jacob (2006) afirma que

Todo novo livro mantém uma relação de homologia com a biblioteca que o tornou possível e pensável: resume-lhe o saber adquirido, traça um percurso em suas coleções e desdobra em torno de si uma rede de alianças, anterioridades e autoridades por intermédio das citações, da exegese, até mesmo da polêmica (JACOB, 2006, p. 12).

Moreira (2015, p.5) destaca a funcionalidade do livro, dizendo que quando um livro passa a fazer parte do acervo de uma biblioteca, a funcionalidade desse livro “não apenas é mantida como se multiplica em razão dos diálogos que se poderão estabelecer entre ele e os demais livros que o acompanham, entre ele e os objetos textuais que dele se avizinham.” Nesse contexto, vemos a apropriação que um leitor faz de leituras discutidas no passado. A biblioteca “gera diálogos diferidos, reiterados e impossíveis. Ela permite justapor ideias, fatos e informações formulados outrora por autores diferentes, separados no espaço e no tempo” (JACOB, 2006, p.51). Do ponto de vista de Moreira (2015, p.2), a biblioteca considerada como um espaço de arquivamento do saber escrito representa também um “local de produção e expansão desse saber, pois se abre a processos de leituras e releituras dos quais germinam novos pensamentos [...]”. É preciso, portanto, compreender a relação do objeto com os demais e com o mundo. Moreira (2015, p.5) define o livro e a biblioteca como figuras centrais para se compreender o processo de produção do conhecimento, “pois se apresentam como uma imensa base de saberes disponíveis à leitura, à interpretação e à expansão, contínuas.”

No âmbito do desenvolvimento de coleções e da preservação, de acordo com Hernampérez (1999), todas as atividades desempenhadas em uma biblioteca, da seleção dos serviços que a biblioteca irá oferecer à comunidade à localização física das obras nas estantes, “estão imbricadas no processo de preservação e, o que é mais importante, devem haver sido adotadas levando-se em conta suas necessidades de conservação” (HERNAMPÉREZ, 1999, p.26, tradução nossa). Segundo Hazen (2001) as decisões envolvendo a preservação dos acervos estão inseridas no âmbito do desenvolvimento de coleções, pois são decisões de seleção de itens individuais dentro de um volume maior de materiais.

No desenvolvimento de coleções, os bibliotecários devem decidir quais os materiais mais importantes para aquisição. Na preservação item-por-item, [...] [os bibliotecários deverão indicar quais]



documentos merecem menos a destruição. Uma observação mais cuidadosa das decisões de desenvolvimento de coleções deveria permitir-nos propor uma estrutura análoga para a preservação (HAZEN, 2001, p.10).

Beatriz Mugayar Kühl (2009) fala da responsabilidade daqueles que atuam na preservação, dizendo que

A responsabilidade de quem atua na preservação é assegurar o direito ao conhecimento e à memória - e seu poder como propulsora de transformações - como necessidade humana e social, que implica o dever de preservar para permitir, incentivar e assegurar que vários tipos de testemunhos do fazer humano, atuais e pretéritos, existam e convivam e que sejam respeitados em sua plenitude. (KÜHL, 2009, p.10).

Assim, de acordo com Kühl (2009), pela preservação do patrimônio perpassa o direito ao conhecimento e à memória. Preservar o patrimônio significa preservar a memória técnico-científica e cultural da Universidade para o fortalecimento de sua identidade institucional. De acordo com Andréa Cristina de Barros Queiroz (2010), os espaços de memória fazem parte de um conjunto de iniciativas para registro dos dados coletados em pesquisas e para o recolhimento dos documentos, móveis, utensílios e equipamentos, os quais, apreendidos em sua dimensão histórica, serão inventariados em conjuntos coerentes, para em seguida serem socializados para a consulta ao público interessado (XAVIER, *apud* QUEIROZ, 2010). A importância da identificação desses materiais está no fato de que “tais documentos e objetos tornam-se depositários da história da instituição, passando a compor o seu patrimônio cultural” (XAVIER, *apud* QUEIROZ, 2010).

### 2.1.2 Coleções especiais

Para os objetivos deste estudo, coleções especiais são entendidas, segundo a definição da Universidade de Glasgow ([2012?]):

Coleções especiais são aquelas coleções de livros e arquivos consideradas suficientemente importantes (ou “especiais”) para serem preservadas para as gerações futuras. São frequentemente muito velhas, raras ou únicas, ou frágeis. Geralmente têm pesquisa significativa e/ou valor cultural<sup>5</sup> (UNIVERSITY OF GLASGOW,

---

5 Special Collections are those collections of books and archives considered important (or "special")

[2012?], tradução nossa).

As coleções especiais são, frequentemente, bibliotecas ou arquivos pessoais de indivíduos e possuem, geralmente, o nome de seus proprietários originais. As coleções são mantidas juntas e também podem ser criadas artificialmente pelas instituições com a finalidade de criar recursos de pesquisa que sirvam para apoiar as necessidades de seus usuários e, em relação às universidades, o ensino e a aprendizagem (*UNIVERSITY OF GLASGOW*, [2012?]).

Às vezes, os itens separados dentro de uma coleção não são em si mesmos “raros” ou “valiosos”, mas ganham importância a partir do contexto em que foram coletados ou porque formam uma massa crítica de material sobre um tópico particular (ou seja, a soma é maior que as partes) (*UNIVERSITY OF GLASGOW*, [2012?], tradução nossa).<sup>6</sup>

A fim de preservar as coleções para o futuro, as coleções especiais são, geralmente, armazenadas de forma separada das demais e controlada e, dessa forma, os níveis de temperatura, umidade e luz podem ser cuidadosamente controlados e monitorados. Ademais, para a segurança e proteção das coleções especiais, em geral, há regras para assegurar que o material seja manuseado corretamente e para salvaguardá-lo para o futuro e, normalmente, o acesso dos pesquisadores a essas obras acontece em uma sala de leitura designada para esse fim (*UNIVERSITY OF GLASGOW*, [2012?]).

A literatura especializada conceitua coleção especial em bibliotecas, podendo “referir-se a diferentes formas de registro, segmentadas em coleções distintas, conforme sua materialidade – o conjunto dessas diferentes coleções especiais constitui um acervo especial” (PINHEIRO, 2015, p. 34). As coleções especiais são caracterizadas também “pelo compromisso institucional com a preservação e o acesso em longo prazo” (PINHEIRO, 2015, p. 34).

Apenas a título de maior esclarecimento, nos utilizamos da definição e dos

---

enough to be preserved for future generations. They are often very old, rare or unique, or fragile. Usually they have significant research and/or cultural value. Disponível em: <<http://www.gla.ac.uk/services/specialcollections/whatarespecialcollections/>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

6 Sometimes the separate items within a collection are not in themselves "rare" or "valuable" but gain importance from the context in which they were collected or because they form a critical mass of material on a particular topic (i.e. the sum is greater than the parts). Disponível em: <<http://www.gla.ac.uk/services/specialcollections/whatarespecialcollections/>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

estudos de Ana Virginia Pinheiro (2015) – autora que é uma referência na área – sobre obra rara para distinguirmos este conceito daquele de coleção especial. Livro raro é o “item bibliográfico desse modo identificado porque é o único exemplar conhecido, porque é precioso para quem o possui, ou porque é inquestionavelmente raro” (PINHEIRO, 2009 *apud* PINHEIRO, 2015, p. 33). Esta autora acentua o caráter subjetivo desse conceito, explicando que, “geralmente, o sentido do que é raro é subjetivo, dependendo do ponto de vista de quem analisa as obras que comporão uma coleção de livros raros que é, por isto, especial” (PINHEIRO, 2015, p. 33-34). A subjetividade do conceito está atrelada à visão de mundo de quem está responsável por identificar o que é raro em um acervo. A subjetividade relaciona-se “à cultura, à erudição e ao conhecimento da área temática e do livro, sob o ponto de vista de seu conteúdo e de sua materialidade [...]” (PINHEIRO, 2015, p. 34). Os critérios de raridade de cada biblioteca devem levar em conta “a missão institucional e a formação e o desenvolvimento da coleção, no presente e no futuro” (PINHEIRO, 2015, p. 34). Adiciona-se a isso, ter em vista alguns aspectos relativos à natureza e a história das obras como: “1) limite histórico, 2) aspectos bibliológicos, 3) valor cultural, 4) pesquisa bibliográfica, e 5) características do exemplar” (PINHEIRO, 2015, p. 34). Dessa forma, reduz-se a subjetividade conceitual de que trata Pinheiro (2015). O conhecimento da coleção especial é fundamental para se definir critérios de raridade para essa coleção. Trata-se de

um recurso fundamental para a identificação da coleção, desenvolvido a partir de sua catalogação, mediante análise bibliológica, que é o exame item a item, página a página, para descrever sua materialidade, e de pesquisa bibliográfica, que envolve o levantamento de fontes que citam a obra em estudo, para registrar a importância de sua edição, de seu autor, de seu conteúdo, de sua história (PINHEIRO, 2015, p. 35).

Em se tratando de acervos especiais, “o processo de conhecer seus itens deveria ser prática primordial, pois contribui, dentre outras maneiras, para individualizar a coleção e salvaguardá-la” (LINO; HANNESCH; AZEVEDO, 2003, p. 67). Pinheiro (2015) destaca a importância do inventário das coleções e da catalogação como

recursos de preservação e de acesso aplicáveis a obras de significância, de modo a serem conhecidas, identificadas e protegidas, conforme acordos e recomendações internacionais de segurança para

obras raras e especiais, também configuradas como obras de arte [...] (PINHEIRO, 2015, p. 37).

De acordo com Pinheiro (2015, p. 39), a salvaguarda das coleções especiais envolve a guarda, a proteção e a vigilância das obras e baseia-se no estabelecimento de políticas estratégicas que vão subsidiar a tomada de decisão como, por exemplo: 1) “prioridades de processamento”; 2) “condições de reprodução (por demanda, por iniciativa do bibliotecário, para acesso remoto)”; 3) “recursos que complementem o restauro, a digitalização e a microfilmagem (descrições bibliográficas exaustivas, com informações detalhadas sobre o item)”; 4) “soluções para situações de perda (vandalismo, furto e roubo)”; “5) “ações preventivas ou curativas para situações de risco (sinistros)”; 6) “definições sobre questões de posse e propriedade (coleções doadas, vendidas ou guardadas por tempo determinado ou não)”; 7) “condições de acesso às coleções (definição de áreas de guarda, sinalização, normas de trânsito e perfil de usuário)”; 8) “critérios de armazenamento (normas de guarda, padrões de mobiliário, monitoramento ambiental)”; 9) “padrões de acondicionamento (embalagens)”; 10) “normas de uso (critérios, treinamento, técnicas de manuseio)”; 11) “procedimentos técnicos sistêmicos e continuados (inventário, catalogação, higienização)”; 12) “serviços e produtos; entre outros procedimentos.”

André Vieira de Freitas Araújo (2015), fazendo alusão à concepção de documento – ligado à experiência histórico-social – como monumento de Jacques Le Goff, aborda a questão do tratamento das obras raras e especiais, dizendo:

Creio que este princípio da teoria crítica do documento é muito frutífero para compreendermos, em níveis mais aprofundados, o modo como as coleções raras e especiais são identificadas, formadas, classificadas, organizadas e disponibilizadas. Se, por um lado, a monumentalidade de determinadas coleções pode ter a intenção de produzir identidades institucionais “mais sólidas”, por outro, esta mesma monumentalidade pode impor o futuro. Esta monumentalidade pode estar ligada não só às coleções, mas também aos próprios instrumentos de classificação e representação dessas coleções que podem evidenciar mais alguns aspectos e ofuscarem outros (ARAÚJO, 2015, p.23).

Contudo, Araújo (2015, p.22) destaca a importância de se refletir “sobre os valores atribuídos a determinadas coleções com base em intencionalidades institucionais”, pois

a falta de debate conceitual e de reflexão contínua sobre os saberes e fazeres que envolvem a gestão de coleções raras e especiais faz com que instituições e curadores, por vezes, monumentalizem suas coleções, bem como os instrumentos criados a partir dessas (ARAÚJO, 2015, p. 22).

Para um melhor entendimento da citação acima, explicamos que Araújo (2015, p. 22) parte do viés da monumentalidade das coleções de Le Goff, para citar como exemplo clássico o “uso alargado, automático e por vezes pasteurizado dos critérios para estabelecimento de raridade da Biblioteca Nacional (BN), em grande parte das bibliotecas de nosso país.” O que este autor pretende ilustrar é que tais critérios devem servir como referências para as instituições “e não, necessariamente, como instrumentos totais, uma vez que as instituições diferem umas das outras e que os significados dados aos documentos podem ser outros” (ARAÚJO, 2015, p. 22). As bibliotecas possuem histórias distintas e suas coleções de livros e documentos são formadas sob motivações diversas. Nesse sentido, há necessidade de uma revisão crítica dos instrumentos de trabalho, no que diz respeito à raridade bibliográfica “que são colocados como únicos, tanto do ponto de vista profissional quanto social” (ARAÚJO, 2015, p. 22).

Neste sentido é que se torna arriscado a constante monumentalidade que se faz, no campo da raridade bibliográfica em nosso país, das instituições, dos documentos auxiliares à gestão e mesmo dos curadores. Há vozes institucionais não reveladas que precisam ser expostas (ARAÚJO, 2015, p. 22).

Ainda, segundo Araújo (2015, p. 24), no que se refere à monumentalidade atribuída às coleções, “ao passar por sua possível monumentalidade, coleções raras e especiais correm o risco de atenderem desejos pessoais ou institucionais não associados ao caráter público, social e material da informação.”

Nas universidades, as coleções possuem a premissa de atender à demanda informacional relacionada às atividades científicas: pesquisas e trabalhos técnicos, sendo que “é na dinâmica da pesquisa científica que as coleções raras e especiais exercem uma dupla função: fontes e objetos” (ARAÚJO, 2015, p. 27). Constituindo-se como fontes, as coleções raras e especiais vão auxiliar na construção das etapas de uma pesquisa como, por exemplo: na definição do tema, objeto, problema, objetivos, justificativa, hipóteses, metodologia e referencial teórico. Por outro lado, as coleções raras e especiais “quando abordadas a partir de seu conteúdo e dimensão

intelectual [...] também podem ser o próprio objeto de pesquisa” (ARAÚJO, 2015, p. 27). Faz-se necessário atribuir às coleções características de fontes para pesquisas. Sendo assim, como procedimento inicial e essencial, é preciso interrogar as fontes, “pois elas não são dadas, mas sim buscadas e determinadas” (2015, p. 27). Este autor acrescenta que “é este questionamento que circunscreve e que dá estatuto de fonte às coleções, sejam elas raras/especiais ou não” (ARAÚJO, 2015, p. 27).

No que tange aos responsáveis pelas coleções raras e especiais, Araújo (2015) afirma que

Curadores de coleções raras e especiais precisam considerar o contexto no qual os acervos são formados ao desenvolverem suas práticas de seleção, organização, avaliação e difusão da informação, incluindo ainda as práticas de preservação (ARAÚJO, 2015, p. 28).

Pinheiro (2015, p. 40) destaca a importância da apreensão da literatura científica disponível e da educação patrimonial, “centrada no sentido de pertencimento da biblioteca sob sua guarda” para solucionar deficiências na formação do bibliotecário como responsável por coleções especiais e raras.

Quanto ao acesso às coleções especiais – coleções patrimoniais da biblioteca – este “deixa de constituir utopia se existirem políticas efetivas, que considerem a guarda e o acesso como resultados de políticas de formação e desenvolvimento [de coleções]” (PINHEIRO, 2015, p. 41).

### 3 O PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO DE C&T

No contexto do patrimônio bibliográfico de C&T, torna-se importante destacar as iniciativas brasileiras que promoveram os acervos científicos. Nesse contexto, insere-se o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), cuja importância para as bibliotecas universitárias está no compartilhamento de recursos bibliográficos através do esteio da memória do patrimônio de C&T, do aumento da produção científica e sua visibilidade, do acesso livre à informação e da inserção dos cidadãos na Sociedade da Informação (INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA). Outra iniciativa importante para a promoção dos periódicos brasileiros foi o SciELO que teve início no Brasil em 1998, em decorrência de um projeto-piloto em parceria com a FAPESP e o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. O SciELO foi uma estratégia para superar a fraca presença dos periódicos de países em desenvolvimento nos índices internacionais (PACKER, 2014). Entre os seus objetivos, o SciELO tencionava

[...] desenvolver competência e infraestrutura para indexar e publicar na Internet um conjunto selecionado de periódicos brasileiros, de diferentes disciplinas, que adotassem a avaliação pelos pares, e lidar com textos em diversos idiomas. O segundo foi de aumentar a visibilidade, uso e impacto dos periódicos indexados e das pesquisas que publicam (PACKER, 2014).

A indexação do SciELO foi criada com o intuito de complementar a indexação internacional, sobretudo a do *Science Citation Index*, como forma de ampliar a cobertura dos periódicos através de um sistema online que pudesse medir o desempenho do periódico em número de downloads e com base em indicadores bibliométricos baseados em citações. A Internet possibilita o acesso aberto aos conteúdos de suas coleções, periódicos, fascículos e artigos (PACKER, 2014). No âmbito da UFRJ, o acesso ao SciELO e aos conteúdos de outras bases de dados é feito através de *login* e senha, utilizando a intranet da universidade que é o caminho para acessar o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Este Portal revolucionou o acesso à informação científica no Brasil, oferecendo gratuitamente aos usuários das instituições participantes, principalmente, bibliotecas universitárias federais e estaduais, acesso ao conteúdo das bases de dados.

### 3.1 O conceito de patrimônio

A palavra patrimônio, segundo Françoise Choay ([1999?], p.11), liga-se, em sua origem, “às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo.” Para Gonçalves (2009, p. 27), a noção “confunde-se com a de propriedade”, opinião compartilhada por Regina Abreu (2009). Segundo ela, a noção de patrimônio traz, etimologicamente, a ideia de herança paterna. Em uma acepção jurídica, “refere-se a um complexo de bens, materiais ou não, direitos, ações, posse e tudo o mais que pertença a uma pessoa ou empresa e seja suscetível de apreciação econômica” (ABREU, 2009, p. 34-35).

André Desvallées e François Mairesse (2010, p. 64, tradução nossa) afirmam que “a noção de patrimônio designava, no direito romano, o conjunto dos bens recolhidos por sucessão [...] por oposição aos bens adquiridos.”

Maria Cecília Londres Fonseca (2005) afirma que é no século XVIII que emergem as noções de patrimônio e de nação. Segundo ela,

A noção de patrimônio é [...] datada, produzida, assim como a ideia de nação, no final do século XVIII, durante a Revolução Francesa, e foi precedida, na civilização ocidental, pela autonomização das noções de arte e de história. O histórico e o artístico assumem, nesse caso, uma dimensão instrumental, e passam a ser utilizados na construção de uma representação de nação (FONSECA, 2005, p. 37).

Como enfatiza Abreu (2009), é apenas após a Revolução Francesa que o significado da palavra patrimônio deixa de se limitar à esfera do privado e se estende para “o conjunto dos cidadãos.” Desenvolve-se, a partir de então, a ideia de “bem comum” a ser preservado (ou salvo) para a coletividade. Para a autora, a “emergência da noção de patrimônio, como bem coletivo associado ao sentimento nacional, dá-se inicialmente num viés histórico e a partir de um sentimento de perda. Era preciso salvar os vestígios do passado, ameaçados de destruição” (ABREU, 2009, p. 35).

Quanto à noção de patrimônio cultural, para Desvallées e Mairesse (2010), teria surgido no século XVII, antes de ser retomada pela Revolução Francesa. Ao longo do tempo, o termo adquiriu usos mais ou menos amplos, experimentando uma maior expansão no mundo latino – a partir de 1930 – do que no mundo anglo-saxão. A ideia de patrimônio se coaduna, irremediavelmente, à ideia de perda ou de



desaparecimento potencial – como se observou a partir da Revolução Francesa – surgindo, conseqüentemente, o desejo de se preservar esses bens. “O patrimônio se reconhece no fato de que sua perda constitui um sacrifício e que sua conservação supõe sacrifícios” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2010, p. 64, tradução nossa). Também, a partir da Revolução Francesa, assim como durante todo o século XIX, vê-se que o patrimônio simboliza o conjunto dos bens imobiliários, confundindo-se, comumente, com a noção de monumento histórico (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2010). Estes autores definem patrimônio como

[...] todo objeto ou conjunto, material ou imaterial, reconhecido e apropriado coletivamente pelo seu valor de testemunho e de memória histórica e digno de ser protegido, conservado e valorizado [...]. Esta noção remete ao conjunto de todos os bens ou valores, naturais ou criados pelo Homem, materiais ou imateriais, sem limite de tempo nem de lugar, quer sejam simplesmente herdados dos ascendentes e ancestrais das gerações anteriores ou reunidos e conservados para serem transmitidos aos descendentes das gerações futuras<sup>7</sup> (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2010, p. 65, tradução nossa).

O patrimônio seria assim um processo cultural ou mesmo o resultado deste. Refere-se tanto aos modos de produção quanto aos de negociação, relacionados à identidade cultural e às memórias coletiva e individual, assim como aos valores sociais e culturais. Por conseguinte, “se aceitamos que o patrimônio representa o resultado de um processo fundado sobre um certo número de valores, isso implica que são estes valores que fundam o patrimônio” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2010, p. 67). Dessa forma, os valores passam a se inter-relacionar, independentemente das fronteiras territoriais. Choay ([1999?]) observa que “a mundialização dos valores [...] contribuiu para a expansão ecumênica das práticas patrimoniais” (CHOAY, [1999?], p. 183). As noções de monumento, cidade histórica e patrimônio cultural e urbano revelam o modo como as sociedades se relacionam com a temporalidade e constroem sua identidade (CHOAY, [1999?]).

Em relação às modernas concepções de patrimônio cultural, vê-se que “os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar “ressonância” junto a seu público” (GONÇALVES, 2005, p.19). Baseada no referido autor, Maria Lucia de

7 [...] tout objet ou ensemble, matériel ou immatériel, reconnu et approprié collectivement pour sa valeur de témoignage et de mémoire historique et méritant d'être protégé, conservé et mis en valeur [...]. Cette notion renvoie à l'ensemble de tous les biens ou valeurs, naturels ou créés par l'Homme, matériels ou immatériels, sans limite de temps ni de lieu, qu'ils soient simplement hérités des ascendants et ancêtres des générations antérieures ou réunis et conservés pour être transmis aux descendants des générations futures (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2010, p. 65).

Niemeyer Matheus Loureiro (2015) afirma:

Muitas vezes [...] os bens culturais chancelados como patrimônio por agências do Estado (como o IPHAN, por exemplo, mas também por órgãos estaduais e municipais de proteção ao patrimônio) e protegidos por instrumentos como o tombamento, o inventário ou o registro não são valorizados ou reconhecidos junto à população (LOUREIRO, 2015, p.25).

Essa questão demonstra que a aceitação dos bens culturais como patrimônio não depende apenas de decisões políticas de indivíduos ou grupos (GONÇALVES, 2005). E como afirma ainda Fonseca (2009, p. 69), os “valores precisam ser aceitos e constantemente reiterados pela sociedade, a partir de critérios que variam no tempo e no espaço.” A memória contida no patrimônio está relacionada com a comunidade onde se insere por laços de pertencimento quando existe reconhecimento pelo povo daquilo que se constitui como patrimônio e da relação deste com a sua própria história e práticas cotidianas. Por agrupar pessoas e acontecimentos, o patrimônio é “passado e presente se conjugando na formação de um patrimônio memória representativo do fazer social” (ARARIPE, 2004, p.114). Ao contrário, se uma sociedade não se reconhece nos símbolos e monumentos instituídos como bens patrimoniais por concepções que envolvem questões econômicas e políticas, torna-se difícil a preservação desses bens. As políticas culturais que tratam dos bens patrimoniais devem levar em conta as apropriações e práticas sociais, sua representação e interpretações para a consideração de um patrimônio pautado na memória que, por sua vez, possibilitará um sentimento de pertencimento em relação ao ambiente social no qual se insere (ARARIPE, 2004).

Como patrimônio cultural estão enquadrados: “aqueles bens que se destacam dos demais por um processo de significação, que se formaliza quando da escolha para que façam parte desse conjunto” (GRANATO; OLIVEIRA, 2012, p. 318).

Segundo Desvallées e Mairesse (2010), nestes últimos anos, o campo patrimonial – cada vez mais complexo – caminhou para uma reflexão mais precisa sobre os mecanismos de constituição e de extensão do patrimônio: a patrimonialização. Assim, além da abordagem empírica, as pesquisas atuais analisam a instituição do patrimônio como o resultado das intervenções e de estratégias combinadas.

O documento da UNESCO intitulado “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial” foi criado por ocasião de sua 32ª sessão, realizada em

Paris, de 29 de setembro a 17 de outubro de 2003. Desse modo, reconheceu-se através deste documento “a importância do patrimônio cultural imaterial como fonte de diversidade cultural”, a “interdependência que existe entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio material cultural e natural”, assim como a necessidade de “novas disposições relativas ao patrimônio cultural imaterial” (UNESCO, 2003).

Quanto ao patrimônio imaterial ou intangível, segundo Gonçalves (2005),

o patrimônio sempre foi e é “material”. Tanto é assim que foi necessário, nos discursos contemporâneos, criar a categoria do “imaterial” ou do “intangível” para designar aquelas modalidades de patrimônio que escapariam de uma definição convencional limitada a monumentos, prédios, espaços urbanos, objetos, etc. É curioso, no entanto, o uso dessa noção para classificar bens tão tangíveis e materiais quanto lugares, festas, espetáculos e alimentos (GONÇALVES, 2005, p.20-21).

Essa categoria do intangível pode estar relacionada “a esse caráter desmaterializado que assumiu a moderna noção antropológica de ‘cultura’” (GONÇALVES, 2005, p. 21), cuja ênfase está nas relações sociais, nas relações simbólicas. Gonçalves (2005) sublinha que se trata de uma categoria criada para representar aqueles elementos que não se enquadrariam na definição convencional de patrimônio, representado por monumentos, prédios, espaços urbanos e objetos.

Ainda sobre a questão do patrimônio material e imaterial, Márcia Chuva (2012) afirma que, no Brasil, há um consenso entre os autores, portanto uma unanimidade sobre a configuração da categoria patrimônio. A noção de patrimônio cultural foi constituída e tem se transformado ao longo do tempo. No caso do Brasil, “as singularidades da trajetória de formação do campo de patrimônio levaram a uma configuração dicotômica dessa categoria, dividida entre material e imaterial.” Entretanto, há, atualmente, unanimidade entre os autores sobre “uma falsa divisão, numa aparente unanimidade sobre o assunto” (CHUVA, 2012, p. 147).

“A acepção mais comum do patrimônio – de onde vem a etimologia da palavra – é o bem familiar” (MELOT, 2004, p.5, tradução nossa). Para este autor, a existência de um patrimônio é necessária à existência da comunidade. Portanto, a comunidade existe somente porque ela se representa em objetos patrimoniais. O objeto patrimonial é um objeto considerado sob o ângulo de seu valor coletivo. “O bem patrimonial deve ser reconhecido coletivamente, e mantido coletivamente” (MELOT, 2004, p. 6, tradução nossa). O reconhecimento do bem patrimonial, assim

como sua gestão “escapam à apropriação ou à decisão individual” (MELOT, 2004, p.5, tradução nossa). O bem patrimonial “não é necessariamente um bem material. A língua faz parte do patrimônio. A memória também [...]” (MELOT, 2004, p. 6, tradução nossa).

Vê-se nos modernos discursos do patrimônio cultural, a ênfase em seu caráter “construído” ou “inventado” (GONÇALVES, 2005, p. 19). Assim, “cada nação, grupo, família, enfim cada instituição construiria no presente o seu patrimônio, com o propósito de articular e expressar sua identidade e sua memória” (GONÇALVES, 2005, p. 19). Entretanto,

o acesso que o patrimônio possibilita, por exemplo, ao passado não depende inteiramente de um trabalho consciente de construção no presente, mas, em parte, do acaso. Se por um lado construímos intencionalmente o passado, este, por sua vez, incontavelmente se insinua, à nossa inteira revelia, em nossas práticas e representações. Desse modo, o trabalho de construção de identidades e memórias coletivas não está evidentemente condenado ao sucesso. Ele poderá, de vários modos, não se realizar (GONÇALVES, 2005, p. 20)

As categorias “ressonância”, “materialidade” e “subjetividade”, selecionadas por Gonçalves (2005, p. 15), trazem alguns aspectos definidores da categoria patrimônio, cuja análise revela o entendimento da vida social e cultural de um povo. Nesse contexto, a categoria patrimônio pode “[...] transitar analiticamente [...] entre diversos mundos sociais e culturais [...]” (GONÇALVES, 2005, p. 18). A ressonância seria representada pela possibilidade de um objeto atingir “[...] um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais”, evocando “no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante” (GONÇALVES, 2005, p. 19). Em relação à materialidade do patrimônio, dentro da perspectiva das teorias antropológicas, no que se refere ao uso analítico da categoria patrimônio, deve-se “colocar em primeiro plano a materialidade da cultura.” E, “não há como falar em patrimônio sem falar de sua dimensão material” (GONÇALVES, 2005, p. 21). Nesse contexto, a categoria patrimônio seria “uma categoria ambígua e que na verdade transita entre o material e o imaterial, reunindo em si as duas dimensões” (GONÇALVES, 2005, p. 21).

A noção de patrimônio cultural desse modo, enquanto categoria do entendimento humano, na verdade rematerializa a noção de “cultura” que, no século XX, em suas formulações antropológicas, foi

desmaterializada em favor de noções mais abstratas, tais como estrutura, estrutura social, sistema simbólico, etc. (GONÇALVES, 2005, p. 21).

No que se refere ao caráter de subjetividade do patrimônio, Gonçalves (2005) assinala que instituições, cerimônias e objetos materiais, quando pensados enquanto patrimônios como categoria de pensamento e, considerando seu potencial analítico,

podem ser percebidos simultaneamente em sua universalidade e em sua especificidade; reconhecidos ao mesmo tempo como necessários e contingentes; adquiridos (ou construídas e reproduzidas no tempo presente) e ao mesmo tempo herdados (recebidos dos antepassados, de divindades, etc.); simultaneamente materiais e imateriais; objetivos e subjetivos; reunindo corpo e alma; ligados ao passado, ao presente e ao futuro; próximos, ao mesmo tempo em que distantes; assumindo tanto formas sociais quanto formas textuais (por exemplo, nas etnografias e nos ensaios em que foram representados) (GONÇALVES, 2005, p.30).

Gonçalves (2009) salienta a importância da Antropologia para o estudo das categorias de pensamento. A história da Antropologia é permeada por categorias estranhas ao pensamento ocidental como: tabu, sacrifício, magia, mito, ritual etc. A categoria patrimônio, ao contrário dessas categorias exóticas ao pensamento ocidental, é bastante familiar e está entre as palavras mais utilizadas em nosso cotidiano. Refletindo sobre o patrimônio enquanto uma categoria de pensamento, Gonçalves (2005) afirma que os objetos materiais não precisam ser compreendidos como simples suportes da vida social e cultural, todavia “podem ser pensados, em sua forma e materialidade, como a própria substância dessa vida social e cultural” (GONÇALVES, 2005, p. 23). Seguindo a ótica do objeto pensado em sua forma e materialidade como substância da vida social e cultural, sublinha que os objetos fazem parte de um sistema de pensamento, de um sistema simbólico.

### 3.1.1 O Patrimônio no plano internacional

Chuva (2012) discorre sobre a importância da Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural em 1972 para a introdução do patrimônio cultural em escala global, afirmando que:

Em termos internacionais, a inserção do campo do patrimônio cultural em escala global, que vinha se constituindo desde o final da 2ª Guerra Mundial, alcançou seu ápice com a aprovação final da Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, de 1972, que vinha sendo desenhada desde a década anterior [...], na Assembléia Geral da Unesco (CHUVA, 2012, p. 157).

O surgimento das cartas patrimoniais representou o estabelecimento de medidas administrativas como diretrizes para a gestão e preservação do patrimônio. Assim, surgiu, em 1931, a Carta de Atenas, resultado de um encontro em Atenas de profissionais de várias partes do mundo preocupados com a preservação de bens culturais. Em 1964, um outro encontro, dessa vez em Veneza, o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, deu origem à Carta de Veneza (MURGUIA; YASSUDA, 2007).

A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) realizada em 1972, com o reconhecimento do Brasil em 12 de dezembro de 1977, pelo Decreto nº 80.978, previa a proteção do patrimônio mundial cultural e natural. Esta Conferência considerou uma série de questões, como: a ameaça de destruição cada vez mais crescente a que o patrimônio cultural e o natural estão sujeitos, pelas causas tradicionais de degradação, e também pelo desenvolvimento da vida social e econômica; a degradação de um bem pertencente ao patrimônio cultural e natural significa também um empobrecimento do patrimônio de todos os povos; que a salvaguarda do patrimônio esbarra na insuficiência de recursos econômicos, científicos e técnicos do país; que as convenções realizadas, assim como as recomendações e resoluções internacionais demonstram a importância da salvaguarda dos bens culturais e naturais, únicos e insubstituíveis, qualquer que seja o seu lugar de origem; que determinados bens que constituem o patrimônio cultural e natural apresentam um excepcional interesse, sendo, portanto, necessária a sua preservação como patrimônio mundial da humanidade; atribui-se à coletividade

internacional, participar na proteção do patrimônio cultural e natural que se constitua como bem de valor universal excepcional, por meio de uma assistência coletiva que complete eficazmente a ação do Estado. Nesse contexto, torna-se indispensável que se estabeleçam novas disposições para a “proteção coletiva do patrimônio cultural e natural de valor universal excepcional, organizado de modo permanente e segundo métodos científicos e modernos [...]” (UNESCO, 1972). Foram reconhecidos por essa Convenção como patrimônio cultural os monumentos, conjuntos e locais de interesse de "valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência" (UNESCO, 1972).

### 3.1.2 O Patrimônio na legislação brasileira

Fonseca (2005) aborda a estruturação do patrimônio histórico e artístico nacional, ressaltando o papel dos agentes e dos instrumentos jurídicos específicos na atribuição de valor que confere aos bens patrimoniais o caráter de proteção. A construção de patrimônios históricos e artísticos nacionais é característica dos Estados Modernos que, por intermédio de agentes, selecionados entre os intelectuais, e utilizando-se de instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público. “Pelo valor que lhes é atribuído enquanto manifestações culturais e enquanto símbolos da nação, esses bens passam a ser merecedores de proteção, visando à sua transmissão para as gerações futuras” (FONSECA, 2005, p. 21).

Chuva (2012) menciona a questão da atribuição de valores nos processos de patrimonialização, enfatizando a importância dos sentidos e significados atribuídos aos bens pelos grupos ligados a eles. Os valores identificados nos bens culturais são atribuídos pelos homens e, por isso, “não são permanentes, tampouco são intrínsecos aos objetos ou bens de qualquer natureza” (CHUVA, 2012, p. 163). Os processos de patrimonialização devem destacar os significados atribuídos aos bens pelos grupos de identidade ligados a eles. Entretanto, os instrumentos adotados para sua proteção podem variar de acordo com a natureza e o tipo de bem cultural (CHUVA, 2012).

Fonseca (2005, p. 35) aborda a questão dos patrimônios históricos e artísticos nacionais a partir dos “processos e práticas de construção desses patrimônios,

conduzidos por atores definidos e em circunstâncias específicas.” Caberia a determinados atores a prerrogativa de atribuir “valor de patrimônio” a uma seleção de bens e, portanto, justificar sua preservação. Assim, “[...] o valor cultural que se atribui a esses bens tende a ser naturalizado, sendo considerada sua propriedade intrínseca, acessível apenas a um olhar qualificado” (FONSECA, 2005, p. 36) dos responsáveis pela integridade material dos bens e dos formuladores das políticas de preservação. A autora destaca o fato de as políticas de preservação “estarem voltadas para as coisas e mesmo serem absorvidas por elas.” Acrescenta ainda que a necessidade de se resistir a pressões, no que se refere à destruição por fatores naturais ou pela ação humana está associada “[...] à responsabilidade, inclusive penal, do Estado e de eventuais proprietários, em relação aos bens tombados [...]” (FONSECA, 2005, p. 36). Assim, observa-se que o objetivo principal das políticas de preservação é a proteção dos bens patrimoniais. Geralmente, as políticas de preservação são orientadas por intelectuais que atuam em nome do interesse público “[...] na defesa da cultura, identificada com os valores das camadas cultas [...]” (FONSECA, 2005, p. 23). Esse foi o caso do Brasil, “[...] dos intelectuais modernistas que participaram do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) desde 1937 [...]” (FONSECA, 2005, p. 23), os quais instauraram uma política cultural de continuidade e prestígio.

Na Constituição de 1934, vê-se o patrimônio histórico e artístico nacional como objeto de proteção dos poderes públicos. Segundo este documento, no capítulo 2, que trata da educação e da cultura, em seu artigo 148, caberia, portanto,

à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País [...] (BRASIL, 1934).

O Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 37, organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, estabelecendo como tal, em seu artigo 1º, o que segue:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937).



Por este mesmo decreto, instituiu-se também o tombamento<sup>8</sup> – primeiro instrumento legal de reconhecimento e de proteção do patrimônio cultural no Brasil e nas Américas. No primeiro caso, o órgão responsável é o IPHAN, antigo SPHAN. O tombamento, cujos preceitos estão em uso até os dias atuais pode ser de iniciativa da administração federal, estadual ou municipal. Conforme o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, para que fossem considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, os bens deveriam ser inscritos “separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo [...] de que trata o art. 4º desta [mesma] lei” (BRASIL, 1937), a saber: 1) Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico para bens “pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular” (BRASIL, 1937); 2) Livro do Tombo Histórico para bens de interesse histórico e obras de arte histórica; 3) Livro do Tombo das Belas Artes para bens “de arte erudita, nacional ou estrangeira” (BRASIL, 1937); 4) Livro do Tombo das Artes Aplicadas para bens “que se incluïrem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras” (BRASIL, 1937). Além disso, foram acrescentados como elementos passíveis de tombamento, “os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana” (BRASIL, 1937).

Murguia e Yassuda (2007) ressaltam a ausência, por longo tempo, de questionamentos sobre o tombamento pelo SPHAN de certos bens em detrimento de outros. Os critérios não eram baseados em estudos e pesquisas, mas na autoridade dos agentes e da instituição responsável pelos tombamentos<sup>9</sup>. Na década de 1970, já com a denominação IPHAN, o órgão reformula a sua política anterior que privilegiava o patrimônio arquitetônico, em virtude da composição de parte significativa de seu corpo técnico (MURGUIA; YASSUDA, 2007). Assim como Murguia e Yassuda (2007), Fonseca (2009, p. 62) também sublinha que a proteção dos bens integrados ao patrimônio cultural brasileiro “está centrada em seus aspectos arquitetônicos.” Ela refere-se ao artigo 216 da Constituição Federal de 1988 (que citamos mais adiante na página 45 da dissertação) e ressalta que apenas uma pequena parcela do que a Constituição define como patrimônio cultural

---

8 Sobre bens tombados, ver: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

9 Atualmente, Estados e Municípios contam com órgãos próprios para o tombamento de seus patrimônios.

brasileiro (os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico) foi privilegiada durante mais de sessenta anos, por ser passível de tombamento (FONSECA, 2009). Em seu estudo sobre o tombamento do patrimônio histórico-cultural, Murguia e Yassuda (2007) denunciam a falta de valorização dos acervos bibliográficos no tombamento de bibliotecas. Verificaram ainda que o termo “acervo bibliográfico” não havia sido citado nos processos como “bem passível de ser preservado pela Legislação de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico em nível Federal” (MURGUIA; YASSUDA, 2007, p. 80). Nem mesmo a coleção de obras raras da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro foi objeto de tombamento, mas sim o seu conjunto arquitetônico, o que demonstra, conforme estes autores afirmam, uma desvalorização do patrimônio bibliográfico<sup>10</sup> (MURGUIA; YASSUDA, 2007). Acentuam que “em nenhum momento houve a intenção de se tomar uma biblioteca” (MURGUIA; YASSUDA, 2007, p. 80). Os patrimônios que foram objeto de tombamento (uma capela, um mosteiro e um conjunto de monumentos do centro do Rio de Janeiro) “por mero acaso, possuíam uma biblioteca. O tombamento das bibliotecas citadas foi apenas uma consequência do tombamento dos monumentos nos quais estavam inseridas” (MURGUIA; YASSUDA, 2007, p. 80). Além do tombamento, existem outros mecanismos de “registro, transmissão, proteção e difusão” dos bens, como mostra Fonseca (2009):

No caso da maior parte das “criações científicas, artísticas e tecnológicas” [...], sobretudo as de autoria individual, existem mecanismos próprios de registro, transmissão, proteção e difusão. As leis de propriedade intelectual e de direito autoral foram desenvolvidas com essa finalidade, assim como o depósito legal de publicações na Biblioteca Nacional. Embora não tenham como objetivo atribuir valor cultural aos bens a que se apliquem, esses instrumentos e essas práticas terminam por contribuir para a construção do patrimônio cultural brasileiro, na medida em que identificam essas criações e asseguram o acesso a elas, trazendo garantias e benefícios a seus produtores (FONSECA, 2009, p. 63).

Em 1970, por iniciativa do Ministério da Educação e Cultura, ocorre um encontro em Brasília para se estudar “medidas complementares de proteção e

---

10 No artigo “Patrimônio histórico-cultural: critérios para tombamento de bibliotecas pelo IPHAN”, Murguia e Yassuda (2007) abordam o tombamento em bibliotecas e refletem sobre suas peculiaridades como patrimônio histórico-cultural, apontando as justificativas que levaram ao tombamento do prédio e/ou da coleção.

valorização do patrimônio cultural do Brasil", dando origem ao Compromisso de Brasília (MURGUIA; YASSUDA, 2007, p. 70).

Fonseca ressalta que a política federal de patrimônio entrou em crise na década de 1970, época em que "[...] essa política começou a ser criticada, e seu caráter nacional contestado, por se referir apenas à produção das elites" (FONSECA, 2005, p. 23). Nas duas décadas seguintes, verificou-se uma "[...] politização da prática de preservação, na medida em que os agentes institucionais se propuseram a atuar como mediadores dos grupos sociais marginalizados junto ao Estado" (FONSECA, 2005, p. 23).

"Passaram-se mais de cinquenta anos antes que fosse oficialmente ampliada, do ponto de vista legal, a noção de patrimônio cultural" (LOUREIRO, 2015, p. 27). Conforme a Constituição Federal de 1988, em seu artigo nº 216,

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

De acordo com a Carta Magna de 1988, o poder público é responsável, juntamente com a comunidade, pela promoção e proteção do "patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação" (BRASIL, 1988). A Constituição prevê ainda que a lei estabelecerá "incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais" (BRASIL, 1988) e punição para danos e ameaças ao patrimônio cultural.

Em relação ao patrimônio imaterial, o Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000, trata dos bens de natureza imaterial<sup>11</sup> que compõem o patrimônio cultural brasileiro. Por este decreto, criou-se o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. O

<sup>11</sup> Segundo Gonçalves (2009), o patrimônio imaterial opõe-se ao chamado "patrimônio de pedra e cal" por visar a expressões da vida social e cultural, normalmente, não abarcados pelas concepções mais tradicionais.

referido decreto instituiu o registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial em quatro livros de registro. De acordo com o que determina este documento,

§1-Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I- Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II- Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III- Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV- Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (BRASIL, 2000).

Ressaltamos que a inscrição em um desses livros de registro “terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira” (BRASIL, 2000).

### **3.2 O Patrimônio de C&T**

Desde meados dos anos 1950, a noção de patrimônio expandiu-se, consideravelmente, passando a incorporar, gradualmente, o conjunto dos testemunhos materiais do homem e de seu ambiente. Dessa forma, foram incluídos, progressivamente, o patrimônio científico e o patrimônio industrial (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2010).

Quanto ao patrimônio cultural de ciência e tecnologia, conforme já citamos, a Constituição Federal Brasileira de 1988, no artigo 216, estabelece como patrimônio cultural as criações científicas e tecnológicas, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico e científico, dentre outros (BRASIL, 1988).

Marcus Granato e Fernanda Pires Santos (2015) apresentam uma visão abrangente do conceito de patrimônio cultural de ciência e tecnologia. Segundo eles, esse tipo de patrimônio pode ser visto como

[...] o conjunto tangível e intangível relacionado à C&T, a que se atribuem valores que justificam a sua preservação para as futuras gerações. Inclui o conhecimento científico e tecnológico produzido pelo homem, além dos saberes, das práticas de ensino e pesquisa, e de todos aqueles artefatos e espécimes que são testemunhos dos processos científicos, de desenvolvimento tecnológico e de ensino,

considerando documentos em suporte papel (arquivísticos e bibliográficos), instrumentos científicos, máquinas, montagens, coleções científicas de natureza diversa como arqueológicas, etnográficas, biológicas, além de construções arquitetônicas produzidas com a funcionalidade de atender às necessidades desses processos e desenvolvimentos (laboratórios, observatórios, paisagens e jardins) (GRANATO; SANTOS, 2015, p.79-80).

Estes autores reconhecem o caráter dinâmico da definição acima por se enriquecer à medida em que são desenvolvidas discussões sobre o tema. O MAST, por ser um museu de C&T, é um exemplo de instituição que reúne esse tipo de patrimônio. Dentre as instituições que abrigam o patrimônio da ciência, muitas vezes disperso, estão “as universidades, politécnicos, antigos liceus e escolas técnicas, institutos e laboratórios de investigação, hospitais, sociedades científicas” (LOURENÇO, 2009, p.47). De acordo com Marta C. Lourenço (2009), excluindo as coleções localizadas nos museus, a maior parte do patrimônio da ciência encontra-se em “instituições que não possuem nem vocação, nem missão, nem orçamento, nem pessoal qualificado, nem, muitas vezes, sensibilidade para a sua preservação e divulgação” (LOURENÇO, 2009, p.47). Segundo Granato (2015, p. 115), nas universidades, em geral, “[...] se verifica um descaso e mesmo desconhecimento da existência e do valor do [patrimônio cultural de ciência e tecnologia].” Vale destacar a atuação de instituições públicas que contribuem para a institucionalização do patrimônio de C&T como o MAST, museu de ciências que tem a preservação como uma de suas funções principais. O seu projeto de pesquisa “Valorização do Patrimônio Científico e Tecnológico Brasileiro<sup>12</sup>” existe desde 2006 e é resultado dos esforços do MAST em mapear e estudar esse tipo de patrimônio – em sua maioria a ser descoberto e ainda pouco estudado no Brasil – pelo valor documental e histórico que carrega. As instituições envolvidas no referido projeto, em nível nacional, foram: “Instituições de Ensino Superior (IES), Institutos de Pesquisa Científica e/ou Tecnológica (ICT), Instituições Museológicas ou Espaços Museológicos (MUS) e Instituições de Ensino Médio (IEM)” (GRANATO; SANTOS, 2015, p.81). Os resultados deste projeto mostram que, em primeiro lugar estão os museus como maiores detentores do patrimônio de C&T e, em segundo lugar estão as instituições de ensino superior. A grande maioria dos objetos identificados no projeto localizava-se na região sudeste (GRANATO; SANTOS, 2015).

---

12 Projeto “Valorização do Patrimônio C&T”. Disponível em: <<http://www.mast.br/projetovalorizacao/new-page-2.html>>. Acesso em: 08 jan. 2017.

O conhecimento do conjunto patrimonial de uma instituição é importante para a sua preservação e para o desenvolvimento de estudos na área (GRANATO; SANTOS, 2015). Segundo Lourenço (2009, p.47), um dos motivos do patrimônio da ciência ser “largamente ignorado pelas políticas nacionais dos diferentes países e pelas cartas internacionais relacionadas com o patrimônio” reside no fato de ser a definição de patrimônio da ciência, por exemplo, mais complexa do que as de outros tipos de patrimônio, como o arqueológico ou o natural. Esta autora admite que definir o âmbito do patrimônio da ciência e suas manifestações torna-se complexo também “em parte pela dificuldade em definir ciência” (LOURENÇO, 2009, p.47). Assim como Granato (2009), Lourenço (2009, p.48) adota uma definição ampla de patrimônio científico: “é a evidência material e imaterial da pesquisa e do ensino das ciências, incluindo ciências ditas “exatas”, ciências da saúde e ciências naturais.” Lourenço (2009, p.48) evidencia ainda a questão do patrimônio da ciência ser, em geral, “pouco valorizado pelos atores que poderiam e deveriam ter um papel crucial na sua preservação e promoção: os cientistas e os historiadores da ciência.”

[...] um maior interesse dos historiadores da ciência e da tecnologia pelo equipamento histórico-científico corresponderia, pelo menos em teoria, a uma maior valorização do patrimônio científico no seu todo, com consequências importantes para a sua preservação. (LOURENÇO, 2009, p.49).

Lourenço (2009, p.47) aponta para o fato de o patrimônio da ciência ser destruído sem que percebamos. “Este patrimônio, do ponto de vista da tutela, encontra-se órfão, em situação vulnerável, de abandono, sujeito à arbitrariedade e em risco de danos irreversíveis ou mesmo de perda irremediável.”

Analisando o papel das conferências nacionais de ciência e tecnologia como espaços democráticos de discussão de propostas para o tema, vemos que “o próprio Ministério da Ciência e Tecnologia nasceu sob a égide da Primeira Conferência, convocada em 1985 pelo primeiro titular da Pasta, o [...] ministro Renato Archer [...]” (LIVRO AZUL, 2010, p. 17). Esses espaços de discussão e suas respectivas publicações são importantes para o reconhecimento formal do patrimônio cultural de C&T. O “Livro Azul” é resultado da 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e as propostas reunidas na publicação representam “elementos importantes de orientação para a superação dos novos desafios da política de ciência, tecnologia e inovação para que ela se torne uma política de Estado” (LIVRO

AZUL, 2010, p. 18). A ciência, a tecnologia e a inovação são alavancas da transformação econômica e social de um país. De acordo com esta publicação, transformar o conhecimento em inovação e em riqueza envolve não somente o governo, mas também elementos da sociedade como a academia, o setor empresarial, as entidades de categorias profissionais, as entidades do terceiro setor, etc. (LIVRO AZUL, 2010). Contudo, há que se refletir sobre o reconhecimento desses bens pela sociedade enquanto elementos importantes na reconstituição da memória e da história, no reconhecimento e na valoração desses bens pelos cientistas, no trabalho de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural de C&T pelos historiadores e no papel dos administradores das instituições que abrigam esse patrimônio (GRANATO; OLIVEIRA, 2012).

### 3.2.1 O Patrimônio bibliográfico

Segundo Hélène Richard (2010), o patrimônio foi se constituindo de forma progressiva, em função de uma abordagem teórica (pela seleção de edifícios a serem conservados), e, posteriormente, em função de uma abordagem analítica (cuja atenção volta-se para o valor do monumento). Essas análises permitiram a elaboração de recomendações e de normas. No cenário internacional, a noção de patrimônio se estendeu do monumento para o sítio e para as manifestações culturais de uma comunidade que se constituem como patrimônio imaterial. E, no que tange às bibliotecas, percebe-se a mesma evolução conceitual. O conjunto de coleções de bibliotecas não se constitui patrimônio. Dessa forma, faz-se necessário que os bibliotecários estejam aptos a identificar quais coleções ou quais estabelecimentos têm um valor ou uma missão patrimonial (RICHARD, 2010). Torna-se necessário também construir os limites desse patrimônio à luz de uma definição feita em um contexto identificado por três eixos principais, a saber:

- As coleções das bibliotecas são as principais fontes para a história política, científica, literária, artística ou técnica. São igualmente os melhores sinais de difusão das ideias e de correntes culturais. Além disso, obras aparentemente insignificantes podem conter elementos fundamentais.<sup>13</sup>

---

13 Les collections des bibliothèques sont des sources majeures pour l'histoire politique, scientifique,

- Os documentos de uma biblioteca não estão isolados uns dos outros. As coleções se constituem progressivamente e as aquisições são frequentemente feitas à luz das coleções já existentes, quer se trate de reforçar uma coleção já rica ou ao contrário de preencher lacunas. Da mesma forma, uma biblioteca não está isolada, mas se inscreve em uma rede de instituições que compartilham de fato a responsabilidade patrimonial.<sup>14</sup>
- A noção de patrimônio nas bibliotecas não poderia ser isolada da que se aplica ao patrimônio monumental ou móvel, e em particular da que elaboram constantemente os pesquisadores do Inventário<sup>15</sup> (RICHARD, 2010, p. 12-13).<sup>16</sup>

De acordo com Richard (2010), os bibliotecários devem intervir em um material comparável àquele trabalhado pelo Inventário Geral do Patrimônio Cultural da França. O Inventário é produto de uma combinação de documentos, inclusive incontestáveis sob o ponto de vista científico, artístico ou literário, documentos “inicialmente insignificantes aos quais a história trouxe modificações que merecem atenção, e os vestígios tornados raríssimos de documentos muito difundidos no momento de sua publicação” (RICHARD, 2010, p. 13). Refletindo sobre os limites do patrimônio das bibliotecas, Richard (2010) recomenda prudência para que não se atribua estatuto de patrimônio a todos os elementos antigos de uma coleção, daí a importância da avaliação das coleções que, segundo Weitzel (2013, p. 63), constitui-se como um “recurso fundamental para ajustar as políticas de desenvolvimento de coleções de um modo geral, e as de seleção, aquisição e desbastamento, em particular.” Aquelas obras que apresentam maior valor, seja por raridade ou importância para a instituição podem ser remanejadas para um local de armazenamento especial, destacado das coleções correntes. Dessa forma, pode-se monitorar a climatização e a segurança patrimonial das coleções nesse local. Também podem ser remanejadas as obras que a biblioteca ainda considera

---

littéraire, artistique ou technique. Ce sont également les meilleures traces de la diffusion des idées et des courants culturels. En outre, des ouvrages apparemment anodins peuvent contenir des éléments fondamentaux (RICHARD, 2010, p. 12).

- 14 Les documents d’une bibliothèque ne sont pas isolés les uns des autres. Les collections se sont constituées progressivement et les acquisitions se sont souvent faites à la lumière des collections déjà existantes, qu’il s’agisse de conforter une collection déjà riche ou au contraire de combler des lacunes. De même, une bibliothèque n’est pas isolée, mais s’inscrit dans un réseau d’institutions qui se partagent de fait la responsabilité patrimoniale (RICHARD, 2010, p. 13).
- 15 O Inventário Geral do Patrimônio Cultural da França é atualmente encarregado de listar, estudar e fazer conhecer os elementos do patrimônio que apresentam um interesse cultural, histórico ou científico.
- 16 La notion de patrimoine dans les bibliothèques ne saurait être isolée de celle qui s’applique au patrimoine monumental ou mobilier, et en particulier de celle qu’élaborent en permanence les chercheurs de l’Inventaire (RICHARD, 2010, p. 13).



relevantes, mas que estão abaixo da média de uso, se as compararmos com as coleções correntes (WEITZEL, 2013).

A formação dos profissionais cuja matéria-prima é a informação, e que contam com uma multiplicidade de fontes de informação presume a inserção de todo esse “aparato informacional no seu universo profissional e, portanto, a necessidade de trazer essa problemática para o ensino e a pesquisa, como forma de viabilizar a legitimação dos valores patrimoniais existentes” (ARARIPE, 2004, p.114).

No que se refere às coleções, elas podem ter sido formadas antes de ingressar na biblioteca (RICHARD, 2010) ou “constituídas intencionalmente pela biblioteca para fins de conservação” (RICHARD, 2010, p. 17).

Refletindo sobre o significado do termo patrimônio no domínio das bibliotecas, Laurence Curty (2011) destaca a amplitude do domínio dos objetos designados como bens patrimoniais ou culturais, o que autoriza a inclusão de coleções patrimoniais de bibliotecas. Uma vez considerados como tal, as categorizações possíveis seriam diversas: tipológica (livros antigos e incunábulo; documentos manuscritos e datilografados, coleções iconográficas, livros preciosos), temática (por um determinado autor, por exemplo), ou mista, que permitiria conciliar as duas abordagens citadas anteriormente e repensar os acervos de forma ampla. Raphaëlle Mouren (*apud* CURTY, 2011) sugere

[...] considerar como patrimoniais todos os documentos adquiridos com vistas a uma conservação de longo prazo. A partir desta definição, o termo ‘patrimonial’ depende mais de uma política de aquisição, de conservação e de comunicação claramente estabelecida pela instituição a partir das missões que lhes são atribuídas pelas instâncias governamentais<sup>17</sup> (MOUREN *apud* CURTY, 2011, p. 05, tradução nossa).

Em um estudo que aborda o patrimônio bibliográfico na construção da identidade nacional em Portugal, Cabral adverte que as bibliotecas, “independentemente do período histórico, não são apenas os lugares físicos onde se guardam os livros. Encarar, assim, as bibliotecas seria considerá-las como simples armazéns, correspondendo a uma concepção redutora” (CABRAL, 2009, p. 4). A autora informa que Portugal foi o primeiro país europeu a contar com uma legislação

---

17 [...] considérer comme patrimoniaux tous les documents que l'on acquiert en vue d'une conservation à long terme. A partir de cette définition, le terme « patrimonial », dépend davantage d'une politique d'acquisition, de conservation et de communication clairement établie par l'institution sur la base des missions qui lui sont attribuées par les instances gouvernementales (MOUREN *apud* CURTY, 2011, p. 05).

patrimonial, o Alvará Régio de 14 de Agosto de 1721, promulgado pela Academia Real da História. Acrescenta, ainda, que “[...] se o Alvará se debruça sobre edifícios, mármore, medalhas, esta medida da Academia vem na sequência da sua preocupação em inventariar os repositórios dos cartórios (arquivos)” (CABRAL, 2009, p. 7). Porém, se o patrimônio arquivístico foi contemplado pela medida, dado que “seu papel essencial para a fundamentação da história de Portugal é amplamente reconhecido” (CABRAL, 2009, p. 08), o mesmo não ocorre com o patrimônio bibliográfico, que tem ocupado papel periférico nas reflexões sobre patrimônio. De acordo com Cabral (2009, p. 08), “os documentos de biblioteca mesmo desintegrados de um qualquer contexto, mantêm o seu valor individual e intrínseco, valem por eles próprios e, nesse sentido, são sempre patrimônio.”

Os documentos impressos constituem o modo mais tradicional de mediação em torno da memória da pesquisa. Pode-se traçar a história da biblioteca a partir de suas coleções (CHOUGNET, 2012).

A expressão “patrimônio livresco”<sup>18</sup> é utilizada por Barbier (2004) para designar o tipo de objeto que se constitui como patrimônio. A adição do epíteto “livresco” torna a aceção de patrimônio mais precisa. A locução “patrimônio livresco” é utilizada para designar, primeiramente, aquilo que está conservado nas bibliotecas públicas e que pertence à coletividade nacional, aos seus componentes - as regiões, cidades, etc - ou a certos elementos - determinada instituição, tal estabelecimento de ensino etc. O conceito fundamental é menos o da antiguidade desse patrimônio, do que este da propriedade coletiva e da disponibilização do mesmo para a coletividade. O patrimônio livresco é, pois, “constituído por objetos - os livros -, [instrumentos] dos procedimentos de conservação e de gestão que constituem uma parte da biblioteconomia” (BARBIER, 2004, p.14, tradução nossa). Se se faz referência ao patrimônio livresco, considerando o contexto do “patrimônio das bibliotecas”, a expressão passa a designar um conjunto, evidentemente, maior e engloba, portanto, desse ponto de vista, todos os objetos antigos ou julgados importantes, suscetíveis de serem encontrados em uma biblioteca. Considerando o termo livro em um sentido mais amplo, Barbier (2004) adiciona que

trata-se, portanto, de um patrimônio de caráter muito difuso, que é constituído de uma infinidade de objetos de natureza extremamente variada. O termo livro designa, ele mesmo, um conjunto impreciso,

---

18 “Patrimoine livresque” (BARBIER, 2004).

ao qual se aplica por comodidade e para evitar o recurso sistemático aos epítetos e às perífrases. [...], se "livro" remete usualmente aos "livros impressos", ele poderá igualmente designar, segundo uma acepção ampla, os jornais e periódicos, as peças impressas de todos os tipos, os manuscritos, os documentos iconográficos (desenhos, estampas, fotografias...) e cartográficos, etc.<sup>19</sup> (BARBIER, 2004, p.13, tradução nossa).

A ampliação do conceito de livro dada por Barbier (2004) nos remete à ampliação da acepção de documento de Otlet (1934), conforme já abordamos nesta pesquisa. Para Barbier (2004), um ponto conhecido e muito importante é que a “significação histórica do volume que se conserva releva também a própria história do exemplar ou do conjunto de exemplares de que se trata – um fundo, uma parte de um fundo, uma coleção” (BARBIER, 2004, p.14, tradução nossa). Contrariamente ao que diz o senso comum, o patrimônio não existe *a priori*, não é dado, portanto, como uma evidência, ao contrário, “ele se constrói, é construído e resulta de um trabalho de produção combinando transmissão, interpretação e reinterpretação” (BARBIER, 2004, p. 17, tradução nossa). “Enfim, para funcionar como patrimônio, ele deve ser conhecido e reconhecido como tal” (BARBIER, 2004, p.20, tradução nossa).

Dentre as instituições formadoras dos acervos bibliográficos de ciência e tecnologia estão as instituições de ensino e pesquisa em ciência e tecnologia, os centros de ciência e as Sociedades Científicas, dentre outros (SILVA; BARBOZA, 2012).

O Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, já mencionado nesta dissertação, trata do patrimônio histórico e artístico nacional que inclui o patrimônio bibliográfico (BRASIL, 1937). A Lei nº 4.845, de 19 de novembro de 1965, proíbe “a saída, para o exterior, de obras de arte e ofícios produzidos no país, até o fim do período monárquico” e, além de ser uma proteção para as coleções de obras produzidas no Brasil, inclui também “[...] aquelas oriundas de Portugal e incorporadas ao meio nacional durante os regimes colonial e imperial [...]” (BRASIL, 1965). De acordo com a Lei nº 5.471, de 9 de julho de 1968, torna-se proibido “sob qualquer forma, a exportação de bibliotecas e acervos documentais constituídos de

---

19 Il s'agit donc d'un patrimoine de caractère très diffus, qui est constitué d'une infinité d'objets de nature extrêmement variée. Le terme de livre désigne, lui-même, un ensemble flou, auquel on l'applique par commodité et pour éviter le recours systématique aux épithètes et aux périphrases. [...], si “livre” renvoie usuellement aux “livres imprimés”, il pourra également désigner, selon une acception large, les journaux et périodiques, les pièces imprimées de toutes sortes, les manuscrits, les documents iconographiques (dessins, estampes, photographies...) et cartographiques, etc. (BARBIER, 2004, p.13).

obras brasileiras ou sobre o Brasil, editadas nos séculos XVI a XIX” (BRASIL, 1968). A proibição prevista nesta lei se estende ainda para coleções de periódicos e para originais e cópias antigas de partituras musicais. Já o Decreto nº 72.312, de 31 de maio de 1973, promulga a “Convenção sobre as medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedade ilícitas dos bens culturais.” De acordo com este decreto são considerados bens culturais quaisquer bens designados “[...] como de importância para a arqueologia, a pré-história, a história, a literatura, a arte ou a ciência [...]”, sendo que estes bens devem pertencer, dentre outras categorias, à seguinte: “h) manuscritos raros e incunábulos, livros, documentos e publicações antigos de interesse especial (histórico, artístico, científico, literário, etc), isolados ou em coleções [...]” (BRASIL, 1973). No que se refere a bens culturais furtados ou ilicitamente exportados, o Decreto nº 3.166, de 14 de setembro de 1999, estabelece que a Convenção da UNIDROIT – realizada em Roma, em 24 de junho de 1995 – sobre bens culturais furtados ou ilicitamente exportados, deva ser reconhecida e adotado o que ela determina (BRASIL, 1999).

Quanto ao depósito legal, este é o instrumento que visa a assegurar a coleta, a guarda e a difusão da produção intelectual brasileira. Objetiva formar e preservar a Coleção Memória Nacional. Consiste no envio obrigatório de, ao menos, um exemplar de todas as publicações produzidas em território nacional, por qualquer meio ou processo. Compreende as obras de natureza bibliográfica e musical. O envio do exemplar pode destinar-se à distribuição gratuita ou venda e compreende o prazo máximo de 30 dias após sua publicação. Tem-se o depósito legal estadual cujo cumprimento das leis não dispensa a obrigatoriedade de se cumprir as determinações do depósito legal federal através da Biblioteca Nacional (BIBLIOTECA NACIONAL). As leis que regem o depósito legal são:

- Lei nº 10.994, de 14/12/2004 – para as obras de natureza bibliográfica: livros, periódicos;
- Lei nº 12.192, de 14/01/2010 – para as obras de natureza musical: partituras, fonogramas, videogramas (BIBLIOTECA NACIONAL).

Contudo, não são todas as publicações que devem ser enviadas para o depósito legal. Essa exigência não engloba os seguintes documentos: publicações

com fins publicitários; cartazes de material de propaganda; publicações em xerox do original publicado; calendários e cadernetas escolares; agendas; recortes de jornais; obras não editadas (no prelo); provas de impressão; folders e convites, assim como monografias e teses universitárias, cuja guarda é de competência das respectivas universidades de origem. O órgão responsável pela execução da política governamental de captação, guarda, preservação e difusão da produção intelectual brasileira é a Biblioteca Nacional (BN). Através da referida lei do depósito legal, a Biblioteca Nacional detém o controle, a elaboração e a divulgação da Bibliografia Brasileira, preservando a língua e a cultura nacionais (BIBLIOTECA NACIONAL).

Ao abordar a questão do patrimônio bibliográfico, não se pode negligenciar a preservação das coleções. No território nacional brasileiro, a deterioração dos documentos impressos é agravada pelas condições climáticas e, no caso do Rio de Janeiro, por ser uma região de clima tropical úmido com frequência de altas taxas de temperatura e bruscas variações, em curto espaço de tempo, da umidade relativa do ar. Esse contexto favorece sobremaneira a ação de agentes de deterioração do papel (de natureza orgânica) como insetos e microorganismos, aliado às condições inadequadas de conservação dos acervos (CASTRO, 2012; COSTA, 2015). A existência nas bibliotecas de coleções formadas por manuscritos, livros impressos, mapas, fotografias etc requer atenção quanto à sua conservação e preservação, em razão também da qualidade medíocre do papel (LORENTZ, 2000). A partir da década de 2000, o crescimento de laboratórios de conservação-restauração de papel no território brasileiro e o aumento da produção acadêmica específica em preservação e conservação-restauração de papel representou um período promissor, ainda em crescimento, para o desenvolvimento de pesquisas científicas na área (CASTRO, 2012).

### 3.2.2 O Patrimônio bibliográfico universitário

Fátima Maria Alencar Araripe (2004) afirma que a necessidade de se conservar o bem patrimonial passa pela perspectiva de se manter a memória como fonte para a reflexão histórica. Para a autora, o uso social desse patrimônio se insere no processo educacional, já que para ela, o patrimônio é pedagógico e acrescenta: “se não dermos uma utilidade social ao que julgamos ou que se

apresenta como patrimônio, ele com certeza morre ou, no mínimo, passa despercebido” (ARARIPE, 2004, p.114). E nas práticas do cotidiano existe um patrimônio que precisa ser reconhecido e preservado como tal (ARARIPE, 2004).  
Tem-se necessidade

desses patrimônios que são memórias e dessas memórias que são patrimônios para que possamos utilizá-los como fontes informacionais para a pesquisa e adotá-las como uma forma de fortalecer o processo de ensino como um espaço de construção e exercício da cidadania (ARARIPE, 2004, p. 121-122).

Quanto à definição de patrimônio universitário, segundo a União Européia:

O “patrimônio universitário” engloba todos os bens tangíveis e intangíveis relacionados com as instituições de ensino superior e o seu corpo institucional, bem como com a comunidade acadêmica composta por professores/pesquisadores e estudantes, e todo o meio ambiente social e cultural que dá forma a este patrimônio. O “patrimônio universitário” é composto por todos os traços, tangíveis e intangíveis, da atividade humana relacionada ao ensino superior. É uma grande fonte de riqueza acumulada, que nos remete diretamente à comunidade acadêmica de professores/pesquisadores e estudantes, seus modos de vida, valores, conquistas e sua função social, assim como os modos de transmissão do conhecimento e capacidade para a inovação. (UNIÃO EUROPEIA, 2005 *apud* RIBEIRO, 2013, p.90)

A biblioteca universitária como um organismo vivo, dinâmico, ampliou seu universo com a inserção de objetos eletrônicos e digitais. Atualmente, os conteúdos de muitos documentos de bibliotecas também estão disponíveis de forma eletrônica. É o caso dos livros eletrônicos, das teses e dissertações que podem ser acessadas pela base de dados e dos periódicos disponíveis por acesso remoto. Diante desse novo contexto informacional, os bibliotecários passam a ter novos desafios e preocupações. As políticas de formação e desenvolvimento de coleções devem incorporar tanto as novas formas de acesso quanto as novas práticas profissionais. Weitzel (2013) afirma que torna-se um difícil dilema para os bibliotecários quando estes têm que decidir entre coleções impressas e digitais, do mesmo modo, entre fontes de acesso pago ou livre e sobre coleções retrospectivas impressas diante da pressão que sofrem por questões de espaço e custos de armazenamento e manutenção desses materiais (WEITZEL, 2013). Considerando que, na atualidade, os documentos digitais se constituem como fontes informacionais nas universidades,

no que tange às coleções digitais, de acordo com Weitzel (2013), os princípios que regem o processo de desenvolvimento dessas coleções são os mesmos dos documentos impressos. Para a aquisição de documentos digitais na universidade pública, faz-se necessário que os bibliotecários estejam atualizados e bem informados quanto à legislação vigente relativa à compras por pessoa jurídica no setor público, assim como quanto às demandas institucionais e reais de seus usuários, direitos autorais e previsão orçamentária. Os bibliotecários devem fazer um estudo sobre se a aquisição de livros no formato eletrônico é a melhor opção e em que casos. Nesse contexto, é de suma importância que se desenvolva a política de preservação digital na qual devem estar previstos a capacidade institucional de gestão dos contratos com os fornecedores, a preservação dos conteúdos digitais, as formas e o controle de acesso aos mesmos (comunicação formal)<sup>20</sup>.

Decisões sobre aquisição devem levar em conta não só a importância de um título para uma área temática ou se pode ser adquirido, encadernado [...] ou reproduzido eletronicamente para melhor servir às necessidades do usuário, mas também os requisitos desses formatos para a preservação a longo prazo (OGDEN, 2001, p.18).

Iniciativas brasileiras como a criação do Catálogo Coletivo Nacional (CCN) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) alavancaram o acesso aos conteúdos dos acervos das bibliotecas universitárias. Em 1954, o CCN foi criado pelo antigo IBBD, atual IBICT. Trata-se de um catálogo de acesso público com informações sobre as coleções de publicações seriadas nacionais e estrangeiras disponíveis nas bibliotecas brasileiras. O CCN objetiva localizar e difundir as publicações seriadas existentes no país, assim como estabelecer políticas de aquisição de coleções, padronizar a entrada dos títulos de acordo com critérios internacionais e promover o intercâmbio entre as bibliotecas que atuam de forma cooperativa, através do COMUT (CATÁLOGO COLETIVO NACIONAL DE PUBLICAÇÕES SERIADAS). A BDTD, coordenada pelo IBICT, é uma base nacional da qual participam as universidades, institutos de pesquisa e fundações do Brasil. Estão disponíveis na BDTD, em um só portal de busca, dissertações e teses

---

20 Comunicação formal apresentada por Samantha Pontes, bibliotecária da UFRJ. Mesa redonda sobre Desenvolvimento de Coleções Eletrônicas em Bibliotecas Universitárias. Em 09 de junho de 2016 no Auditório Tércio Pacitti no prédio do CCET/UNIRIO.

brasileiras, inclusive aquelas defendidas por brasileiros no exterior com acesso ao texto completo de forma livre e gratuita. A BDTD é uma iniciativa que tem por objetivo disseminar e dar visibilidade às teses e dissertações (BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES).

As coleções das bibliotecas universitárias não foram suficientemente valorizadas do ponto de vista do patrimônio (TRAVIER, 2000). As bibliotecas universitárias possuem um patrimônio composto por um conjunto de documentos que tem interesse para elas, levando em conta sua história e missão, seu ambiente e seu público específico. São documentos cuja perda seria prejudicial à sua identidade (TRAVIER, 2000). Do ponto de vista de Didier Travier (2000), o patrimônio de uma biblioteca ultrapassa, no entanto, as fronteiras mais estreitas do patrimônio histórico ou “precioso”, no sentido de que ele pode incluir documentos não tão antigos, sem interesse particular para a história do livro, sem valor artístico, sem origem notória, merecendo, ainda assim, cada conjunto de obras atenção particular, pois representam o patrimônio da biblioteca.

Em relação aos tipos de materiais, os periódicos são o veículo privilegiado do conhecimento científico e quando a coleção está completa representa um bem “precioso”, considerando a dificuldade de se completar a coleção após uma interrupção na aquisição; já as obras de origem estrangeira podem não ser encontradas em outras bibliotecas da universidade, daí sua maior importância; as obras mais caras ou consideradas raras, quando fazem parte do acervo, merecem cuidados especiais, da mesma forma, as coleções especializadas nas áreas abrangidas pela biblioteca; a produção própria da universidade, aí compreendidos os suportes da vida intelectual da instituição que são as jornadas de estudo, anais de eventos etc. A biblioteca da universidade é o melhor lugar para reunir em sua integralidade este tipo de documentação, já que é o lugar mais provável a ser procurado pelo público para a consulta a essas obras. Ademais, Travier (2000) destaca que não somente os livros são fundamentais, mas também as monografias, em virtude de pesquisas novas e originais aí registradas e de novos métodos adotados para a exposição de fatos já conhecidos, têm feito história na ciência e adquirido por isso um valor durável. “Esses marcos na história do conhecimento, [...] são indispensáveis à memória de uma disciplina” (TRAVIER, 2000, p. 25-26). O autor acrescenta que para cada um dos diferentes tipos de documentos convém buscar as formas de conservação e de comunicação mais apropriadas (TRAVIER,



2000). As coleções de periódicos raros ou fundamentais, os documentos mais custosos, as obras raras e estrangeiras, os documentos produzidos pela universidade e que interessam à sua história são o patrimônio da biblioteca universitária e constituem-se, juntamente com os fundos do século XIX, como um conjunto de documentos “semipreciosos” (TRAVIER, 2000, p. 40). Sua proteção incide, principalmente, e, segundo cada caso, em restrição de acesso e em ações de conservação preventiva ou, quando possível, deve-se pensar na possibilidade de substituição dos materiais (TRAVIER, 2000).

As universidades são responsáveis por suas políticas documentárias em geral e por sua política patrimonial em particular (TRAVIER, 2000). Orientando as políticas de valorização das coleções em direção à salvaguarda e à promoção da memória das ciências – humanas ou exatas – assim como da memória da universidade, uma biblioteca universitária pode esperar que suas iniciativas chamem a atenção na universidade e interessem àqueles que têm o poder de pensar em questões sobre o patrimônio documental (TRAVIER, 2000). Ao longo do tempo, as bibliotecas universitárias foram ampliando as suas coleções e a possibilidade de digitalizar os documentos favoreceu o acesso e a pesquisa à distância. Limitações de espaço físico e de orçamento, como também o aumento dos acessos eletrônicos pelo usuário apontam para a observância de se adquirir documentos, priorizando as demandas dos usuários (CUNHA, 2010 *apud* DIÓGENES, 2012). O usuário passa a ter um papel importante nas decisões de formação e desenvolvimento de coleções. Fabiene Castelo Branco Diógenes (2012), citando Brindley (2009) ressalta a importância das coleções especiais e dos conteúdos digitais, dizendo que

As coleções especiais e os conteúdos digitais [...] estão dentre as questões que [Brindley] considera fundamental para que as bibliotecas continuem como instituições relevantes para a sociedade. Para a autora, os esforços de digitalização em massa fornecem um enorme impulso à disponibilização do conteúdo digital (BRINDLEY, 2009 *apud* DIÓGENES, 2012, p. 233).

Ainda que, atualmente, e, sobretudo, nas ciências exatas os usuários acessem, cada vez mais, a forma eletrônica dos documentos, a autora afirma que “podemos ainda prever com segurança que as bibliotecas de pesquisa continuarão a ser necessárias, porque elas são repositórios de documentos preciosos: manuscritos, livros raros, e materiais similares” (BROCKMAN et al., 2001 *apud* DIÓGENES, 2012, p. 238-239). Fabrício José Nascimento da Silveira e Maria

Aparecida Moura (2016, p. 219) afirmam que ainda que, atualmente, tenhamos um uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e novas modalidades de disseminação da informação pelo acesso aberto, não cabe contestarmos a importância e o lugar social que as bibliotecas ocupam na atualidade porque “enquanto lugares de memória e de salvaguarda de nosso patrimônio informacional e cultural, elas ainda são espaços legítimos de captação, organização, elaboração e difusão do conhecimento”, o que atribui às bibliotecas o “papel de protagonistas ativos e indispensáveis aos processos de democratização dos saberes” (SILVEIRA; MOURA, 2016, p. 219).

#### 4 A BIBLIOTECA PAULO GEYER DA ESCOLA DE QUÍMICA – UFRJ

O estudo do patrimônio passa também pela pesquisa sobre a história das instituições e de suas coleções (LORENTZ, 2000). Assim, de forma a contextualizar a origem da Biblioteca Paulo Geyer, apresentamos um histórico da antiga Escola Nacional de Química (ENQ), hoje Escola de Química (EQ).

Data de 1911, no Congresso Nacional, o surgimento do projeto que criou nove cursos de Química Industrial no país, “entre os quais o Curso de Química Industrial Agrícola, anexo à Escola Superior de Agricultura da Alameda São Boaventura, em Niterói, e que viria a ser o embrião da atual Escola de Química” (ESCOLA DE QUÍMICA, 2011, p.06). A Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV) transferiu-se de Niterói para a Praia Vermelha, passando a se situar na Av. Pasteur, 404, no Rio de Janeiro, na época Capital Federal. O Decreto de transferência foi o de “nº 17.768<sup>21</sup>, de 12 de abril de 1927, assinado pelo presidente Washington Luís Pereira de Souza (1870-1957) e pelo Ministro da Agricultura Geminiano Lyra Castro (1863-1936)” (SILVA; SANTOS; AFONSO, 2006, p. 883). Em 1933, o curso de Química Industrial foi desligado da ESAMV, passando a constituir a primeira estrutura da ENQ (SILVA; SANTOS; AFONSO, 2006).

Durante o governo de Getúlio Vargas, através do Decreto lei nº 23.016<sup>22</sup>, de 28 de julho de 1933, foi criada dentro do Ministério da Agricultura, a Diretoria Geral de Produção Mineral, de cuja organização técnico-administrativa fazia parte a ENQ. “A origem da EQ confunde-se com o início do ensino especializado da Química no Brasil, cujas raízes podem ser identificadas antes mesmo de terminar a Primeira Guerra Mundial” (ESCOLA DE QUÍMICA, 2011, p.06). O Decreto nº 23.172<sup>23</sup>, de 29 de setembro de 1933, frisava que a criação da ENQ visava a “atender à finalidade de preparar químicos industriais habilitados ao exercício da respectiva profissão” e

---

21 Decreto nº 17.768, de 12 de abril de 1927. Dispõe sobre a instalação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária no bairro da Praia Vermelha. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17768-12-abril-1927-513820-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 09 dez. 2016.

22 Decreto lei nº 23.016 de 28 de julho de 1933, através do qual foi criada, dentro do Ministério da Agricultura, a Diretoria Geral de Produção Mineral, a qual ficou subordinada a Escola Nacional de Química. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23016-28-julho-1933-520860-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 de nov. 2016.

23 Decreto nº 23.172, de 29 de setembro de 1933, dispõe sobre a organização da Escola Nacional de Química. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23172-29-setembro-1933-522170-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 de nov. 2016.

dispunha sobre a organização da respectiva Escola (BRASIL, 1933). Com a fundação da ENQ, iniciou-se, então, o Curso de Química Industrial.

A criação da Biblioteca da ENQ ocorre em 28 de julho de 1933, na Praia Vermelha, vinculada à Escola Nacional de Química. Inicialmente, tratava-se de um Posto de Informação e seu acervo foi formado através de doações. Pelo já referido Decreto lei nº 23.016, de 28 de julho de 1933, ficou estabelecido que a ENQ contaria com um “secretário-bibliotecário” e dois conservadores (BRASIL, 1933). De acordo com o Regulamento da ENQ<sup>24</sup>, no Capítulo II que trata da Administração da Escola, no artigo 20, são estabelecidas as competências do “secretário-bibliotecário”<sup>25</sup>, como, por exemplo:

XV - velar pela conservação dos livros e de tudo o que pertencer à Biblioteca;

XVI - organizar e manter em dia os catálogos dos livros e publicações recebidas, de acôrdo com as instruções organizadas pelo Conselho técnico-administrativo;

XVII - apresentar ao diretor, anualmente, um mapa de que constem o número dos leitores, as obras consultadas e as que deixarem de ser fornecidas, por não existirem, e a relação das obras novas que entrarem para a Biblioteca (BRASIL,1933).

Segundo o já mencionado Regulamento da ENQ, cabia ao diretor dar posse aos professores, funcionários da administração, assistentes e auxiliares de ensino. À Congregação competia “elaborar as bases dos concursos para provimento das cadeiras vagas” (BRASIL, 1933).

Em 14 de julho de 1934, através do Decreto nº 24.738, a ENQ passou a ficar a cargo do Ministério da Educação e Saúde, sendo, em 1937, agregada à Universidade do Brasil, data de criação desta Universidade, através da Lei nº 452, de 5 de julho. A Universidade do Brasil veio a ser “uma continuação da antiga Universidade do Rio de Janeiro, que fora construída em 1920, pela reunião das escolas superiores da cidade” (SANTOS; OLIVEIRA, 2013, p. 48). Assim, a ENQ passou a integrar a Universidade do Brasil, a qual passaria, em 1965, a chamar-se Universidade Federal do Rio de Janeiro (SANTOS; OLIVEIRA, 2013).

24 Regulamento da Escola Nacional de Química. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23172-29-setembro-1933-522170-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 de nov. 2016.

25 A título de informação, salientamos que em 1933, data de criação da Biblioteca Paulo Geyer, o curso de Biblioteconomia era oferecido pela Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro (regulamentado pelo Decreto nº 8.835, de 11 de Julho de 1911) e seguia as bases da *École de Chartes* na França. De acordo com Almeida e Baptista (2013, p.05) somente “em 1962 a Biblioteconomia foi elevada a status de profissão de nível superior.”

A ENQ, atendendo às demandas da sociedade, principalmente, a partir do desenvolvimento da área Petroquímica, nas décadas de 50/60 e do surgimento de empresas como a PETROBRAS, a FABOR em Cubatão e a PETROQUISA, no Rio de Janeiro, verifica a necessidade de se criar o curso de Engenharia Química na Escola, objetivando formar profissionais capacitados a atuar nessa área. Em 1952, o curso de Engenharia Química começa a ser ministrado na ENQ, além do já tradicional curso de Química Industrial. No ano de 1965, após a Universidade do Brasil passar a adotar o nome de Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Escola Nacional de Química se transformou em Escola de Química – EQ. Ainda neste ano, iniciou-se a Pós-Graduação de Tecnologia dos Processos (ESCOLA DE QUÍMICA, 2011). “A partir de 1970, a Pós-Graduação passou a se dedicar somente ao Mestrado em Tecnologia de Processos Bioquímicos, estando vinculada ao Departamento de Engenharia Bioquímica” (ESCOLA DE QUÍMICA, 2011, p.08). Em 1972, ocorre a transferência da Escola para a Cidade Universitária - Ilha do Fundão, ocasião em que a Biblioteca passou a ser subordinada à Biblioteca Central do Centro de Tecnologia e ao SiBI/UFRJ. Na década de 1980, a Pós-Graduação passou a ter duas áreas de concentração: 1- Biotecnologia; 2- Simulação e Controle de Processos Bioquímicos. Em 1988, surge o Curso de Doutorado nessa Unidade Acadêmica. Na década de 1990, ocorre a reestruturação do Programa de Pós-Graduação, passando a designar-se Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos (TPQB). Esse Programa oferecia, então, os Cursos de Mestrado Acadêmico e Doutorado e, em 2008, foi criado o Curso de Mestrado Profissional em Engenharia de Biocombustíveis e Petroquímica. “No cenário nacional, o Programa se destaca por concentrar um dos maiores quadros de Doutores em Engenharia Química do País” (ESCOLA DE QUÍMICA, 2011, p. 50-51). Conforme avaliação da CAPES<sup>26</sup>, atualmente, esse Programa de Pós-Graduação apresenta conceito 6 como nota, tanto no Curso de Mestrado quanto no de Doutorado. No ano de 2004, a EQ incorporou mais dois cursos de graduação: o de Engenharia de Bioprocessos e o de Engenharia de Alimentos (ESCOLA DE QUÍMICA, 2011).

A EQ conta atualmente com quatro departamentos:

1) Departamento de Engenharia Bioquímica (DEB) - responsável pelas

---

<sup>26</sup> A nota de conceito de avaliação da CAPES pode ser visualizada no seguinte endereço disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/viewPrograma.jsf?popup=true&id\\_programa=468](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/viewPrograma.jsf?popup=true&id_programa=468)>. Acesso em: 25 nov. 2016.

seguintes áreas: Microbiologia, Processos Biotecnológicos, Engenharia Bioquímica, Engenharia do Meio Ambiente e Tecnologia de Alimentos, presentes nos currículos dos cursos de graduação em Engenharia Química e Química Industrial e de pós-graduação em Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos. Pertencem a este Departamento os seguintes laboratórios: Laboratório de Microbiologia do Petróleo; Laboratório de Engenharia de Sistemas Biológicos; Laboratório de Microbiologia de Alimentos; Laboratório de Tecnologia de Alimentos; Laboratório de Bioanálises; Laboratório de Microbiologia Industrial; Laboratório de Microbiologia do Petróleo; Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão; Laboratório de Tecnologia Ambiental; Laboratório de Desenvolvimento de Bioprocessos; Laboratório de Desenvolvimento de Bioprocessos; Laboratório de Sensores Biológicos; Laboratório de Sistemas Biológicos Imobilizados (ESCOLA DE QUÍMICA);

2) Departamento de Engenharia Química (DEQ) - Relacionam-se a este Departamento os laboratórios de Hidrorrefino; Termodinâmica e Cinética Aplicada e Simulação Molecular (ESCOLA DE QUÍMICA);

3) Departamento de Processos Inorgânicos (DPI) – responsável pelos segmentos relacionados aos Processos Industriais Inorgânicos. Fazem parte deste Departamento os seguintes laboratórios: Laboratório de Compostos Cerâmicos; Laboratório de Análises Térmicas de Materiais e Processos; Laboratório de Corrosão Professor Vicente Gentil; Laboratório de Tecnologia Inorgânica; Laboratório de Tratamento de Águas e Efluentes Industriais; Laboratório de Tecnologias do Hidrogênio (LabTech); Laboratório de Caracterização de Materiais (LACMAT) (ESCOLA DE QUÍMICA);

4) Departamento de Processos Orgânicos (DPO) – responsável pelas disciplinas da área de Indústria Química Orgânica que envolvem produtos, processos e áreas correlacionadas. Tem-se os seguintes laboratórios: Laboratório de Sistema de Informação sobre Indústria Química (SIQUIM); Laboratório de Graduação; de Pesquisa em Produtos Naturais; de Instrumentos I; de Instrumentos II; de Catálise Orgânica e Produtos de Petróleo; de Tecnologia de Polímeros; de Combustíveis (ESCOLA DE QUÍMICA).

Destaca-se, entre os projetos de iniciativa da EQ, a criação do Laboratório de Combustíveis e Derivados de Petróleo (LABCOM), em 1999. O objetivo do laboratório é “avaliar sistematicamente a qualidade dos combustíveis

comercializados no país de forma a identificar possíveis focos de não-conformidades [...]” (ESCOLA DE QUÍMICA, 2011, p. 67). O LABCOM é cadastrado na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP e realiza análises de biodiesel através do monitoramento de sua qualidade desde 2010. Evidenciamos também a criação na EQ do Centro de Excelência em Biocombustíveis, Petróleo e seus Derivados (CEBIO), objetivando “o desenvolvimento de pesquisas altamente avançadas no domínio da Biotecnologia e da Engenharia Química” (ESCOLA DE QUÍMICA, 2011, p. 69). Um outro projeto é o Sistema de Informação sobre a Indústria Química (SIQUIM), criado em 1988. Ele é composto por professores e pesquisadores que atuam na área de Prospecção Tecnológica e Mercadológica, Inteligência Competitiva e Gestão do Conhecimento (ESCOLA DE QUÍMICA, 2011).

A EQ foi pioneira em diversos aspectos, exercendo assim grande importância no cenário da Ciência e Tecnologia no Brasil. Em 2010, foram criados os cursos noturnos de Engenharia Química e Química Industrial. No Centro de Tecnologia da UFRJ, a EQ foi a primeira Unidade Acadêmica a ministrar cursos de graduação no período noturno. A EQ foi pioneira também em pesquisas voltadas para a área Biotecnológica, em um momento em que poucos se dedicavam ao desenvolvimento deste campo que, atualmente, se configura como área estratégica para o progresso do País (ESCOLA DE QUÍMICA, 2011).

A preocupação com a sustentabilidade ambiental nos processos industriais é ainda um dos focos da EQ. Assim, em 2011, surge no Programa de Pós-Graduação TPQB a linha de pesquisa em Química Verde. A Escola Brasileira de Química Verde (EBQV) iniciou suas atividades em 2010 e devia estar ligada a uma universidade que tivesse vocação para o desenvolvimento da Química no Brasil. A EBQV funcionaria como Centro de geração de conhecimentos para a Rede Brasileira de Pesquisa. Desta forma, a EQ da UFRJ, como tinha estas condições, foi indicada para sediar a EBQV (ESCOLA DE QUÍMICA, 2011).

Todo o trabalho de excelência da EQ se traduz nos diversos prêmios e menções honrosas já conquistados por essa Unidade Acadêmica na UFRJ e fora da universidade (ESCOLA DE QUÍMICA, 2011).

Dentro desse contexto, está a Biblioteca Paulo Geyer. Quanto à estrutura organizacional, ela está subordinada à Biblioteca Central do Centro de Tecnologia e ao SiBI. Em 2007, a infraestrutura da Biblioteca foi revitalizada com o apoio da

UNIPAR<sup>27</sup> - empresa de Paulo Geyer – ocasião em que passou a denominar-se Biblioteca Paulo Geyer. A alteração do nome foi uma homenagem ao ex-aluno da EQ que deixou registrado em testamento a doação da verba para obras de revitalização da infra-estrutura da Biblioteca (ESCOLA DE QUÍMICA, 2011).

Considerando as bibliotecas como organizações, como defendem Maciel e Mendonça (2006), as bibliotecas universitárias são organizações que estão dentro de uma estrutura maior que é a própria universidade. O trabalho nas organizações “não pode existir de forma isolada. Esta é uma premissa básica. [Este trabalho] [...] precisa ser organizado de forma coerente, sempre em função da missão da biblioteca [...]” (MACIEL; MENDONÇA, 2006, p.15). A Biblioteca Paulo Geyer tem por missão

prover e disseminar informação especializada, para atender a demanda de ensino, pesquisa e extensão dos cursos de Engenharia Química, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Bioprocessos e Química Industrial, na prestação de serviços, de forma a contribuir para a capacitação pessoal e geração de conhecimentos.<sup>28</sup>

Um dos objetivos da Biblioteca é o de desenvolver as coleções que servirão de suporte à formação e qualificação dos usuários. A Biblioteca Paulo Geyer envida esforços no sentido de acompanhar o crescimento de atuação da EQ que evolui para além dos espaços físicos do Centro de Tecnologia, no campus da Cidade Universitária, na Ilha do Fundão. A EQ, além de ser responsável pelos cursos de graduação já mencionados e pelos cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos (TPQB), passou a atuar conjuntamente com outras unidades da universidade como a COPPE, a Escola Politécnica e o Pólo da universidade em Xerém, participando, então dos cursos de Engenharia Ambiental, de Engenharia do Petróleo, de Engenharia de Controle e Automação, de Ciências Biológicas: Biotecnologia e de Nanotecnologia. No Programa de Mestrado Profissional em Engenharia de Biocombustíveis e Petroquímica, a EQ atua também em parceria com a Escola Politécnica. A EQ oferece ainda, em parceria com o Instituto Nacional de Tecnologia - INT e com o apoio da ABIQUIM, o curso de pós-graduação *lato sensu* de Gestão Empresarial da Indústria Química (GETIQ) desde 1999 (ESCOLA DE QUÍMICA,

27 UNIPAR - União de Indústrias Petroquímicas S/A

28 Biblioteca da Escola de Química. Disponível em: <<http://www.eq.ufrrj.br/biblioteca/home.html>>. Acesso em: 23 de fev. de 2016.



2011).

Estando a Biblioteca em uma Unidade Acadêmica estreitamente relacionada com a área industrial, o seu acervo é composto de obras de referência: dicionários, enciclopédias, guias, *handbooks*, manuais, seriados e de obras do acervo geral: dissertações e teses, livros e periódicos. De acordo com a ferramenta BAGER (dados de 2015), a Biblioteca possui títulos com volumes/exemplares de monografias<sup>29</sup>; teses e dissertações; alguns materiais especiais (CD) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2015).

Quanto aos serviços prestados aos usuários, a Biblioteca oferece: empréstimos e consulta local; pesquisa bibliográfica; empréstimo entre bibliotecas; serviço do Programa de Comutação Bibliográfica – COMUT<sup>30</sup> e treinamento de usuários. A Biblioteca Paulo Geyer ministra palestras no ensino de graduação e de pós-graduação da EQ, participando, portanto, efetivamente, das seguintes disciplinas de Graduação: Introdução aos Processos Químicos e Bioquímicos e Metodologia da Pesquisa Científica. Tais palestras objetivam informar os alunos quanto ao Sistema de buscas bibliográficas na Base Minerva, sobre pesquisas em bases de dados de patentes, enfim, sobre o acesso à informação científica e tecnológica na UFRJ. A relevância das palestras está na apresentação dos recursos físicos e dos livros eletrônicos, assim como dos meios de “recuperação, acesso, avaliação, produção e difusão de informações C&T, sob a gestão do Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) da UFRJ<sup>31</sup>.” A Biblioteca ao disseminar informações teóricas e práticas sobre estratégias de busca, acesso e avaliação de informações científicas e tecnológicas, inclusive sobre patentes, cumpre um importante papel no cenário da competência informacional, na difusão para a comunidade acadêmica da importância da pesquisa bibliográfica para a realização de trabalhos científicos em C&T, de forma a capacitar os usuários a serem mais independentes no universo informacional, contribuindo para a formação dos pesquisadores e profissionais altamente qualificados que serão os atores que impulsionarão o desenvolvimento

---

29 “Monografia é o termo que, na área da Biblioteconomia, representa os livros, folhetos, guias, manuais, relatórios técnicos, obras de referência, normas técnicas, estudos de casos”. (SiBI em números: dados consolidados 2014).

30 O Programa de Comutação Bibliográfica - COMUT, permite a “obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais.” Disponível em: <<http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20programa-de-comutacao-bibliografica-%28comut%29/apresentacao>>

31 Biblioteca Paulo Geyer. Disponível em: <<http://www.eq.ufrj.br/biblioteca/home.html>>. Acesso em: 07 de março de 2016.

científico e tecnológico no país e, muitas vezes, no exterior.

Os itens das coleções da Biblioteca Paulo Geyer e de todas as bibliotecas da universidade, inclusive os livros eletrônicos, podem ser visualizados através da Base Minerva<sup>32</sup> - sistema integrado de busca aos acervos das bibliotecas e Centros de Documentação da UFRJ.

Faz-se necessário, observar o contexto para se entender o patrimônio bibliográfico, compreender a obra dentro de um contexto histórico. O contexto é importante para se compreender a formação e o desenvolvimento da coleção da biblioteca.

A Biblioteca Paulo Geyer possui o conjunto completo de dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-Graduação da EQ e a completude desse acervo enquadra a Biblioteca Paulo Geyer como lugar de memória científica institucional. Nessas obras, se pode ver a evolução de técnicas aplicadas em processos químicos e bioquímicos, ao longo do tempo. Dentro desse conjunto, aquelas de autoria de ex-alunos que, mais tarde, ingressaram como docentes representa a história acadêmica dos professores. O desenvolvimento acadêmico destes se traduz também em livros de sua autoria que compõem o acervo da biblioteca. A produção intelectual representada pelos livros de autoria de professores da EQ é responsável por conferir à EQ um lugar de destaque no cenário educacional e científico na universidade. O percurso acadêmico desses sujeitos também reflete a história da EQ. O conjunto das dissertações, teses e também desses livros projeta a EQ, tanto na esfera local quanto nas esferas nacional e internacional, já que muitos trabalhos geraram pedidos de registro de patentes e pela projeção dos trabalhos transpuseram os limites da universidade, contribuindo para a sociedade. Na Biblioteca da EQ estão os acervos bibliográficos que dão visibilidade aos atores e à sua trajetória acadêmica na instituição.

Quanto à memória científica da UFRJ, o Projeto Memória foi criado, a partir da formação do Grupo de Pesquisa em Memória e Documentação – GPMD, objetivando a preservação e a análise de documentos que fazem parte da história da UFRJ, disponibilizando-os, não somente, para a comunidade universitária, como também para a comunidade externa (QUEIROZ; OLIVEIRA, 2009). O Projeto Memória efetuou o levantamento de bibliotecas, arquivos e unidades museológicas, detentoras de acervos que representam a história e a memória da UFRJ,

---

32 BASE Minerva. Disponível em: <<http://minerva.ufrj.br>>. Acesso em: 07 de março de 2016.

identificando, assim, as contribuições de cada unidade informacional no projeto (QUEIROZ; OLIVEIRA, 2009).

Verificou-se, também, a necessidade de se criar um Centro ou Núcleo de Estudo, Memória e Uso Qualificado do Patrimônio Cultural da UFRJ, chamado de CEMPAC, instituído como unidade administrativa e orçamentária independente, sob a direção de um Conselho Deliberativo, o qual estabeleceria as atividades do CEMPAC. Este Centro atuaria na “identificação e diagnóstico do patrimônio cultural pertencente a UFRJ”, na “produção de documentação para salvaguarda do patrimônio, intervenção e captação de recursos”, na “difusão do conhecimento adquirido sobre o patrimônio” e na “definição de planos orçamentários e critérios para alocação de recursos, dentre outros (DIAS, 2008, p. 92-93). O Conselho Deliberativo encarregado de dirigir este Centro deveria ser composto por membros da UFRJ – docentes, demais servidores e alunos – os quais “deverão ter atuação e/ou interesse comprovado na área de preservação e restauro” (DIAS, 2008, p. 93), além de serem oriundos, de preferência, de unidades como:

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; Escola de Belas Artes; Escola de Engenharia; Escola de Química; Instituto de Física; Instituto de Biologia; Departamento de História; Faculdade de Direito; Prefeitura Universitária; Escritório Técnico da Universidade; Sistema de Bibliotecas e Informação; Museu Nacional; e Pró-Reitoria de Extensão e Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento – PR3 (DIAS, 2008, p. 93).

Ressalta-se a importância da menção à Escola de Química entre as faculdades citadas. O projeto existe e foi citado por Maria Ângela Dias (2008) como fruto de uma experiência administrativa na UFRJ e como sugestão para o futuro. Entretanto, o projeto não foi implementado. De qualquer forma, iniciativas como a de criação do CEMPAC, que visam a preservação do patrimônio na universidade, são muito importantes.

## 5 UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO DE COLEÇÕES ESPECIAIS PARA A BIBLIOTECA PAULO GEYER

Faz-se necessário enfatizar que a proposta de parte deste trabalho é abordar a importância da definição e do conhecimento do valor das coleções e que aqueles critérios apresentados neste estudo como justificativa da escolha das obras foram determinados para a aplicação na Biblioteca Paulo Geyer, entretanto para a aplicabilidade em outras bibliotecas podem ser acrescentados outros critérios. Como muitas obras são de interesse específico desta biblioteca, as demais instituições podem a partir dos critérios aqui definidos, acrescentar outras características próprias para que as suas coleções possam ser consideradas especiais. Pretendeu-se, portanto, nesta parte da dissertação, a partir do acervo da Biblioteca Paulo Geyer, identificar obras para a formação e desenvolvimento da coleção especial desta Biblioteca. Ressalta-se que durante a revisão de literatura, não foram encontradas pesquisas similares, nem identificados estudos nessa área. Propõe-se, primeiramente, que outras bibliotecas realizem um estudo sobre o contexto histórico da biblioteca. Adicionalmente, torna-se importante estudar quais pesquisadores passaram pela instituição.

A identificação de coleções especiais se insere no processo de seleção, compreendendo este como “um processo de tomada de decisão, título a título” (FIGUEIREDO, 1998 *apud* WEITZEL, 2013, p. 36). As decisões quanto a essas coleções devem estar registradas. Considerando que, no processo de seleção, os itens devem ser descritos “[...] com o máximo de detalhes [...] para incorporação ao acervo” (WEITZEL, 2013, p. 37), elaborou-se tabelas com a listagem das obras selecionadas para os objetivos desta pesquisa, conforme veremos mais adiante.

Formar coleções especiais e definir diretrizes para elas se relaciona também ao processo de avaliação de coleções que deveria fazer parte da rotina de uma biblioteca. Primeiramente, identificam-se as coleções especiais para depois definir e avaliar, por exemplo, instrumentos de seleção para a preservação das obras, o que não foi contemplado por não fazer parte dos objetivos desta pesquisa. Como afirma Figueiredo (1998, *apud* WEITZEL, 2013), a avaliação de coleções exige, dentre outros requisitos, visão crítica e analítica da equipe com relação à biblioteca. Weitzel (2013) salienta que, no caso das bibliotecas universitárias, essa não é uma prática

consolidada. A formação da equipe da biblioteca, responsável por este processo, deve ser considerada, pois essa atividade exige a qualificação própria de um pesquisador com domínio de técnicas de pesquisa, metodologias que envolvem dados quantitativos e qualitativos, coleta e análise desses dados e capacidade de concentração e senso crítico (FIGUEIREDO, 1998 *apud* WEITZEL, 2013). Para Weitzel (2013, p. 63), o processo de avaliação de coleções “é um recurso fundamental para ajustar as políticas de desenvolvimento de coleções de um modo geral, e as de seleção, aquisição e desbastamento, em particular.” A avaliação, no contexto da preservação, envolve a análise de métodos e metodologias, de custos e benefícios, bem como a análise da urgência da preservação.

A identificação de coleções especiais deve se basear em critérios. Os critérios estabelecidos para a formação de coleções especiais, utilizados em outras bibliotecas devem ser analisados e podem ser adotados novos critérios, de acordo com a realidade de cada biblioteca. A atribuição do caráter “especial” a esses acervos possibilitará, futuramente, o desenvolvimento de projetos em parceria que visem a identificação do estado de conservação e risco do acervo por meio do instrumento diagnóstico (ARAÚJO, 2015). Faz-se necessário atentar para a devida higienização das coleções e para o uso de materiais recomendados pela literatura científica como papel alcalino, papel neutro, cola de celulose e o uso de caixas de proteção para volumes, quando necessário. Ademais, há que se pensar no acesso a essas coleções, se será permitida a realização de fotocópias, se há possibilidade de salvaguardar as coleções por meio da digitalização (quais os custos desta decisão) e, também há que se considerar a política de empréstimo. Para estas coleções poderá ser realizada uma pesquisa que permitirá verificar as primeiras edições, quais exemplares foram autografados, o histórico das obras, etc. (LINO, HANNESCH, AZEVEDO, 2003).

Indica-se que neste trabalho não foi possível realizar, mas recomenda-se que, posteriormente, sejam verificados quais são os critérios de definição de coleção especial adotados por outras bibliotecas da UFRJ e, compará-los com o que diz a literatura da área.

Atenta-se para a importância do estudo do usuário e de suas necessidades em um trabalho de formação e desenvolvimento de coleções especiais e da avaliação das condições ambientais e de segurança da unidade de informação. Estes dois tópicos são apontados como necessários em planejamentos futuros na

biblioteca (LINO, HANNESCH, AZEVEDO, 2003).

A título de caracterizar melhor a Biblioteca Paulo Geyer, em relação ao espaço físico da Biblioteca, em 2007, ocorreu a reforma da sua infraestrutura com recursos da empresa UNIPAR. Nessa ocasião, a Biblioteca ganhou mais espaço com a projeção de um mezanino que funciona como local de estudo com mesas e cadeiras para os usuários. Assim, na parte de baixo ficam o acervo, o espaço para os funcionários trabalharem e um ambiente com computadores, mesas e cadeiras para os usuários estudarem e na parte de cima, o mezanino. A Biblioteca não possui sala de reserva técnica. Foi realizado um estudo nos livros tombo da Biblioteca e nos relatórios retirados do Sistema Aleph sobre o quantitativo e a distribuição do acervo. A tipologia dos materiais compreende: livros (referência e acervo geral), periódicos, teses e dissertações, CD, anais de congresso. Em relação às teses e dissertações, esses itens estão dispostos em estantes junto à parede com o fundo fechado, sem portas, simples e de madeira. As obras de referência e do acervo geral estão armazenadas em cinco estantes abertas, de aço. Os periódicos e os anais de congressos também ficam em uma estante com o fundo fechado, sem portas, simples e de madeira. Já os CDs pertencentes à coleção de livros e periódicos e os CDs contendo as teses e dissertações estão armazenados em armários fechados, de madeira. As obras selecionadas, rotineiramente, para posterior desbaste estão localizadas na Biblioteca, separadas das obras de referência e do acervo geral por estantes. Quanto à política de doação de obras, as doações de obras são aceitas, obedecendo aos critérios da política de doação. Conforme explicitado nesta política, as doações devem ser pertinentes aos cursos de graduação e pós-graduação da Escola. A Biblioteca somente recebe obras cujo estado de conservação está propício para inserção das mesmas no acervo. Não são aceitas obras amareladas, depenadas e infestadas com traças. A Biblioteca não possui espaço de quarentena para obras doadas. Inicialmente, todas as obras para a formação do acervo foram doadas. Na atualidade, os modos de aquisição são: a compra, a doação e o depósito legal, no caso das teses e dissertações. Os periódicos em formato impresso sempre foram adquiridos por doação, enquanto que aqueles em formato eletrônico são adquiridos por meio de assinatura da universidade.

Explicando a construção da tabela que segue, esclarece-se que, a partir da revisão de literatura feita para a construção dos capítulos sobre Bibliotecas, Coleções, Lugares de Memória e Patrimônio Bibliográfico de C&T, foram

selecionados os critérios que seriam adotados nesta dissertação. Selecionou-se sete por serem as principais características atribuídas a acervos que merecem cuidados especiais, ressaltadas pelos autores citados nesta pesquisa. Assim, foram estabelecidos os critérios para a formação de coleções especiais em bibliotecas universitárias, como vemos a seguir:

Tabela 1 - Critérios adotados e respectivos autores

<b>Critérios adotados</b>	<b>Autores</b>
1- Obras de origem estrangeira	TRAVIER (2000)
2- Obras difíceis de serem encontradas, escassas, únicas	CARVALHO (2015); TRAVIER (2000); UNIVERSITY OF GLASGOW [2012?]
3- Obras fragilizadas	UNIVERSITY OF GLASGOW [2012?]
4- Obras caras, com valor no mercado livreiro	TRAVIER (2000)
5- Obras que vêm ao encontro dos objetivos da instituição, de acordo com sua história e missão. Têm conteúdo científico de interesse institucional.	TRAVIER (2000)
6- Obras com significado histórico, valor de memória, valor como artefato, patrimônio	CARVALHO (2015); GUINCHAT; MENOU (1994); TRAVIER (2000); UNIVERSITY OF GLASGOW [2012?]
7- Obras que são produto próprio da universidade como monografias, dissertações e teses. Constituem-se como os suportes da vida intelectual da instituição.	GUINCHAT; MENOU (1994); TRAVIER (2000); UNIVERSITY OF GLASGOW [2012?]

A seguir, são explicados cada um dos sete critérios adotados nesta pesquisa.

1- Obras de origem estrangeira – Conforme já foi explicitado em 3.2.2 O Patrimônio bibliográfico universitário, as obras de origem estrangeira têm maior importância porque podem não ser encontradas nas demais bibliotecas universitárias (TRAVIER, 2000). Este critério tem, por isso, relação com o segundo critério que estabelecemos, como vemos a seguir.

2- Obras difíceis de serem encontradas, escassas, únicas – Incluem-se, como afirma Tereza Cristina Oliveira Nonatto de Carvalho (2015), as obras cujas edições estão esgotadas; as primeiras edições de autores literários renomados; aquelas

edições especiais; reduzidas; as consideradas como clandestinas; as distribuídas pelo autor; encadernações de luxo; privativas; além dos exemplares especiais por possuírem, por exemplo, marcas de propriedade, anotações manuscritas e dedicatórias de pessoas célebres. Como visto em 3.2.2 O Patrimônio bibliográfico universitário, segundo Travier (2000), as obras de origem estrangeira são mais difíceis de serem encontradas em outras bibliotecas, principalmente, as mais antigas. De acordo com a definição de coleção especial da Universidade de Glasgow [2012?], adotada nesta pesquisa, coleções raras ou únicas são, comumente, consideradas como especiais (ver definição apresentada nesta dissertação, em 2.1.2. Coleções especiais). Acrescenta-se que para as obras difíceis de serem encontradas, escassas e únicas, além da atribuição do caráter especial, a biblioteca pode atribuir também o caráter de raridade ao exemplar. Obras deste tipo têm relação ainda com o quarto critério, de valor monetário. Além disso, aquelas consideradas raras têm valor inestimável, que ultrapassa a questão do valor financeiro, dadas suas características peculiares.

3- Obras fragilizadas – Ainda conforme a definição da Universidade de Glasgow [2012?], as coleções especiais são, frequentemente, frágeis.

4- Obras caras, com valor no mercado livreiro – As obras mais caras do acervo merecem cuidados especiais (TRAVIER, 2000), como já explicitado em 3.2.2 O Patrimônio bibliográfico universitário.

5- Obras que vêm ao encontro dos objetivos da instituição, de acordo com sua história e missão - Trata-se de um conjunto de obras que tem interesse para a biblioteca, levando-se em conta a história e a missão da instituição (TRAVIER, 2000). Têm conteúdo científico de interesse institucional. A biblioteca atribui importância na preservação dessas obras. De acordo com Travier (2000), as coleções especializadas nas áreas atendidas pela biblioteca também merecem cuidados especiais.

6- Obras com significado histórico, valor de memória, valor como artefato, patrimônio – Segundo Travier (2000), conforme tratado em 3.2.2 O Patrimônio bibliográfico universitário, podem incluir documentos não tão antigos, mas que merecem atenção particular porque se constituem como o patrimônio da biblioteca. São marcos na história do conhecimento. Este critério se relaciona com o sétimo apresentado a seguir, pois documentos como dissertações e teses têm valor de memória para a história daquela instituição. Carvalho (2015, p. 99) reconhece a



importância do valor das coleções especiais para o resgate da memória, afirmando que a disseminação do conteúdo informacional dos acervos especiais contribui “de forma decisiva para a produção de novos conhecimentos nas áreas afins, estimulando a pesquisa e, conseqüentemente, o resgate da memória.” Para Guinchat e Menou (1994), os documentos que refletem a memória da instituição devem ser recuperados e conservados. Conforme a Universidade de Glasgow [2012?], as coleções especiais têm valor cultural.

7- Obras que são produto próprio da universidade como monografias, dissertações e teses – A produção que é própria da universidade se insere neste critério. Travier (2000) destaca a importância das monografias, como já se explicou em 3.2.2 O Patrimônio bibliográfico universitário, em razão do desenvolvimento de pesquisas novas e originais e de novos métodos empregados e aí registrados. Como já se afirmou na seção citada mais acima, Travier (2000, p. 40) considera como “semipreciosos” os documentos produzidos pela universidade e importantes para a sua história. Constituem-se como os suportes da vida intelectual da instituição. De acordo com Guinchat e Menou (1994), os documentos que refletem a produção da instituição, assim como os que refletem a memória da instituição, devem ser recuperados e conservados. Para a Universidade de Glasgow [2012?], coleções especiais apresentam, geralmente, pesquisa significativa (ver 2.1.2 Coleções especiais).

Para a identificação proposta nesta dissertação, foram selecionadas como obras candidatas a possíveis coleções especiais: 1) algumas obras de referência; 2) série Perfil analítico classificada como obra de referência; 3) traduções e livros de autoria principal ou secundária de professores da Escola de Química da UFRJ; 4) livros de autoria principal ou secundária de professores de outros institutos da UFRJ; 5) toda a coleção de teses e dissertações dos Programas de Pós-graduação da Escola de Química, dentre as quais destacam-se as teses e dissertações de autoria de ex-alunos que tornaram-se professores da Escola de Química da UFRJ; 6) Além disso, consideramos também como coleção especial as teses e dissertações de autoria de professores da Escola de Química, defendidas em outros programas de pós-graduação.

Explicando o porquê da seleção de tais obras, esclarece-se que foram escolhidas aquelas que se enquadravam nas características (que foram

transformadas em critérios) mencionadas pelos autores citados no decorrer da dissertação.

A seguir, mencionamos as obras selecionadas e respectivos critérios aplicáveis.

1) algumas obras de referência - a maioria é de origem estrangeira e diversas dessas obras não podem ser adquiridas facilmente, algumas não foram reeditadas e estão esgotadas. São obras especializadas nas temáticas abrangidas pelo acervo e que vêm ao encontro dos objetivos da biblioteca, de acordo com sua história e missão. Estão entre as obras mais caras, de acordo com o mercado livreiro. A verificação de quais títulos de coleções podem ser encontrados em outras bibliotecas será importante para em um estudo futuro estabelecer prioridades para a preservação das coleções;

2) série Perfil analítico classificada como obra de referência - trata-se de um conjunto especializado de publicações sobre recursos minerais, editado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral. A maioria das obras desta série está frágil devido ao constante manuseio, inclusive, muitos exemplares estão com as folhas soltas. A coleção é extensa e os exemplares são muito consultados em disciplina ministrada por um professor da área de Mineralogia na própria biblioteca. Há dificuldade de se conseguir toda a coleção e a biblioteca possui um só exemplar de cada título. A biblioteca atribui importância na preservação dessa coleção. Estas obras estão em conformidade com os objetivos da biblioteca, de acordo com sua história e missão;

3) traduções e livros de autoria principal ou secundária de professores da Escola de Química da UFRJ – estas obras vêm ao encontro dos objetivos da biblioteca, de acordo com sua história e missão. Apresentam conteúdo científico de interesse institucional e valor de memória. São importantes para o resgate da memória e da história da Escola de Química;

4) livros de autoria principal ou secundária de professores de outros institutos da UFRJ - apresentam conteúdo científico de interesse institucional e valor de memória;

5) toda a coleção de teses e dissertações dos Programas de Pós-graduação da Escola de Química, dentre as quais destacam-se as teses e dissertações de autoria de ex-alunos que tornaram-se professores da Escola de Química da UFRJ -

a coleção está completa e apresenta conteúdo científico de interesse institucional, importância científica nacional e internacional com diversos trabalhos que geraram publicações e patentes e valor de memória para a instituição. São os suportes da vida intelectual da instituição. Ressalta-se que é possível consultar o pdf dessas produções acadêmicas, desde 2006, através da Base Minerva. Recomenda-se que sejam identificadas as primeiras dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-graduação da Escola de Química, podendo constituir uma coleção dentro de outra coleção;

6) Além disso, considera-se também como coleção especial as teses e dissertações de autoria de professores da Escola de Química, defendidas em outros programas de pós-graduação - esta coleção tem importância científica e valor de memória para a instituição.

Ver a seguir tabela 2 com as obras selecionadas e respectivos critérios.

Tabela 2 - Obras selecionadas e respectivos critérios

Obras	Critérios
1- Obras de referência selecionadas	A maioria é de origem estrangeira. Obras difíceis de serem encontradas. Diversas dessas obras não podem ser adquiridas facilmente, algumas estão esgotadas e não foram reeditadas. Obras que vêm ao encontro dos objetivos da biblioteca, de acordo com sua história e missão. Obras mais caras com valor no mercado livreiro.
2 - Série Perfil analítico	Os exemplares são muito consultados e a maioria está frágil devido ao intenso manuseio. A biblioteca possui um só exemplar de cada título. Obras que vêm ao encontro dos objetivos da biblioteca, de acordo com sua história e missão. A biblioteca atribui importância na preservação.
3 - Traduções e livros de autoria principal ou secundária de professores da Escola de Química da UFRJ	Obras que vêm ao encontro dos objetivos da biblioteca, de acordo com sua história e missão. Apresentam conteúdo científico de interesse institucional. Valor de memória

4 - Livros de autoria principal ou secundária de professores de outros institutos da UFRJ	Obras que vêm ao encontro dos objetivos da biblioteca, de acordo com sua história e missão. Apresentam conteúdo científico de interesse institucional Valor de memória
5 - Toda a coleção de teses e dissertações dos Programas de Pós-graduação da Escola de Química. Destacam-se as teses e dissertações de autoria de ex-alunos que se tornaram professores da Escola de Química da UFRJ	Obras que vêm ao encontro dos objetivos da biblioteca, de acordo com sua história e missão. Apresentam conteúdo científico de interesse institucional e importância científica nacional e internacional. Obras que são produto próprio da universidade. Valor de memória.
6 - Teses e dissertações de autoria de professores da Escola de Química, defendidas em outros programas de pós-graduação	Obras que vêm ao encontro dos objetivos da biblioteca, de acordo com sua história e missão. Importância científica. Valor de memória.

Fonte: A autora (2017)

### 5.1 Identificação das coleções especiais

A seguir é apresentada a listagem das obras pertencentes à Biblioteca Paulo Geyer, que propõe-se que sejam tratadas como coleções especiais, em formato de tabela. Trata-se do retrato da Biblioteca até o momento da defesa da dissertação. Outras obras poderão ser acrescentadas à lista, a partir da aquisição de outras coleções que vão constituir o seu patrimônio. Por isso, é um trabalho em processo de construção. Ressalta-se a importância da elaboração da listagem para que a biblioteca tenha o registro do seu patrimônio.

Tabela 3 - Obras de referência

1- ARNAUD, D. ; FRANCHE, G. <b>Manuel de céramique industrielle</b> . 2 ed. Paris: H. Dunod et E. Pinat, 1922. 1 exemplar.
2- ATOMIC ENERGY COMMISSION. <b>Reactor Handbook: physics</b> . Nova Iorque: McGraw-Hill Book Co., s1955. 1 exemplar.
3- BENTON, William. (Ed.). <b>Enciclopédia Barsa</b> . Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1965. 16v. 13 exemplares.
4- BERL et al. <b>Métodos de análisis químico industrial</b> . Barcelona: Labor, 1950. 2 exemplares.
5- BIKALES, Norbert M. (Ed.). <b>Encyclopedia of polymer science and technology: plastics, resins, rubbers, fibers</b> . New York: Interscience, c1965. v. 3; 4; 7, 8 e 9 (1exemplar de cada); v.5 (2 exemplares).
6- CHEREMISINOFF, Nicholas P. (Coord.). <b>Handbook of heat and mass transfer</b> . Houston: Gulf, 1986. v. 1 (2 exemplares); v. 2 (2 exemplares); v. 3 (2 exemplares); v. 4 (2 exemplares).
7- CREMER, Herbert W.; Watkins, Sidney B. <b>Chemical engineering practice</b> . Londres: Butter Worths Scientific Publications, 1958. 12v. 12 exemplares.
8- DANA, James Dwight. Tradução de Rui Ribeiro Franco. <b>Manual de mineralogia</b> . Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1969. v. 1 (3 exemplares); v.2 (3 exemplares).
9- ENCICLOPEDIA MIRADOR INTERNACIONAL. Sao Paulo: Encyclopaedia Britannica Do Brasil, s1995. 19 v. 19 exemplares.
10- FLUGGE, S. (Ed.). <b>Encyclopedia Of Physics = Handbuch Der Physik</b> . Berlim: Springer-Verlag, s1956. 54 volumes. 45 exemplares.
11- FOERST, Wilhelm (Coord.). <b>Ulmans encyklopadie der technischen chemie</b> . München: Urban & Schwarzenberg, 1951. 19v. 22 exemplares.
12- GIUA, Michele; GIUA-LOLLINI, Clara. <b>Dizionario di chimica generale e industriale: chimica agraria, biologica, broomatologica, farmaceutica, geologica, mineralogica, tecnologica, tossicologica</b> . Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1948. 3 volumes. 3 exemplares.
13- GLOBO; QUINET, J.; SIECZKOWSKI, R. P. <b>Manual Do Engenheiro Globo; Enciclopedia das Ciências e Artes do engenheiro e do arquiteto</b> . Porto Alegre: Globo, s1977. 16 exemplares.

- 14- GRIGNARD, V. **Traité de chimie organique**. Paris: Masson et Cie, Ed., s1936. Volumes: 2, 3, 5, 7 e 10 ao 23. 21 exemplares.
- 15- GUENTHER, Ernest. **The essential oils**. 2. ed. New York: D. Van Nostrand, c1948. 6 volumes. 6 exemplares.
- 16- JACOBSON, C. A. (Coord.). **Encyclopedia Of Chemical Reactions**. New York: Reinhold, 1946. Volumes: 1,3,4,6 e 7. 6 exemplares.
- 17- KIRK, Raymond Eller. **Encyclopedia of chemical technology**. New York: Intercience, c1947. 15 volumes. 15 exemplares.
- 18- \_\_\_\_\_. **Encyclopedia of chemical technology**. 2.ed. New York: Intercience, c1965. 14 volumes. 14 exemplares.
- 19- LAPEDES, Daniel N (Ed.). **Mcgraw-Hill encyclopedia of science & technology**. Nova York: MCGRAW-HILL BOOK, R1971[1960]. 15volumes. 17 exemplares.
- 20- LUNGE, Georg. **Handbuch der schwefelsaurefabrikation und ihrer nebenzweige**. Braunschweig: Friedr. Vieweg & Sohn, s1916. v.1 (1 exemplar); v.2 (1exemplar).
- 21- MATTIELLO, Joseph J. **Protective and decorative coatings**. New York: John Wiley & Sons, 1944. 5 volumes. 5 exemplares.
- 22- MELLOR, Joseph William. **A comprehensive treatise on inorganic and theoretical chemistry**. London: Longmans, 1930 [1957]. Volumes 1 a 10, 12 a 16. 18 exemplares.
- 23- O'NEIL, Maryadele J. (Ed.). **The Merck index: an encyclopedia of chemicals drugs, and biologicals**. 14. ed. Whitehouse Station, N. J. : Merck, 2006. 1 exemplar.
- 24- PARKER, Sybil P.; CORBITT, Robert A. (Ed.). **Mcgraw-Hill Encyclopedia Of Environmental Science And Engineering**. Nova York: Mcgraw-Hill, R1993. 2 exemplares.
- 25- PARTINGTON, J. Riddick. **An advanced treatise on physical chemistry**. London: Longmans, 1951-1953. v.2. 1 exemplar.
- 26- PASCAL, Paul. **Nouveau traité de chimie minérale**. Paris: Masson, 1956. 21 exemplares.
- 27- PERRY, John Howard. **Chemical engineers' handbook**. 3. ed. New York: McGraw-Hill, 1950. Coleção Nuno Alvares Pereira. 5 exemplares.

- 28- PERRY, Robert H. **Chemical engineers' handbook**. 5. ed. Tokyo: McGraw-Hill Kogakusha, c1973. (Mcgraw-Hill Chemical Engineering Series). 7 exemplares.
- 29- \_\_\_\_\_. **Perry's Chemical Engineer's Handbook**. 4. ed. New York: McGraw-Hill, c1963. 7 exemplares.
- 30- PERRY, Robert H. (Coord.); Tradução de Horacio Macedo. **Manual de engenharia química**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1980. 16 exemplares.
- 31- POURBAIX, Marcel. **Atlas of electrochemical equilibria: in aqueous solutions**. Oxford: Pergamon Press, 1966. 1 exemplar.
- 32- SCHRAUTH, Walther. **Manuel pour la fabrication des savons**. Paris: Librairie Polytechnique Ch. Béranger, 1925. 1 exemplar.
- 33- SCOTT, Wilfred Welday. **Standard methods of chemical analysis**. 5. ed. New York: Van Nostrand, 1925. v. 2. 2 exemplares.
- 34- SCOTT, Wilfred Welday; FURMAN, Nathaniel Howell. **Standard methods of chemical analysis: a manual of analytical methods and general reference for the analytical chemist and for the advanced student**. 5th ed. New York: D. Van Nostrand, 1939. v. 1. 1 exemplar.
- 35- SITTIG, Marshall. **Pharmaceutical manufacturing encyclopedia**. Oxon: Noyes, 1988. 2 volumes. 2 exemplares.
- 36- SNEED, Mayce Cannon; MAYNARD, J. Lewis; BRASTED, Robert C. **Comprehensive inorganic chemistry**. Toronto: D. Van Nostrand, c1953. Volumes 1, 3, 4, 5 e 7. 5 exemplares.
- 37- SNELL, Foster Dee; HILTON, Clifford L. (Ed). **Encyclopedia of Industrial Chemical Analysis**. Nova Iorque: Interscience Publishers, c1966. Volumes 1,3,4 e 5. 4 exemplares.
- 38- STECHER, Paul G.; Windholz, Martha; LEAHY, Dolores S. (Ed.). **The Merck index: an encyclopedia of chemicals and drugs**. 8. ed. Rahway, N.J.: Merck, 1968 [1889]. 1 exemplar.
- 39- STREETER, Victor. L. **Handbook of fluid dynamics**. New York: McGraw-Hill Book, 1961. 2 exemplares.
- 40- THE MERCK INDEX: an encyclopedia of chemicals, drugs and biologicals. 9. ed. Rahway: Merck, 1978. 1 exemplar.
- 41- THORPE, Edward (Trad.). **Enciclopedia de química industrial**. Barcelona: Labor, 1921. 3 volumes. 3 exemplares.

42- ULLMANN, Fritz (Coord.). **Enciclopédia de química industrial**. Barcelona: Gustavo Gili, 1931. 13 volumes. 16 exemplares.

43- ULLMANN'S ENCYCLOPEDIA OF INDUSTRIAL CHEMISTRY. 6. ed. Weinheim, Alemanha: Wiley-VCH, c2003. 40 volumes. 40 exemplares.

44- WELCHER, Frank J. (Ed.). **Standard methods of chemical analysis: instrumental analysis**. 6th ed. New York: Van Nostrand & Reinhold, c1966. v. 1 (1 exemplar); v. 2 (pt. A – 1 exemplar); v.2 (pt. B – 1 exemplar).

45- WINDHOLZ, M.; Budavari, S.; STROUMTSOS, L. Y. **The Merck index: an encyclopedia of chemicals and drugs**. Rahway, N.J. : Merck, 1976. 1 exemplar.

46- WINNACKER, Karl.; WEINGAERTNER, E. **Tecnología química**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1954. 6 volumes. 18 exemplares.

Fonte: A autora (2017)



Tabela 4 - Obras de referência – Série Perfil analítico

1- AMBROSIO, Aluisio (Coord.). <b>Perfil analítico do cimento</b> . Brasília: Departamento Nacional de Produção Mineral, s1973. (Perfil analítico. Boletim; 30). 1 exemplar.
2- ANDRADE, Maurício Ribeiro de; BOTELHO, Luiz Carlos A. <b>Perfil analítico do níquel</b> . Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia: Departamento Nacional da Produção Mineral, 1974. (Perfil analítico. Boletim; 33). 1 exemplar.
3- BARONE, Regina Helena Diehl Travassos (Coord.). <b>Perfil analítico da cianita</b> . Brasília: Departamento Nacional da Produção Mineral, s1973. (Perfil analítico. Boletim; 7). 2 exemplares.
4- BARBOSA, José Eduardo C. de Almeida. <b>Perfil analítico da esmeralda</b> . Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia: Departamento Nacional de Produção Mineral, 1973. (Perfil analítico. Boletim; 12). 2 exemplares.
5- BARBOZA, Frederico Lopes Meira. <b>Perfil analítico do tungstênio</b> . Rio de Janeiro: Ministério de Minas e Energia: Departamento Nacional da Produção Mineral, 1973. (Perfil analítico. Boletim; 24). 2 exemplares.
6- BARONE, Regina Helena Diehl Travassos. <b>Perfil analítico do zinco</b> . Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia: Departamento Nacional da Produção Mineral, 1973. (Perfil analítico. Boletim; 26). 1 exemplar.
7- BEVILACQUA, Clovis Tadeu. <b>Perfil analítico da fluorita</b> . Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia: Departamento Nacional da Produção Mineral, 1973. (Perfil analítico. Boletim; 14). 1 exemplar.
8- BRUNI, Edvaldo Correia. <b>Perfil analítico da barita</b> . Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia : Departamento Nacional da Produção Mineral, 1973. (Perfil analítico. Boletim; 3). 2 exemplares.
9- CASTRO, Enio Cunha. <b>Perfil analítico das conchas calcárias</b> . Rio de Janeiro: Ministério de Minas e Energia: Departamento Nacional da Produção Mineral, 1974. (Perfil analítico. Boletim; 31). 2 exemplares.
10- COSTA, Fabio Emilio V. T. Baeta da. <b>Perfil analítico da columbita-tantalita</b> . Rio de Janeiro: Ministério de Minas e Energia: Departamento Nacional da Produção Mineral, 1973. (Perfil analítico. Boletim; 9). 2 exemplares.
11- COSTACURTA, Jobel José. <b>Perfil analítico do feldspato</b> . Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia: Departamento Nacional da Produção Mineral, 1974.

(Perfil analítico. Boletim). 1 exemplar.

12- DIAS, Jaime. **Perfil analítico do berílio**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional da Produção Mineral, 1973. (Perfil analítico. Boletim; 5). 1 exemplar.

13- DONÉ, Gladston Amora. **Perfil analítico do vanádio**. Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia: Departamento Nacional de Produção Mineral, 1973. (Perfil analítico. Boletim; 25). 1 exemplar.

14- FALCÃO, Helena. **Perfil analítico de águas minerais**. Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia: Departamento Nacional da Produção Mineral, 1978. (Perfil analítico. Boletim; 49). 1 exemplar.

15- FERREIRA NETO, Yusley. **Perfil analítico do titânio**. Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia: Departamento Nacional de Produção Mineral, 1973. (Perfil analítico. Boletim; 23). 2 exemplares.

16- FREITAS, Alencar Soares de. **Perfil analítico do quartzo**. Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia: Departamento Nacional da Produção Mineral, 1973. (Perfil analítico. Boletim; 20). 1 exemplar.

17- GIRODO, Antonio Carlos. **Perfil analítico do amianto**. Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia: Departamento Nacional da Produção Mineral, 1973. (Perfil analítico. Boletim; 2). 2 exemplares.

18- GONÇALVES, Everaldo ; SERFATY, Abraham. **Perfil analítico do manganês**. Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia: Departamento Nacional da Produção Mineral, 1976. (Perfil analítico. Boletim; 37). 3 exemplares.

19- GUIMARÃES, Marco Aurélio. **Perfil analítico da grafita**. Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia: Departamento Nacional da Produção Mineral, 1973. (Perfil analítico. Boletim; 16). 1 exemplar.

20- LEMOS, Heider Cunha. **Perfil analítico do cobre**. Brasília: Departamento Nacional da Produção Mineral, 1982. (Perfil analítico. Boletim; 56). 1 exemplar.

21- LIMA, José Maria Gonçalves de. **Perfil analítico dos fertilizantes fosfatados**. Brasília: Departamento Nacional da Produção Mineral, 1976. (Perfil analítico. Boletim; 39). 1 exemplar.

22- LIRA FILHO, Delmiro Paes de. **Perfil analítico da bentonita**. Rio de Janeiro: Ministério de Minas e Energia: Departamento Nacional da Produção Mineral, 1973. (Perfil analítico. Boletim; 4). 2 exemplares.

23- MACIEL, Aluisio Castanho. **Perfil analítico do tório e terras raras**. Rio de

Janeiro: Ministério das Minas e Energia: Departamento Nacional da Produção Mineral, 1973. (Perfil analítico. Boletim; 28). 2 exemplares.

24- MACIEL, Aluísio Castanho; CRUZ, Paulo Roberto. **Perfil analítico do urânio.** Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia: Departamento Nacional da Produção Mineral, 1973. (Perfil analítico. Boletim; 27). 1 exemplar.

25- MARON, Marcos A.C. ; SILVA, Alberto Rogério B. da. **Perfil analítico do ouro.** Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia: Departamento Nacional da Produção Mineral, 1984. (Perfil analítico. Boletim; 57). 1 exemplar.

26- MATTOS, Luiz Eraldo de. **Perfil analítico da ágata.** Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia: Departamento Nacional da Produção Mineral, 1974. (Perfil analítico. Boletim; 29). 1 exemplar.

27- MEDEIROS, Noé. **Perfil analítico do estanho.** Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia: Departamento Nacional da Produção Mineral, 1973. (Perfil analítico. Boletim; 13). 2 exemplares.

28- NEVES, Eure Malvini. **Perfil analítico do pirocloro.** Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia: Departamento Nacional de Produção Mineral, 1973. (Perfil analítico. Boletim; 18). 2 exemplares.

29- OLIVA, Luiz Antonio; VIEIRA, Sergio Augusto Bueno. **Perfil analítico da platina.** Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia: Departamento Nacional da Produção Mineral, 1973. (Perfil analítico. Boletim; 19). 2 exemplares.

30- PEREIRA, Eliezer Braz. **Perfil analítico da gipsita.** Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia: Departamento Nacional da Produção Mineral, 1973. (Perfil analítico. Boletim; 15). 1 exemplar.

31- PINHEIRO, João Cesar de F. **Perfil analítico do talco.** Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia: Departamento Nacional de Produção Mineral, 1973. (Perfil analítico. Boletim; 22). 3 exemplares.

32- ROCHA, Antonio José Dourado. **Perfil analítico do chumbo.** Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia: Departamento Nacional da Produção Mineral, 1973. (Perfil analítico. Boletim; 8). 2 exemplares.

33- SOUSA, José Ferreira de. **Perfil analítico da diatomita.** Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia: Departamento Nacional da Produção Mineral, 1973. (Perfil analítico. Boletim; 11). 1 exemplar.

34- SOUZA, Gutenberg Fernandes Soares de. **Perfil analítico do carvão.** Rio de

Janeiro: Ministério das Minas e Energia: Departamento Nacional da Produção Mineral, 1973. (Perfil analítico. Boletim; 6). 1 exemplar.

Fonte: A autora (2017)

Tabela 5 - Traduções de livros e livros de autoria principal ou secundária de professores da Escola de Química da UFRJ.

1- BORGES, Joana Lopes; QUEIROZ, Eduardo Mach; PESSOA, Fernando Luiz Pellegrini. <b>Minimização do uso de hidrogênio na indústria de petróleo</b> . Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, c2010. 1 exemplar.
2- BORSCHIVER, Suzana; SILVA, Andrezza Lemos Rangel da (Org.). <b>Technology roadmap</b> : planejamento estratégico para alinhar mercado-produto-tecnologia. Rio de Janeiro: Interciência, 2016. 2 exemplares.
3- CALADO, Verônica; MONTGOMERY, Douglas C. <b>Planejamento de experimentos usando o “statistica”</b> . Rio de Janeiro: E-papers, 2003. 5 exemplares.
4- COELHO, Maira Alice Z; RIBEIRO, Bernardo D. (Ed). <b>White biotechnology for sustainable chemistry</b> . Cambridge: Royal Society of Chemistry, 2016. 1 exemplar.
5- COELHO, Maria Alice Zarur; SALGADO, Andréa Medeiros; RIBEIRO, Bernardo Dias. <b>Tecnologia enzimática</b> . Rio de Janeiro, Petrópolis: Faperj, Epub, c 2008. 2 exemplares.
6- COUGHANOWR, Donald R; KOPPEL, Lowell B. Tradução Carlos Augusto Guimarães Perlingeiro. <b>Análise e controle de processos</b> . Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1978. 7 exemplares.
7- DUTRA, Luís Eduardo Duque. <b>Petróleo, preços e tributos</b> : experiência internacional e política energética nacional. 1998. Rio de Janeiro: Tama: Suma Econômica, 1998. 1 exemplar.
8- ESCOLA DE QUÍMICA. [Rio de Janeiro]: [Universidade Federal do Rio de Janeiro]: [Escola de Química], [2011]. (Obra produzida em comemoração dos 78 anos da Escola de Química - Centro de Tecnologia – UFRJ). 2 exemplares.
9- SANTOS, Nadja Paraense dos; OLIVEIRA, Marcos Henrique (Ed.). <b>Escola de Química</b> : 80 anos. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro: Escola de Química, 2013. 2 exemplares.
10- LEITE, Luiz Fernando. <b>Inovação</b> : o combustível do futuro. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005. 3 exemplares.
11- _____. <b>Olefinas leves</b> : tecnologia, mercado e aspectos econômicos. Rio de Janeiro: Interciência, 2013. 2 exemplares.
12- LEVENSPIEL, Octave. Tradução Verônica M. A. Calado. <b>Engenharia das reações químicas</b> . São Paulo: Edgard Blücher, 1999. 7 exemplares.

13- MIRRE, Reinaldo Coelho; YOKOYAMA, Lídia; PESSOA, Fernando Luiz Pellegrini. **Reúso de água em processos químicos**: modelo integrado para gerenciamento sustentável. Curitiba: Appris, 2015. 1 exemplar.

14- MOTHÉ, Cheila Gonçalves; AZEVEDO, Aline Damico de. **Análise térmica de materiais**. São Paulo: ieditora, 2002. 1 exemplar.

15- \_\_\_\_\_. São Paulo: Artliber, 2009. 3 exemplares.

16- NATURAL Gas Conversion Symposium (8.: 2007: Natal, Brazil); NORONHA, Fábio Bellot; SCHMAL, Martin; SOUSA-AGUIAR, Eduardo Falabella. **Natural gas conversion VIII**: proceedings of the 8<sup>th</sup> Natural Gas Conversion Symposium. In: Natural Gas Conversion Symposium, 8, Natal, Brazil. Amsterdam: Elsevier, 2007. 3 exemplares.

17- NUNES, Giovani Cavalcanti; MEDEIROS, José Luiz de; ARAÚJO, Ofélia de Queiroz Fernandes. **Modelagem e controle na produção de petróleo**: aplicação em MATLAB. São Paulo: Blucher, 2010. 7 exemplares.

18- PEÇANHA, Ricardo Pires. **Sistemas particulados**: operações unitárias envolvendo partículas e fluidos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 3 exemplares.

19- PERLINGEIRO, Carlos Augusto Guimarães (Ed.). **Biocombustíveis no Brasil**: fundamentos, aplicações e perspectivas. Rio de Janeiro: Synergia, 2014. 2 exemplares.

20- \_\_\_\_\_. **Engenharia de processos**: análise, simulação, otimização e síntese de processos químicos. São Paulo: Edgard Blücher, 2005. 7 exemplares.

21- SANTOS, Patrícia Carneiro dos; LEITE, Luiz Fernando. Organizadores: Peter Rudolf Seidl, Suzana Borschiver. **Integração refino-petroquímica**: tendências e impactos. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2012. 6 exemplares.

22- SCHMAL, Martin. **Catálise heterogênea**. Rio de Janeiro: Synergia: COPPE/UFRJ, 2011. 5 exemplares.

23- \_\_\_\_\_. **Chemical reaction engineering**: essentials, exercises and examples. Boca Raton: CRC Press, Taylor& Francis Group, [2014]. 2 exemplares.

24- \_\_\_\_\_. **Cinética e reatores**: aplicação na engenharia química: teoria e exercícios. Rio de Janeiro: Synergia: COPPE/UFRJ: FAPERJ, 2013. 6 exemplares.

25- \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Synergia: COPPE/UFRJ: FAPERJ, 2010. 5 exemplares.

26- \_\_\_\_\_. **Cinética homogênea aplicada e cálculo de reatores**. Rio de Janeiro:

Guanabara Dois, s1982. 2 exemplares.

27- SEIDL, Peter Rudolf. **Potencial de pesquisa química nas Universidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: CETEM/CNPq, 1991. 1 exemplar.

28- SOARES, Paulo Sergio Moreira; YOKOYAMA, Lidia; FREIRE, Denize Dias de Carvalho. **Transporte de metais pesados no solo no contexto da disposição de resíduos sólidos**. Rio de Janeiro: CETEM, 2005. 1 exemplar.

29- SOUZA, Mariana de Mattos Vieira Mello. **Processos inorgânicos**. Rio de Janeiro: Synergia, 2012. 4 exemplares.

30- \_\_\_\_\_. **Tecnologia do hidrogênio**. Rio de Janeiro: Synergia: FAPERJ, 2009. 2 exemplares.

31- SOUZA JUNIOR, Maurício Bezerra de; TRICA, Diego José. **Introdução à modelagem e dinâmica para controle de processos**. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, c2013. 3 exemplares.

32- VALDMAN, Belkis; FOLLY, Rossana; SALGADO, Andréa. **Dinâmica, Controle e instrumentação de processos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, c 2008. 2 exemplares.

33- VALLE, Maria Leticia Murta. **Produtos do setor de combustíveis e de lubrificantes**. Rio de Janeiro: Publit, 2007. 7 exemplares.

34- YOUNG, André Ferreira; PESSOA, Fernando Luiz Pellegrini, MACH, Eduardo Queiroz. **Tecnologias de produção de biodiesel: produção em meio supercrítico e em meio enzimático**. Saarbrucken: Novas Edições Acadêmicas, 2015. 2 exemplares.

35- ZAKON, Abraham. **Fortran para engenheiros químicos**. Rio de Janeiro: UFRJ/ CT/ Esc. de Química, s1977. 1 exemplar.

Fonte: A autora (2017)

Tabela 6 - Livros de autoria principal ou secundária de professores de outros institutos da UFRJ.

1- ALENCASTRO, Ricardo Bicca de; MANO, Eloisa Biasotto. <b>Nomenclatura de compostos orgânicos</b> . Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. 1 exemplar.
2- MANO, Eloisa Biasotto. <b>Introdução à polímeros</b> . São Paulo: E. Blücher, c1985. 2 exemplares.
3- MANO, Eloisa Biasotto (Coord.). <b>Terminologia de polímeros: inglês/português</b> . Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Petróleo, s1988. 1 exemplar.
4- MANO, Eloisa Biasotto; MENDES, Luís Cláudio. <b>Identificação de plásticos, borrachas e fibras</b> . São Paulo: E. Blücher, c2000. 1 exemplar.
5- _____. <b>Introdução à polímeros</b> . 2.ed. São Paulo: E. Blücher, 1999-2004. 5 exemplares.
6- MANO, Eloisa Biasotto; PACHECO, Élen Beatriz Acoroli Vasquez; BONELLI, Cláudia Maria Chagas. <b>Meio ambiente, poluição e reciclagem</b> . São Paulo: E. Blücher, 2005. 1 exemplar.
7- MANO, Eloisa Biasotto; SEABRA, Affonso do Prado. <b>Práticas de química orgânica</b> . São Paulo: Edart, 1969. 1 exemplar.
8- _____. _____. São Paulo: E. Blücher, 1987. 1 exemplar
9- MANO, Eloisa Biasotto; DIAS, Marcos Lopes; OLIVEIRA, Clara Marize Firemand. <b>Química experimental de polímeros</b> . São Paulo: E. Blücher, 2004. 1 exemplar.

Fonte: A autora (2017)



Tabela 7 - Teses e dissertações de autoria de professores da Escola de Química da UFRJ, defendidas nos Programas de Pós-graduação da EQ ou em outros Programas de Pós-graduação.

1- ABREU, Charlles Rubber de Almeida. <b>Método de Monte Carlo aplicado à compactação e segregação de partículas.</b> 2000. 144 f. Dissertação (mestrado em Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Química, Rio de Janeiro, 2000. 1 exemplar.
2- _____. <b>Simulação computacional de sistemas granulares:</b> aplicação dos métodos de Monte Carlo e de elementos distintos. 2004. 250f. Tese (Doutorado em Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Química, Rio de Janeiro, 2004. 1 exemplar.
3- ALHADEFF, Eliana Mossé. <b>Fermentação alcoólica com células de leveduras imobilizadas em alginato de cálcio.</b> 1984. 103p. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Química, Rio de Janeiro, 1984. 1 exemplar.
4- _____. <b>Projeto e aplicação de sistemas de biossensores integrados para a detecção de etanol.</b> 2005. 254 f. Tese (Doutorado em Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Química, Rio de Janeiro, 2005. 1 exemplar.
5- ALVES, Flávia Chaves. <b>Competências para inovar:</b> um estudo a partir da indústria de embalagens plásticas. 2005. 189 f. Tese (Doutorado em Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Química, Rio de Janeiro, 2005. 1 exemplar.
6- ARAÚJO, Carla Reis de. <b>Compósitos elastoméricos de poliuretanos com fibras naturais.</b> 1998. 105 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Química, Rio de Janeiro, 1998. 1 exemplar.
7- _____. <b>Cinética de decomposição térmica de compósitos poliméricos com fibras de curauá.</b> 2003. 230 f. Tese (Doutorado em Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Química, Rio de Janeiro, 2003. 1 exemplar.
8- FONSECA, Fabiana Valéria da. <b>Estudo da degradação de corantes reativos por oxidação com H<sub>2</sub>O<sub>2</sub> fotoativado com radiação ultravioleta.</b> 2003. 103 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de

Química, Rio de Janeiro, 2003. 1 exemplar.

9- ARAÚJO, Fabiana Valéria da Fonseca. **Estudo do processo fenton heterogêneo utilizando hematita ( $\text{Fe}_2\text{O}_3$ ) como catalisador na descoloração de soluções de corante reativo.** 2008. 183 f. Tese (Doutorado em Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Química, Rio de Janeiro, 2008. 1 exemplar.

10- BORGES, Elcio Ribeiro. **Desenvolvimento de um processo biotecnológico para a produção de ácido succínico por actinobacillus succinogenes.** 2011. 205f. Tese (Doutorado em Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Química, Rio de Janeiro, 2011. 1 exemplar.

11- CAMMAROTA, Magali Christe. **Avaliação de um bio-reator fúngico para remoção de cor de efluente do branqueamento de polpa kraft.** 1991. 188 p. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Química, Rio de Janeiro, 1991. 1 exemplar.

12- COELHO, Maria Alice Zarur. **Purificação da poligalacturonase produzida por Aspergillus niger 3T5B8.** 1993. 124p. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Química, Rio de Janeiro, 1993. 1 exemplar.

13- CUNHA, Armando Lucas Cherem da. **Estudo por análises térmicas da atividade pozolânica de metacaulinita em pastas e argamassas de cimento portland tipo II.** 2007. 95f. Dissertação (Mestrado em Ciências em Engenharia Química)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Química, Rio de Janeiro, 2007. 1 exemplar.

14- \_\_\_\_\_. **Caracterização e estudo de aplicação de rejeito catalítico de unidade de FCC como material pozolânico.** 2012. 110f. Tese (Doutorado em Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Química, Rio de Janeiro, 2012. 1 exemplar.

15- FOLLY, Rossana Odette Mattos. **Controlador lógico programável no controle de uma fermentação alcoólica em batelada alimentada.** 1991. 151p. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Química, Rio de Janeiro, 1991. 1 exemplar

16- \_\_\_\_\_. **Projeto e desempenho de biosensor enzimático de glicose.** 1996. 140p. Tese (Doutorado)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de

Química, Rio de Janeiro, 1996. 1 exemplar.

17- FREIRE, Denize Dias de Carvalho. **Filtração de mostos de fermentação alcoólica.** 1990. 114p. Dissertação(Mestrado)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Química, Rio de Janeiro, 1990. 1 exemplar.

18- KLEIN, Tânia Suaiden. **Estudo de um novo modelo de turbulência.** 2007. 204f. Dissertação (Mestrado em Ciências em Engenharia Química)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Química, Rio de Janeiro, 2007. 1 exemplar.

19- LEITE, Luiz Fernando. **Metodologia de seleção, avaliação e priorização de projetos tecnológicos inovadores.** 2008. 210 f. Tese (Doutorado)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Química, Rio de Janeiro, 2008. 1 exemplar.

20- MANFRO, Robinson Luciano. **Produção de hidrogênio a partir da reforma em fase líquida do glicerol e do hidrolisado do bagaço da cana-de-açúcar.** 2009. 129f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Química, 2008. 1 exemplar.

21- \_\_\_\_\_. **Produção de hidrogênio por reforma de glicerol utilizando catalisadores de NI-CU obtidos a partir de precursores do tipo-hidrotalcita.** 2013. 162f. Tese (Doutorado em Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Química, Rio de Janeiro, 2013. 1 exemplar.

22- MORITZ, Vitalis. **Mecanismo e cinética de utilização de n-alcanos por leveduras.** 1969. 80 p. Tese (Doutorado)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Engenharia, 1969. 1 exemplar.

23- MOTHÉ, Cheila Gonçalves. **Síntese, caracterização e estudo termoanalítico de resinas fenólicas obtidas a partir do líquido da casca de castanha de caju.** 1992. 174 f. Tese (Doutorado)- Universidade de São Paulo, Instituto de Química, São Paulo, 1992. 1 exemplar.

24- MOTHÉ, Michelle Gonçalves. **Estudo do comportamento de ligantes asfálticos por reologia e análise térmica.** 2009. 182f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Química, Rio de Janeiro, 2009. 1 exemplar.

25- NDIAYE, Papa Matar. **Equilíbrio de fases de óleos vegetais e de biodiesel em CO<sup>2</sup>, propano e n-butano.** 2004. 187f. Tese (Doutorado em Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos)-Universidade Federal do Rio de Janeiro,

Escola de Química, Rio de Janeiro, 2004. 1 exemplar.

26- OROSKI, Fábio de Almeida. **Governança nas cadeias produtivas: uma análise da cadeia produtiva de embalagens plásticas.** 2007. 143f. Dissertação (Mestrado em Ciências em Engenharia Química)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Química, Rio de Janeiro, 2007. 1 exemplar.

27- \_\_\_\_\_. **Modelos de negócios e transição de sistemas tecnológicos: o caso dos bioplásticos.** 2013. 195f. Tese (Doutorado em Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Química, Rio de Janeiro, 2013. 1 exemplar.

28- RIBEIRO, Bernardo Dias. **Aplicação de tecnologia enzimática na obtenção de  $\beta$ -caroteno a partir de óleo de buriti (mauritia vinifera).** 2008. 103 f. Dissertação (mestrado)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Química, Rio de Janeiro, 2008. 1 exemplar.

29- \_\_\_\_\_. **Estratégias de processamento verde de saponinas da biodiversidade brasileira.** 2012. 187f. Tese(Doutorado em Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Química, Rio de Janeiro, 2012. 1 exemplar.

30- SALGADO, Andréa Medeiros. **Desenvolvimento de um biossensor enzimático de sacarose.** 1997. 106p. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Química, Rio de Janeiro, 1997. 1 exemplar.

31- \_\_\_\_\_. **Desenvolvimento e aplicação de sensores e sistemas de monitoração de biomassa, etanol e de substrato por modelo.** 2001. 191p. Tese (Doutorado)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Química, Rio de Janeiro, 2001. 1 exemplar.

32- SILVA, Sílvia Maria Cruzeiro da. **Estudo experimental do tamanho de asfaltenos dispersos em meios solventes e petróleo.** 2003. 123p. Tese (Doutorado)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Química, Rio de Janeiro, 2003. 1 exemplar.

33- TRAVALLONI, Leonardo. **Modelagem termodinâmica de fluídos confinados através de uma extensão da teoria de van der waals generalizada.** 2008. 59f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Química, Rio de Janeiro, 2008. 1 exemplar.

34- \_\_\_\_\_. **Desenvolvimento de equação de estado para fluídos confinados.**

2012. 86f. Tese (Doutorado em Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Química, Rio de Janeiro, 2012. 1 exemplar.

35- VALDMAN, Andrea. **Sistema de automação para monitoramento online de gases residuais e diagnóstico de uma caldeira operada com misturas diesel/biodiesel**. 2010. 152f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Química, Rio de Janeiro, 2010. 1 exemplar.

36- VALDMAN, Belkis. **Dinâmica e controle de um cristalizador contínuo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1968. 49 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia, Programa de Engenharia Química, Rio de Janeiro, 1968. 1 exemplar.

37- \_\_\_\_\_. **Residence time distribution of a continuous flow cylindrical vessel**. Manchester: University of Manchester, s1969. Tese (Mestrado)-University of Manchester, Department of Chemical Engineering, 1969. 1 exemplar.

38- \_\_\_\_\_. **Computer-aided design package for process control systems**. Manchester: Victoria University of Manchester, s1976. 181 p. Tese (Doutorado)-Victoria University of Manchester, Manchester, 1976. 1 exemplar.

39- VAZ JUNIOR, Carlos André. **Deteção, localização e quantificação de vazamentos: uma abordagem em séries temporais**. 2006. 123f. Dissertação (Mestrado em Ciências em Engenharia Química)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Química, Rio de Janeiro, 2006. 1 exemplar.

40- \_\_\_\_\_. **Deteção e diagnóstico de falhas com base em dados históricos de processo: aplicação em dutovias**. 2010. 194f. Tese (Doutorado em Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Química, Rio de Janeiro, 2010. 1 exemplar.

41- YOKOYAMA, Lídia. **Estudo da interconversão biológica de iodo em água do mar**. 1999. 133f. Tese (Doutorado em Química Analítica)-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Química, Rio de Janeiro, 1999. 1 exemplar.

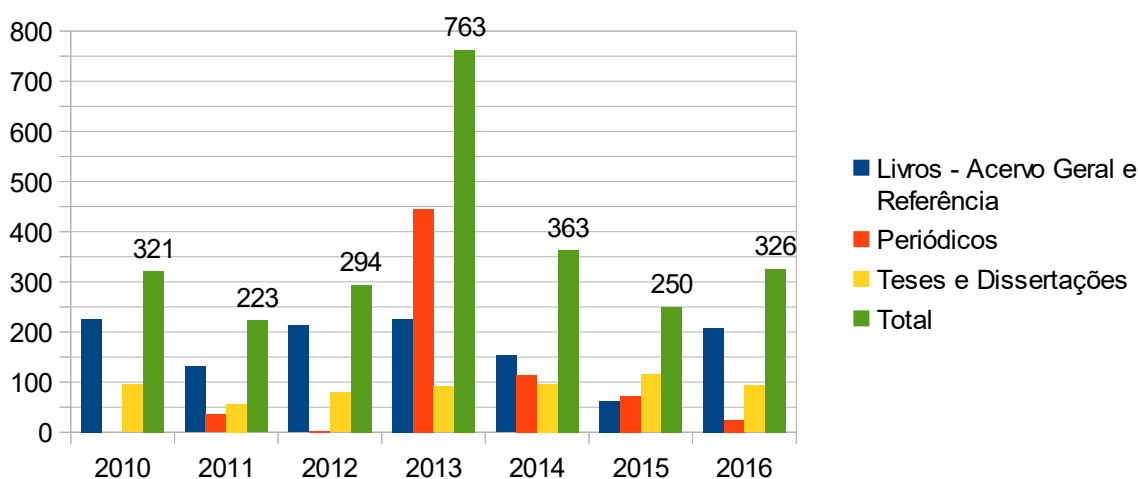
42- ZAKON, Abraham. **Produção de leveduras por batelada alimentada**. 1980. 101f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia, Programa de Engenharia Química, Rio de Janeiro, 1980. 2 exemplares.

43- ZAKON, Abraham. **Reciclagem de rejeitos sólidos industriais:** desenvolvimento de clínquer para cimento Portland em escala de laboratório, a partir de xisto retornado do processo Petrosix (Petrobrás). 1991. 2 v. Tese (Doutorado)-Escola Politécnica/USP, São Paulo, 1991. 2 exemplares.

Fonte: A autora (2017).

O gráfico a seguir relaciona o quantitativo do acervo inserido/catalogado no sistema Aleph, software integrado de bibliotecas. Tencionou-se mostrar no Gráfico 1 o desenvolvimento das coleções a partir da quantidade de itens bibliográficos que foram catalogados. Como foram elaboradas listagens com as referências bibliográficas das obras selecionadas em formato de tabela e nelas estão a quantidade de volumes e respectivos exemplares, foi elaborado o gráfico. A relação dos dados do gráfico com os títulos identificados está no fato de que ele mostra uma parte da quantidade de obras de referência e de dissertações e teses, objetos das listagens, e também dos periódicos (que não foram selecionados para esta pesquisa) que passaram a constituir o patrimônio da Biblioteca Paulo Geyer. Nas listagens está uma parte do quantitativo do gráfico, pois muitas obras foram catalogadas fora do período (2010-2016) que o gráfico retrata.

Gráfico 1 - Quantidade de itens bibliográficos (exemplares) cadastrados por tipo de material e ano na Biblioteca Paulo Geyer.



Fonte: A autora com base nos relatórios gerados a partir da Base Minerva no formato Excel 1997-2003.

Conforme já explicitado e visto nas tabelas, a Biblioteca Paulo Geyer poderá considerar como coleções especiais, algumas obras de referência (Tabela 3), dentre as quais destaca-se a série Perfil analítico (Tabela 4); os livros de autoria principal ou secundária de professores da Escola de Química da UFRJ, assim como as obras

traduzidas por eles (Tabela 5). Da mesma forma, o conjunto dos livros de autoria principal ou secundária de professores de outros institutos da UFRJ (Tabela 6) e toda a coleção de teses e dissertações dos Programas de Pós-graduação da Escola de Química, da qual se destacam as teses e dissertações de autoria de ex-alunos que tornaram-se professores da EQ (Tabela 7), defendidas nos Programas de Pós-graduação da EQ ou em outros Programas de Pós-graduação.

Utilizando-se de relatórios gerados a partir da Base Minerva no formato Excel 1997-2003, foi possível observar a quantidade de exemplares cadastrados no Sistema Aleph (quantidade de obras bibliográficas por tipo de material e por ano). O levantamento contemplou as obras do acervo geral e de referência, os periódicos e as teses e dissertações. Portanto, optou-se por verificar todos os materiais bibliográficos que foram introduzidos no sistema entre os anos selecionados para observar o desenvolvimento das coleções a partir do número de itens bibliográficos catalogados.

No Gráfico 1, registramos a quantidade de exemplares de livros – acervo geral e obras de referência, periódicos, teses e dissertações, além dos respectivos números totais. O período analisado compreende os anos de 2010 e 2016. Esclarecemos que o estudo partiu do ano de 2010 porque foi nesse ano que os Livros Tombo foram refeitos. O fato de os exemplares terem sido inseridos no Sistema Aleph em determinado ano não significa que a data de publicação das obras seja a daquele ano. Portanto, trata-se da data de inserção dos itens bibliográficos na base de dados. Sendo assim, em 2010, foram cadastrados 226 exemplares de livros que foram classificados como obras do acervo geral e de referência. Nenhum periódico foi catalogado. 95 teses e dissertações foram registradas. O total geral de obras inseridas foi de 321. Em 2011, foram registradas: 131 exemplares de obras do acervo geral e de referência, 35 de periódicos e 57 de teses e dissertações, totalizando 223. No ano de 2012, foram catalogados 213 exemplares de obras do acervo geral e de referência, 2 de periódicos, 79 de teses e dissertações. 294 foi o total geral. Em 2013, os números foram os seguintes: 226 exemplares de obras do acervo geral e de referência, 446 exemplares de periódicos, 91 de teses e dissertações. O total geral foi de 763 obras inseridas. Nesse ano, a quantidade de periódicos cadastrados no sistema foi a maior até hoje. Os periódicos que a biblioteca possui foram todos doados, o que justifica a sequência irregular de muitos títulos. A biblioteca já possuía a maior parte dos títulos e exemplares, mas foi



nesse ano que grande parte foi catalogada. A quantidade de livros cadastrados em 2014 foi de 153. O total de periódicos inseridos foi de 114 e o número de teses e dissertações ficou em 96. O somatório total foi de 363 exemplares. Já em 2015, o quantitativo foi de: 63 exemplares de livros, 72 de periódicos, 115 de teses e dissertações. O número total de obras registradas nesse ano foi de 250. Em 2016, registraram-se 208 livros, 25 periódicos e 93 teses e dissertações. O total de itens bibliográficos foi de 326. A relação desses dados com os objetivos da dissertação é complementar a caracterização da Biblioteca e, nesse sentido, por ser uma biblioteca universitária, ela se insere no exemplo de biblioteca que tem “coleções de uso intensivo” como cita Hernampérez (1999). Segundo Hernampérez (1999), nas bibliotecas em que as coleções são de uso frequente, em geral, os materiais são recentes, sendo que a maioria das obras são de “empréstimo e são manejadas em diversas circunstâncias, geralmente fora do recinto e descartadas quando se deterioram [...]” (HERNAMPÉREZ, 1999, p.33, tradução nossa). Nesse tipo de biblioteca, há que se investir na questão da educação e conscientização dos usuários. Deve-se pensar em um trabalho de conscientização e educação dos usuários, “pois é ele, com certeza, um sério causador de danos aos documentos de nossos acervos, às vezes consciente, outras vezes inconscientemente” (NASSIF, 1992, p.40-41).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha da Biblioteca Paulo Geyer se deu por razões profissionais e também pessoais. Primeiramente, por entender que a Biblioteca e seu acervo possuem um papel relevante como apoio no ensino e na pesquisa na área de tecnologia química, contribuindo para a formação de profissionais qualificados para atuarem no desenvolvimento e na inovação tecnológica no Brasil e no exterior. Adicionalmente, por desejar desenvolver meus conhecimentos nos seguintes temas: bibliotecas universitárias, coleção especial, relação entre memória e documentos, memória e patrimônio, patrimônio de C&T, com ênfase no patrimônio bibliográfico. A seleção da Biblioteca Paulo Geyer responde, simultaneamente, a uma inquietação teórica e a um imperativo profissional. Inquietação teórica por buscar, neste trabalho, o embasamento na literatura especializada para ações relativas à valorização da biblioteca como patrimônio e de seu acervo; imperativo profissional por reconhecer a importância, para a formação e o desenvolvimento de coleções, de se identificar dentro de um acervo as coleções de caráter especial para, então, desenvolver diretrizes de valorização e acesso a essas coleções.

As bibliotecas universitárias são responsáveis por avaliar, selecionar, organizar, tratar, armazenar, recuperar, gerenciar e disseminar fontes de informação, produtoras de conhecimentos, geradas pela própria comunidade acadêmica da universidade (dissertações, teses e livros) ou adquiridas de pessoa jurídica ou física. Como espaços de disseminação do conhecimento, atualmente, as bibliotecas têm disponibilizado muitas de suas obras em meio digital, atendendo à democratização do acesso à informação. Assim, os conteúdos de muitas obras sob sua responsabilidade podem ser acessados fora do espaço físico da biblioteca.

Os profissionais que nelas atuam e os usuários que necessitam de seus produtos e serviços informacionais são a essência das bibliotecas contemporâneas (VALENTIM, 2016). O bibliotecário é quem conhece as demandas informacionais das áreas atendidas pela biblioteca e os perfis dos usuários, sendo capaz de intermediar a relação entre as fontes de informação e o usuário, auxiliando-o no processo de identificação e recuperação das informações desejadas (PIZARRO; DAVOK, 2008 *apud* ALVARES; AMARO; ASSIS, 2016).

As bibliotecas constituem-se como “domínios de memória coletiva [...] porque congregam em torno de si as experiências existenciais, científicas e culturais do

lugar onde se inserem” (SERRAI, 1975 *apud* SILVEIRA; MOURA, 2016, p. 206). São “espaços onde o homem, sua herança cultural, seu patrimônio simbólico, seus substratos de conhecimentos e sua memória social se mesclam na tentativa de superar o esquecimento e se preservarem futuro adiante” (SILVEIRA; MOURA, 2016, p. 206). Como espaço de disputas políticas e ideológicas são instrumentos de representação social. Têm participação e responsabilidade nas dinâmicas de “preservação, organização e disseminação do conjunto de referências materiais e imateriais que constituem e qualificam nossa memória social e nosso patrimônio informacional” (SILVEIRA; MOURA, 2016, p. 207). Nesses espaços, “nossa cultura e seus substratos histórico-sociais são constantemente tensionados e transformados” (SILVEIRA; MOURA, 2016, p. 208).

O objetivo geral desta dissertação foi propor critérios aplicáveis a bibliotecas universitárias na formação de suas coleções especiais, a partir da experiência da Biblioteca Paulo Geyer. A identificação dos itens bibliográficos expressa o patrimônio bibliográfico em C&T da Biblioteca Paulo Geyer, pois, pode-se reconhecer, nas obras selecionadas para esta pesquisa, as características ressaltadas pelos autores, ao longo da dissertação e estabelecidas na seção cinco como critérios definidos para a formação das coleções especiais.

Em relação ao patrimônio bibliográfico, tem-se pouca literatura sobre o assunto. Os bibliotecários têm problemas/dificuldades em trabalhar com coleções especiais devido também a essa falta de literatura. Como não se fala muita coisa sobre o assunto, esta pesquisa procurou encontrar na literatura utilizada sobre patrimônio e coleções especiais fundamentos que embasem métodos de trabalho para a identificação de coleções especiais. A descrição da Biblioteca foi utilizada como categoria empírica para apresentar a proposta que é generalizável, no sentido de que apresenta critérios aplicáveis, retirados das categorias teóricas. Richard (2010) destaca a importância de os bibliotecários conhecerem a história da instituição e dos documentos, assim como o contexto de sua produção que os explica.

Conforme tratado na seção cinco, utilizando-se de tabelas, foram listadas as obras segundo os critérios definidos nesta dissertação:

1 - Obras de referência selecionadas:

- A maioria é de origem estrangeira.
- Obras difíceis de serem encontradas. Diversas dessas obras não podem ser

adquiridas facilmente, algumas estão esgotadas e não foram reeditadas.

- Obras que vêm ao encontro dos objetivos da biblioteca, de acordo com sua história e missão.
- Obras mais caras com valor no mercado livreiro.

## 2- Série Perfil analítico:

- Os exemplares são muito consultados e a maioria está frágil devido ao intenso manuseio.
- A biblioteca possui um só exemplar de cada título.
- Obras que vêm ao encontro dos objetivos da biblioteca, de acordo com sua história e missão. A biblioteca atribui importância na preservação.

## 3 - Traduções e livros de autoria principal ou secundária de professores da Escola de Química da UFRJ:

- Obras que vêm ao encontro dos objetivos da biblioteca, de acordo com sua história e missão. Apresenta conteúdo científico de interesse institucional.
- Valor de memória

## 4 - Livros de autoria principal ou secundária de professores de outros institutos da UFRJ:

- Obras que vêm ao encontro dos objetivos da biblioteca, de acordo com sua história e missão. Apresenta conteúdo científico de interesse institucional
- Valor de memória

## 5- Toda a coleção de teses e dissertações dos Programas de Pós-graduação da Escola de Química. Destacam-se as teses e dissertações de autoria de ex-alunos que se tornaram professores da Escola de Química da UFRJ:

- Obras que vêm ao encontro dos objetivos da biblioteca, de acordo com sua história e missão. Apresenta conteúdo científico de interesse institucional e importância científica nacional e internacional.
- Obras que são produto próprio da universidade.
- Valor de memória.

## 6- Teses e dissertações de autoria de professores da Escola de Química, defendidas em outros programas de pós-graduação:

- Obras que vêm ao encontro dos objetivos da biblioteca, de acordo com sua história e missão. Importância científica.
- Valor de memória.

A Biblioteca ainda não havia feito um estudo semelhante em seu acervo e a pesquisa foi importante como uma reflexão sobre a prática de identificação das coleções especiais. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica com características de

estudo aplicado. Conforme mencionado no decorrer do trabalho, a teoria é de suma importância para se refletir sobre as práticas do cotidiano. Em uma biblioteca universitária, o conhecimento do acervo e a seleção das obras fazem parte do processo de desenvolvimento das coleções. A identificação das obras permite que se desenvolvam ações de valoração e preservação das coleções, assim como estudos sobre acessibilidade digital às coleções, iniciativas que valorizam o patrimônio bibliográfico representativo da memória institucional da biblioteca e da universidade como lugares sociais.

Em relação aos objetivos específicos estabelecidos, todos foram alcançados nesta pesquisa. O primeiro objetivo caracterizou a Biblioteca Paulo Geyer como espaço de guarda de patrimônio bibliográfico universitário de C&T no contexto da Escola de Química. Enfatizou-se o papel da Biblioteca como guardião desse patrimônio. Buscou-se através de reflexões acerca dos lugares de memória, pensar a Biblioteca como tal e relacionar as coleções selecionadas, sobretudo as teses, as dissertações e os livros de autoria de professores da instituição, com a memória da Escola de Química por extensão. Como apresentado no capítulo 4 da dissertação, o Curso de Química Industrial Agrícola, lecionado na Escola Superior de Agricultura da Alameda São Boaventura, em Niterói, veio a ser o embrião da atual Escola de Química. Com o desenvolvimento da indústria do petróleo no Brasil, a ENQ implementou esforços no sentido de criar o curso de Engenharia Química na UFRJ. A Biblioteca que funcionava, inicialmente, como um Posto de Informação foi se desenvolvendo, paralelamente, à ENQ, hoje EQ e passou a denominar-se Paulo Geyer por ocasião da reforma de sua infraestrutura em 2007 com recursos da empresa UNIPAR, por iniciativa de Paulo Geyer, ex aluno da Escola. Reconhece-se, que esta Biblioteca possui “os vãos e faltas”, como mencionado no decorrer do trabalho, característicos de uma biblioteca universitária, entretanto procurou-se enfatizar a importância de uma biblioteca que cresceu abarcando a demanda dos diversos cursos oferecidos pela EQ.

O segundo objetivo específico visou identificar as coleções especiais da Biblioteca Paulo Geyer, que fazem parte do que chamamos de grande repositório da história da química no país, a partir dos critérios aplicáveis, sob a perspectiva do patrimônio bibliográfico de C&T. Incluiu-se nas obras selecionadas a produção intelectual de professores e alunos da Escola de Química, produção essa responsável também por colocar esta instituição em um lugar de destaque na

história da Química no Brasil. As obras desta Biblioteca têm importância para a representação histórica, educacional, cultural e científica da Escola de Química. As teses e dissertações, especificamente, representam a trajetória acadêmica de seus autores, o trabalho científico, a história da Química e suas vertentes na universidade. São responsáveis por dar visibilidade aos sujeitos nos cenários nacional e internacional. O seu percurso acadêmico reflete a história da EQ dentro da UFRJ. A classificação das obras como patrimônio bibliográfico universitário nos permitiu refletir sobre a existência de patrimônios “escondidos” nas universidades. O foco desta pesquisa são os acervos bibliográficos, entretanto como apontado, no decorrer do trabalho, as universidades são guardiãs de um patrimônio portador da memória científica (GRANATO, 2015; LOURENÇO, 2009) que se não for objeto de estudo e mapeamento estará fadado a permanecer sem o devido reconhecimento e preservação. Então, quais seriam as ações a serem empreendidas? Conclui-se que ações como o mapeamento e o estudo do patrimônio pelo valor documental e histórico que carrega, conforme ressalta o Projeto “Valorização do Patrimônio C&T” do MAST, citado na seção 3.2 desta dissertação. Identificou-se e caracterizou-se as obras como coleções especiais, a partir da definição dos critérios como contribuição para o desenvolvimento das coleções da biblioteca. Reforça-se que os critérios definidos por outras bibliotecas acerca das coleções especiais e raras devem ser adaptados para a realidade de cada biblioteca. Como já mencionado na seção 2.1.2, Araújo (2015) afirma que as instituições são diferentes umas das outras e as respectivas bibliotecas têm histórias distintas com coleções formadas a partir de motivações diversas. Este autor considera que “os significados dados aos documentos podem ser outros”, conforme já ressaltamos na referida seção (ARAÚJO, 2015, p.22). No que tange às bibliotecas universitárias, não obstante serem assim classificadas, cada uma carrega a influência do Instituto/Escola a que pertence na formação e no desenvolvimento de seu acervo.

O terceiro e último objetivo específico analisou a quantidade de itens bibliográficos catalogados por tipo de material e ano (livros, periódicos, teses e dissertações, de 2010 a 2016) na Biblioteca Paulo Geyer.

Conclui-se que a valoração dos acervos científicos como patrimônio de C&T é importante para a fundamentação de projetos que visem a preservação dos mesmos nas universidades. Destaca-se, como já afirmado, a importância de se dar visibilidade aos acervos. Nesse sentido, os trabalhos acadêmicos que têm as suas

coleções como objeto de estudo devem ser estimulados. Os acervos bibliográficos necessitam ser conhecidos e reconhecidos, a exemplo de iniciativas que mapeiam e estudam os objetos científicos nas universidades, como faz, por exemplo, o Museu de Astronomia e Ciências Afins. Indica-se como sugestão de trabalhos futuros, estudos que dêem visibilidade a outros acervos científicos. Pretende-se que esta pesquisa contribua para iniciativas em outras bibliotecas, pois, conforme afirma Travier (2000), mencionado em 3.2.2 O Patrimônio bibliográfico universitário, uma biblioteca universitária pode esperar que suas iniciativas interessem aos que pensam em questões relativas ao patrimônio documental.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 34-48.
- ALMEIDA, Neilia Barros Ferreira de; BAPTISTA, Sofia Galvão. Breve histórico da Biblioteconomia brasileira: formação do profissional. In: XXV CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2013.
- ALVARES, Lillian; AMARO, Bianca; ASSIS, Tainá Batista de. A participação do bibliotecário na gestão da informação e do conhecimento institucional. In: RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves (Org.). *Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas*. Brasília: IPEA, 2016. p. 135-156.
- ARARIPE, Fátima Maria Alencar. Do patrimônio cultural e seus significados. *Transinformação*, Campinas, v.16, n.2, p.111-122, maio/ago. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862004000200001&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862004000200001&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 18 fev. 2017.
- ARAÚJO, André Vieira de Freitas. Gestão de coleções raras e especiais no séc. XXI: conceitos, problemas, ações. In: VIEIRA, Brunno V. G.; ALVES, Ana Paula Meneses (Org.). *Acervos especiais: memórias e diálogos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 15-31. (Coleção Memória da FCL, n. 3).
- AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. O acervo bibliográfico do Gabinete Português de Leitura como lugar de memória e forma reconhecível: considerações acerca dessas aproximações. *Revista Convergência Lusíada: estudos culturais em língua portuguesa* Revista do Real Gabinete Português de Leitura, n. 25, p. 43-60, jan./jun. 2011. Disponível em: <[www.realgabinete.com.br/revistaconvergencia/pdf/131.pdf](http://www.realgabinete.com.br/revistaconvergencia/pdf/131.pdf)>. Acesso em: 16 fev. 2017.
- BARBIER, Frédéric. Patrimoine, production, reproduction. *Bulletin des bibliothèques de France (BBF)*, 2004, n. 5, p. 11-20. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2004-05-0011-002>>. Acesso em: 29 jan. 2017.
- BASE MINERVA. Disponível em: <<http://minerva.ufrj.br>>. Acesso em: 07 mar. 2016.
- BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES. Disponível em: <<http://btdt.ibict.br/vufind/Contents/Home?section=what>>. Acesso em: 23 fev. 2017.
- BIBLIOTECA NACIONAL. Sobre Depósito Legal. Disponível em:



<<https://www.bn.gov.br/sobre-bn/deposito-legal>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

BIBLIOTECA PAULO GEYER. Disponível em:

<<http://www.eq.ufrj.br/biblioteca/home.html>>. Acesso em: 23 fev. 2016.

BRASIL. Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000. Estabelece o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm)>. Acesso em: 04 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.166, de 14 de setembro de 1999. Promulga a Convenção da UNIDROIT sobre bens culturais furtados ou ilicitamente exportados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1999/decreto-3166-14-setembro-1999-345028-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 29 maio 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 72.312, de 31 de maio de 1973. Promulga a Convenção sobre as medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transportação e transferência de propriedade ilícitas dos bens culturais. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1970-1979/D72312.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D72312.htm)>. Acesso em: 24 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.471, de 9 de julho de 1968. Dispõe sobre a exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos brasileiros. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5471.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5471.htm)>. Acesso em: 24 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.845, de 19 de novembro de 1965. Proíbe a saída, para o exterior, de obras de arte e ofícios produzidos no país, até o fim do período monárquico.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4845.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4845.htm)>. Acesso em: 24 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em:

<[https://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Decreto-Lei/Del0025.htm](https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/Del0025.htm)>. Acesso em: 12 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Constituição (1934). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm)>. Acesso em: 12 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 23.172, de 29 de setembro de 1933. Dispõe sobre a organização da Escola Nacional de Química. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23172-29-setembro-1933-522170-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 de nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 23.016, de 28 de julho de 1933. Dispõe sobre a criação da Diretoria Geral de Produção Mineral e da Escola Nacional de Química. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23016-28-julho-1933-520860-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 de nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 8.835, de 11 de Julho de 1911. Aprova o regulamento da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8835-11-julho-1911-502890-republicacao-102224-pe.html>>. Acesso em: 22 de nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Regulamento da Escola Nacional de Química. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23172-29-setembro-1933-522170-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 de nov. 2016.

CABRAL, Maria Luisa. *Bibliotecas e patrimônio bibliográfico na construção da identidade*. Faculdade de Letras: Universidade do Porto: FLUP, 13-14 nov. 2009. Apresentado no XXIX Encontro da Associação Portuguesa de História Econômica e Social. Memória Social, Patrimônio e Identidades, Porto, 2009.

\_\_\_\_\_. Conservação preventiva, porquê? *Páginas a&b*, Lisboa, n.15, p.7-27, 2005.

CARVALHO, Tereza Cristina Oliveira Nonatto de. UNICAMP: coleções especiais e obras raras. In: VIEIRA, Brunno V. G.; ALVES, Ana Paula Meneses (Org.). *Acervos especiais: memórias e diálogos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 89-100. (Coleção Memória da FCL, n. 3).

CASTRO, Aloisio Arnaldo Nunes de. A trajetória histórica da conservação-restauração de acervos em papel no Brasil. Juiz de Fora: Editora UFJF: FUNALFA, 2012.

CATÁLOGO COLETIVO NACIONAL DE PUBLICAÇÕES SERIADAS. Disponível em: <[http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20/catalogo-coletivo-nacional-de-publicacoes-seriadas\(ccn\)](http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20/catalogo-coletivo-nacional-de-publicacoes-seriadas(ccn))>. Acesso em: 22 fev. 2017.

CHIAVENATO, Idalberto. *Administração: teoria, processo e prática*. 5. ed. Barueri: Manole, 2014.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Lisboa: Edições 70, [1999?].

CHOUGNET Pauline. *Histoire des collections, mémoire des institutions: un état des lieux dans les bibliothèques de recherche em sciences humaines et sociales*. Mémoire d'étude. Diplôme de conservateur de bibliothèque. Lyon: ENSSIB: Université de Lyon, 2012.

CHUVA, Márcia (Org.). Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico nacional*, Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 34, p. 147-165, 2012. Disponível: em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2017.

COSTA, Marilene Fragas. *Estudo para elaboração de instrumento de seleção para preservação de periódicos científicos raros: estabelecendo prioridades*, 2015. 95 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CRUZ, Ana Maria da; MENDES, Maria Tereza Reis; WEITZEL, Simone da Rocha. *A biblioteca: o técnico e suas tarefas*. Niterói: Intertexto, 2004.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos: Livros, 2008.

CURTY, Laurence. *Les fonds patrimoniaux de la Bibliothèque cantonale et universitaire de Fribourg: une mise en valeur numérique*. Certificat en Gestion de documentation et de bibliothèque. 2010-2011, Fribourg, 2011. Disponível em: <<https://doc.rero.ch/record/28720/files/Curtyl.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2017.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Org.). *Concepts clés de muséologie*. Paris: Armand Colin, 2010.

DIAS, Geneviane Duarte; SILVA, Terezinha Elizabeth da; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. Políticas de informação nas bibliotecas universitárias: um enfoque no desenvolvimento de coleções. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. Campinas, v.11, n.1, p.39-54, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1650/pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

DIAS, Maria Ângela. Memória, preservação e uso das edificações históricas da UFRJ. In: OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de (Org.). *Universidade e lugares de memória*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro: Fórum de Ciência e Cultura: Sistema de Bibliotecas e Informação, 2008. p. 81-94. (Série Memória, documentação e pesquisa, v.2).

DIÓGENES, Fabiene Castelo Branco. *Os novos papéis da biblioteca universitária brasileira*. Brasília, 2012. 444 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciência da

Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

DUDZIAK, E. A. *A Information Literacy e o papel educador das bibliotecas*. São Paulo, 2001. 107 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ESCOLA DE QUÍMICA. *Escola de Química*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro: Escola de Química, 2011.

ESCOLA DE QUÍMICA. Site. Disponível em: <<http://www.eq.ufrj.br>>. Acesso em: 08 jan. 2016.

EVANS, G. Edward. *Developing Library and Information Center Collections*. 4. ed. Englewood: Colorado: Libraries Unlimited, 2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: MinC-IPHAN, 2005.

\_\_\_\_\_. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 59-79.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

\_\_\_\_\_. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O Patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25-33.

\_\_\_\_\_. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v. 11, n. 23, jan./jun. 2005. p. 15-36.

GRANATO, Marcus; OLIVEIRA, Pedro Louvain de Campos. A institucionalização do patrimônio cultural da ciência e tecnologia. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. (Org.). *Políticas de aquisição e preservação de acervos em universidades e instituições de pesquisa*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012. p. 317-342. (Textos apresentados no V Encontro de Arquivos Científicos, 26 a 30 de setembro, Rio de Janeiro, 2011).

GRANATO, Marcus; SANTOS, Fernanda Pires. Os museus e a salvaguarda do patrimônio cultural de ciência e tecnologia no Brasil. In: GRANATO, Marcus (Org.).

*Museologia e Patrimônio*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2015. p. 78-119. (MAST: 30 anos de pesquisa, v.1). Disponível em: <[http://www.mast.br/hotsite\\_mast\\_30\\_anos/pdf/capitulo\\_03.pdf](http://www.mast.br/hotsite_mast_30_anos/pdf/capitulo_03.pdf)>. Acesso em: 08 jan. 2016.

GUINCHAT, Claire; MENO, Michel. *Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação*. Tradução Miriam Vieira da Cunha. 2. ed. Brasília: IBICT, 1994.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HAZEN, Dan C. Desenvolvimento, gerenciamento e preservação de coleções. In: *Planejamento de preservação e gerenciamento de programas*. Tradução José Luiz Pedersoli Junior. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. p.7-15. (Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 33-36. Planejamento).

HERNAMPÉREZ, Arsenio Sánchez. Un caos de términos: ¿de qué estamos hablando? In: \_\_\_\_\_. *Políticas de conservación en bibliotecas*. Madrid: Arco: Libros, 1999. p. 17-45.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT). Disponível em: <<http://www.mcti.gov.br/ibict>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

JACOB, Christian. Ler para escrever: navegações alexandrinas. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Org.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Tradução de Marcela Mortara. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006. p. 45-73.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Org.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Tradução de Marcela Mortara. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006. p. 9-17.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Ética e responsabilidade social na preservação do patrimônio cultural. In: *XIII Congresso Internacional ABRACOR, 2009, Porto Alegre*. XIII Congresso Internacional ABRACOR. Rio de Janeiro: ABRACOR, 2009. Disponível em <[www.abracor.com.br/novosite/downloads/textobeatrizmk.pdf](http://www.abracor.com.br/novosite/downloads/textobeatrizmk.pdf)>. Acesso em: 26 jan.2015.

LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Org.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Tradução de Marcela Mortara. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006. p. 21-44.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LINO, Lúcia Alves da Silva; HANNESCH, Ozana; AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. Política de Preservação no âmbito do gerenciamento de Coleções Especiais: um estudo de caso no Museu de Astronomia e Ciências Afins. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 123, p. 59-74, 2003.

LIVRO AZUL da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010.

LORENTZ, Claude. *Les fonds anciens de l'Université Marc Bloch de Strasbourg: historique, essai d'évaluation et situation générale*. École Nationale Supérieure des Sciences de l'Information et des Bibliothèques. Mémoire d'étude. Diplôme de conservateur de bibliothèque. [S.l.]: ENSSIB, 2000. Disponível em: <<http://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/1340-les-fonds-anciens-de-l-universite-marc-bloch-de-strasbourg-historique-essai-d-evaluation-et-situation-generale.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

LOUREIRO, Maria Lúcia Niemeyer Matheus. In: AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de (Org.). *Informação, patrimônio e memória: diálogos interdisciplinares*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. p. 24-43.

LOURENÇO, Marta C. O patrimônio da ciência: importância para a pesquisa. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. PPG-PMUS Unirio: MAST. *Museologia E Patrimônio*, v.2, n. 1, p.47-53, jan./jun. 2009. Disponível em: <[http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus\\_p.47-53](http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus_p.47-53)>. Acesso em: 07 jan. 2017.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. *Bibliotecas como organizações*. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

McGARRY, Kevin. *O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória*. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 1999.

MELOT, Michel. Qu'est-ce qu'un objet patrimonial?. *Bulletin des bibliothèques de France (BBF)*, n. 5, p. 5-10, 2004. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2004-05-0005-001>>. Acesso em: 28 jan. 2017.

MONTANO, Blanca San José. *El nuevo paradigma de la gestión de la colección en las bibliotecas universitarias: de la crisis a la revolución*. Catalunya: Consorci de Serveis Universitaris de Catalunya: Comissió de Bibliothèques Universitàries de

Catalunya, 2016. (Traduccions de la CBUC, 57).

MOREIRA, Maria Elisa Rodrigues. Bibliotecas, ancoradouros seguros? *Revista Investigações*, v. 28, n. 1, jan. , p. 1-19, 2015.

MURGUIA, Eduardo Ismael. O Coleccionismo bibliográfico: uma abordagem do livro para além da informação. *Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia: Ciência da Informação*: Florianópolis, n. esp., p. 87-104, 1. sem, 2009.

MURGUIA, Eduardo Ismael; YASSUDA, Silvia Nathaly. Patrimônio histórico-cultural: critérios para tombamento de bibliotecas pelo IPHAN. In: *Perspectivas em ciência da informação*, v. 12, n.3, p.65-82, set./dez. 2007.

NASSIF, Mônica Erichsen. *Subsídios para formulação de políticas de preservação de acervos de biblioteca*: um estudo de caso. 1992. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1992.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. Projeto História. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*. São Paulo, v.10, dez. 1993. p. 07-28.

NUNES, Sueli M.; SANTOS, Luciana S.. Políticas de informação e aprendizagem organizacional: desafios para a implantação de novas tecnologias em bibliotecas universitárias. *Comunicação e Informação*, v. 10, n. 1, p. 73-81, jan./jun. 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/ci/article/viewFile/10311/7160>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

OGDEN, Sherelyn. Políticas de desenvolvimento de coleção e preservação. In: OGDEN, Sherelyn; GARLICK, Karen. *Planejamento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. (Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos).

OTLET, Paul. *Traité de documentation: le livre sur le Livre: théorie et pratique*. Bruxelles: Editiones Mundaneum: Palais Mondial: Éditeurs imprimeurs van Keerberghen & fils, 1934.

PACKER, Abel L. et al. (Org.). *SciELO - 15 Anos de Acesso Aberto*: um estudo analítico sobre Acesso Aberto e comunicação científica. Paris: UNESCO, 2014. [livro eletrônico]. Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/level.php?lang=pt&component=56&item=61>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

PEDRÃO, Gabriela Bazan; MURGUIA, Eduardo Ismael. Formação das bibliotecas: uma abordagem desde a perspectiva do coleccionismo. *Em Questão*. Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, v. 19, n.2, p. 396-415, jul. /dez. 2013.

PINHEIRO, Ana Virginia. *História, memória e patrimônio: convergências para o futuro dos acervos especiais*. In: VIEIRA, Brunno V. G.; ALVES, Ana Paula Meneses (Org.). *Acervos especiais: memórias e diálogos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 33-44. (Coleção Memória da FCL, n. 3).

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; GRANATO, Marcus. Para pensar a interdisciplinaridade na preservação: algumas questões preliminares. In: SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da (Org.). *Preservação documental: uma mensagem para o futuro*. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 23-40.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. p. 51-86. (Memória - História, v. 1).

PROGRAMA DE COMUTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA. Disponível em: <<http://www.ibict.br/sobre-o-ibict/historico-1>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. A universidade do Brasil e as suas memórias: um estudo sobre a preservação de seu acervo. In: X Encontro Nacional de História Oral. *Testemunhos: História e Política*, Recife, 26 - 30 abril de 2010. Disponível em: <[http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1269452554\\_ARQUIVO\\_AUniversidadedoBrasileassuasmemorias-umestudosobreapreservacaodeseuacervo.pdf](http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1269452554_ARQUIVO_AUniversidadedoBrasileassuasmemorias-umestudosobreapreservacaodeseuacervo.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2015.

QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros; OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de (Org.). A Universidade Federal do Rio de Janeiro e as suas memórias. In: *Universidade e lugares de memória II*. Rio de Janeiro: UFRJ: FCC: SiBI, 2009. 298 p. (Série Memória Documentação e Pesquisa). Disponível em: <[www.sibi.ufrj.br/Projeto/livro\\_memoria\\_3.pdf](http://www.sibi.ufrj.br/Projeto/livro_memoria_3.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2015.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. Museus em universidades públicas: entre o campo científico, o ensino, a pesquisa e a extensão. In: *Museologia & interdisciplinaridade*, v. 2, n. 4, p. 88-102, maio/jun. 2013. Disponível em: <[periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/download/9630/7109](http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/download/9630/7109)> Acesso em: 30 out. 2015.

RIBEIRO, Fernanda. Biblioteca: novos termos para um velho conceito. Porto: Universidade do Porto: Faculdade de Letras: Biblioteca Central. *Da memória do mundo*, 1996. Repositório Aberto da Universidade do Porto. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8749>>. Acesso em: 16 fev. 2017. p. 29-32.

RICHARD, Hélène. *La formation aux questions patrimoniales dans les bibliothèques*. Rapport, Ministère de la Culture et de la Communication: Ministère de l'Enseignement Supérieur et de la Recherche, n. 2010-016, septembre, 2010.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François.



Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

SANTOS, Josiel Machado. O processo evolutivo das bibliotecas da antiguidade ao renascimento. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 8, n.2, p. 175-189, jul. /dez. 2012. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/viewFile/237/235>>. Acesso em: 17 fev. 2016.

SANTOS, Nadja Paraense dos; OLIVEIRA, Marcos Henrique (Ed.). *Escola de Química: 80 anos*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro: Escola de Química, 2013.

SILVA, Alexandro Pereira da; SANTOS, Nadja Paraense dos; AFONSO, Júlio Carlos. A criação do curso de engenharia química na Escola Nacional de Química da Universidade do Brasil. *Química Nova*, v. 29, n. 4, p. 881-888, 2006.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello; BARBOZA, Christina Helena da Motta. Introdução: reflexões sobre os acervos de C&T no Brasil. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello; Barboza, Christina Helena da Motta (Org.). *Acervos de ciência e tecnologia no Brasil: preservação, história e divulgação*. Rio de Janeiro: MAST, 2012. p. 9-26.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da; MOURA, Maria Aparecida. Biblioteca, memória institucional e acesso aberto à informação: apontamentos teóricos e experiências desenvolvidas pela Universidade Federal de Minas Gerais. In: RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves (Org.). *Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas*. Brasília: IPEA, 2016. p. 197-222.

SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO DA UFRJ. Disponível em: <<http://www.sibi.ufrj.br/sobre-o-sibi.htm>>. Acesso em: 23/02/2016.

\_\_\_\_\_. SIBI em números: dados consolidados 2014. Disponível em: <<http://www.sibi.ufrj.br/panorama/sibi-dados-condensados.pdf>>. Acesso em: 10/03/2016.

STUMPF, Katiusa. Um olhar sobre a ética profissional em bibliotecas universitárias. In: SOUZA, Francisco das Chagas de; SILVA, Ana Claudia Perpétuo de Oliveira da. (Org.). *Práticas éticas em bibliotecas e serviços de informação: investigações brasileiras*. Rio de Janeiro: Interciência, 2014. p.115-136.

TRAVIER, Didier. *Réserve précieuse et collections semi-précieuses en bibliothèque universitaire: l'exemple de la bibliothèque de l'Université de Bourgogne*. École Nationale Supérieure des Sciences de l'Information et des Bibliothèques. Mémoire d'étude. Diplôme de conservateur de bibliothèque, 2000. Disponível em: <<http://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/1606-reserve-precieuse-et>>

collections-semi-precieuses-en-bibliotheque-universitaire-l-exemple-de-la-bibliotheque-de-l-universite-de-bourgogne.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2017.

UNESCO. *Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural*. Paris: UNESCO, 1972. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*: Paris: UNESCO, 17 out. 2003. Tradução feita pelo Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Biblioteca da Escola de Química. Base de dados Bager. Apresenta o acervo geral da biblioteca acumulado até 31 de dezembro de 2015. Rio de Janeiro, 2015.

UNIVERSITY OF GLASGOW. *What are Special Collections*. Glasgow, UK: University of Glasgow, Special Collections, [2012?]. Disponível em: <<http://www.gla.ac.uk/services/specialcollections/whatarespecialcollections/>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. O perfil das bibliotecas contemporâneas. In: RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves (Org.). *Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas*. Brasília: IPEA, 2016. p. 19-42.

VERGUEIRO, Waldomiro. *Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas*. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

WEITZEL, Simone da Rocha. *Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2013.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.